

M E N S A G E M

Presidencial

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



República Federativa do Brasil
MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

M E N S A G E M
Presidencial

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Brasília / DF
2019

Ministério da Economia

Secretaria de Orçamento Federal (SOF)

SEPN 516, Bloco "D" Lote 08

70770-724 – Brasília/DF

Telefone: +55 61 2020-2000

Brasil. Ministério da Economia.
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria de Orçamento Federal.

Orçamentos da União exercício financeiro 2020: projeto de lei orçamentária. – Brasília, 2019.
6v. em 8.

Conteúdo: Mensagem Presidencial – v.1 Texto do Projeto de Lei, Quadros Consolidados, Detalhamento da Receita, Legislação da Receita e da Despesa – v.2 Consolidação dos Programas de Governo – v.3 Detalhamento das Ações: Órgãos do Poder Legislativo, Órgãos do Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União, Ministério Público da União – v.4 t.1 e 2 Detalhamento das Ações: Órgãos do Poder Executivo, Presidência da República e Ministérios (exceto MEC) – v.5 Detalhamento das Ações: Órgãos do Poder Executivo, Ministério da Educação – v.6 Orçamento de Investimento: Quadros Orçamentários Consolidados, Detalhamento da Programação, Detalhamento das Ações.

1. Orçamento Federal. 2. Proposta Orçamentária. 3. Projeto de Lei 2020. I. Título
CDU: 336.14:354(81)"2020"
CDD: 351.72205

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Brasília - DF

Sumário

Resumo da Política Econômica do Governo	5
Introdução	6
Reformas Estruturantes	8
Resultados Macroeconômicos Recentes	10
Projeções Macroeconômicas para 2019 e 2020	11
Gestão da Política Fiscal e Cenário para 2019 e 2020	12
Destaque Setorial	14
Saúde	15
Educação	16
Assistência Social	17
Ciência e Tecnologia	18
Segurança Pública	19
Defesa	20
Desenvolvimento Regional	21
Infraestrutura	22
Avaliação das Necessidades de Financiamento do Governo Central	23
Metodologia de Cálculo do Resultado Primário e Nominal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Parâmetros Utilizados	24
Receita Primária Total	28
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios por Repartição de Receita	31
Despesa Primária Total	32
Novo Regime Fiscal no PLOA-2020	35
Regra de Ouro	38
Resultado Primário das Empresas Estatais Federais - Metodologia de Cálculo	44
Receitas do Orçamento de Investimento	45
Pessoal e Encargos Sociais	46
Sistemas Previdenciários	48
Agências Financeiras Oficiais de Fomento	58
Aplicações em Operações de Crédito	59
Investimentos no Ativo Imobilizado das Instituições Financeiras	59
Demonstrativo Sintético do Programa de Dispêndios Globais das Empresas Estatais	60
Empresas do Setor Produtivo	61
Empresas do Setor Financeiro	98



Capítulo 01

Resumo da Política Econômica do Governo

Introdução

Reformas Estruturantes

Resultados Macroeconômicos Recentes

Projeções Macroeconômicas para 2019 e 2020

Gestão da Política Fiscal e Cenário para 2019 e 2020

Introdução

A elaboração do Orçamento Federal para 2020 enfrenta muitos desafios. A questão fiscal continua sendo determinante, em função dos últimos resultados anuais e do seu impacto direto no crescimento do País. As regras fiscais já estabelecidas por lei, Regra de Ouro, Metas de Superávit ou Déficit Primário e o Teto dos Gastos, atuam para o controle dos gastos públicos, mas não têm sido, por si só, suficientes para equacionar o contexto de desequilíbrio fiscal. Dessa forma, as reformas estruturais serão determinantes para auxiliar no equilíbrio dos gastos públicos e atingir a retomada do crescimento da economia brasileira, ao ampliar a produtividade e a retomada do investimento.

As linhas condutoras desse processo são a reforma da previdência, a simplificação do sistema tributário, medidas de liberalização comercial, os programas de desestatização, desinvestimento e concessões de empresas estatais, redução e racionalização dos subsídios concedidos pela União e a Reforma Administrativa da gestão pública. Algumas medidas já foram parcial ou totalmente implementadas, tais como a reforma da previdência, o acesso facilitado dos trabalhadores ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, ao Programa de Integração Social – PIS e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, a conclusão da negociação do acordo entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Europeia (UE), e medidas para ampliar a liberdade econômica (MP 881/2019).

O contexto internacional tem sido um desafio adicional para o desempenho da economia brasileira. O primeiro semestre de 2019 foi marcado pela desaceleração da atividade global, intensificada por incertezas políticas, decorrentes da ameaça de um conflito comercial entre Estados Unidos e China e da possibilidade de saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit). Em conjunto, a probabilidade de ocorrência desses eventos afetou a confiança dos empresários, o que exerceu influência negativa sobre o comércio internacional e, portanto, sobre o fluxo de exportações e importações. Esse conjunto de fatores acarretou o arrefecimento da demanda global e reduziu o potencial de ganhos do setor externo.

Diante dessa desaceleração, as autoridades monetárias de diversos países e regiões, inclusive Estados Unidos e União Europeia, passaram a sinalizar a disposição em realizar reduções nas taxas básicas de juros ainda no segundo semestre de 2019, iniciando um ciclo de leve afrouxamento monetário. Isso tende

a reforçar a liquidez internacional e os fluxos financeiros em direção a economias emergentes, entre as quais o Brasil, com impactos positivos sobre os preços dos ativos e sobre o crédito.

As condições internacionais afetam o nível de atividade da economia brasileira, por meio do comércio e dos fluxos financeiros. Por um lado, o arrefecimento da demanda mundial tem impacto negativo sobre as exportações brasileiras. Por outro, isso pode ser suavizado pelo iminente ciclo de afrouxamento monetário em diversos países, com probabilidade cada vez mais elevada de ocorrência, e pela consequente expansão da liquidez global, que melhoram as condições financeiras domésticas.

No cenário macroeconômico doméstico, o País passou por uma severa crise em 2014-16, e uma lenta recuperação nos anos de 2017-18. No ano de 2019, a economia brasileira ainda registra baixo crescimento. Em grande parte, esse ritmo menor de crescimento foi decorrente de quebra estrutural de redução do seu nível de desenvolvimento, uma vez que no período em questão houve redução substancial dos níveis de produtividade e desequilíbrio fiscal significativo.

Em relação aos aspectos fiscais, desde 2012, o resultado primário alcançado pelo setor público não atinge o requerido para estabilizar a dívida pública, refletindo o desequilíbrio estrutural entre as despesas públicas e suas fontes de financiamento. Esta tendência foi agravada em razão do arrefecimento da atividade econômica, observado entre 2013 e 2016, da rigidez orçamentária com o excesso de vinculações e pela expansão de despesas obrigatórias como proporção da despesa total. Nesse curto período, a dívida bruta apresentou uma forte ascensão, de 51,5% do PIB em dezembro de 2013 para 69,9% do PIB em dezembro de 2016.

Em 2018, o resultado primário do governo central foi negativo em 1,7% do PIB, ligeiramente menor que o déficit de 1,8% no ano anterior. Em junho de 2019, o déficit primário do governo central, no acumulado em 12 meses, era de 1,6% do PIB. O déficit nominal, na mesma base de comparação, era de 5,8% do PIB em junho de 2019, comparado a 6,5% do PIB em 2018, a 8,5% do PIB em 2017 e a 8,0% em 2016, neste mesmo mês. A Dívida Bruta do Governo Geral seguiu em elevação, passando de 69,9% do PIB, em dezembro de 2016, para 74,1% do PIB ao final de 2017, para 77,2% ao final de 2018, e para 78,7% do PIB em junho de 2019.

Um dos principais problemas do aumento do endividamento público é o impacto negativo que ele exerce sobre a alocação de recursos e sobre o crescimento econômico. Esse efeito é decorrente do mecanismo de financiamento da dívida, que pode ocorrer via aumento de tributos ou novos empréstimos.

O aumento dos tributos pode comprometer os gastos das empresas, na medida em que reduz a liberdade para a tomada de decisões quanto à produção e investimento. Além disso, também afeta decisões de consumo e poupança das famílias. Dessa forma, o financiamento da dívida por meio da elevação de impostos tende a distorcer a alocação de recursos por parte das firmas e das famílias, tendo, assim, impacto negativo sobre a acumulação de capital, a contratação de mão de obra e sobre a atividade econômica.

Já a contratação de empréstimos adicionais para fins de financiamento da dívida pública resulta em pagamentos de juros. Caso estes sejam pagos por meio de novos empréstimos, há um processo crescente de endividamento, que compromete cada vez mais as receitas correntes. Nesse sentido, o governo perde a liberdade para a alocação dos recursos públicos para gastos mais produtivos, que tenham impactos relevantes sobre a economia. Ademais, uma parcela crescente da poupança da economia passa a ser destinada para o financiamento da dívida pública, ao invés de investimentos produtivos, importantes para a acumulação de capital e para o crescimento de longo prazo.

Dessa forma, o reequilíbrio da dívida pública é condição necessária para a retomada do crescimento econômico brasileiro, uma vez que melhora a alocação de recursos e resulta em maior crescimento do PIB. Para que ele ocorra, é preciso aumentar o controle sobre as despesas correntes, principalmente as associadas ao gasto ineficiente, como algumas despesas previdenciárias e incentivos a setores pouco produtivos. Dessa forma, iniciativas como a Nova Previdência, Reforma Administrativa e medidas pró-mercado são fundamentais para o crescimento de longo prazo.

A manutenção de resultados primários aquém da necessidade de estabilização da dívida pública revela o tamanho do desafio que está posto à gestão da política fiscal. A natureza estrutural do desequilíbrio fiscal passou a exigir reformas relacionadas à dinâmica de crescimento das despesas obrigatórias e ao aperfeiçoamento no arcabouço institucional fiscal capaz de recolocar a dívida pública em trajetória sustentável. Como medidas de aperfeiçoamento desse arcabouço, pode-se citar: (i) redução da rigidez orçamentária por meio de reformas nas vinculações; (ii) revisão e aperfeiçoamento dos programas de benefícios tribu-

tários; (iii) aprimoramento e revisão dos programas de benefícios creditícios e financeiros; (iv) medidas para redução do crescimento das despesas obrigatórias e (v) revisão dos programas de governo objetivando melhorias na focalização, eficiência e efetividade da prestação dos serviços públicos.

De acordo com o cenário do Projeto de Lei Orçamentária - PLOA 2020, a insuficiência para o cumprimento da Regra de Ouro em 2020 deve ser de aproximadamente R\$ 367,0 bilhões. Depreende-se que a legalidade do processo orçamentário em 2020 requer, necessariamente, que sejam adotadas medidas compensatórias. Idealmente, seria desejável a adoção de medidas que reduzam a rigidez orçamentária e que promovam a otimização da utilização das fontes de recursos, aliadas a medidas de reestruturação fiscal. Cabe ressaltar que, no que tange ao cumprimento da Regra de Ouro em 2020, o presente exercício de 2019 já trouxe a inovação de um mecanismo contendo normas e condições para aplicação da ressalva existente no dispositivo constitucional. A Constituição Federal autoriza a realização de operações de créditos acima das despesas de capital, desde que o Congresso Nacional aprove, por maioria absoluta, crédito suplementar ou especial para tal objetivo. Esta Mensagem Presidencial apresenta, adiante, demonstrativo sobre a Regra de Ouro, em cumprimento ao disposto no PLDO 2020.

No tocante às metas fiscais, a meta prevista para 2020 é de déficit de R\$ 118,9 bilhões, sendo R\$ 124,1 bilhões para o Governo Central e R\$ 3,8 bilhões para o Programa de Dispêndios Globais, ambas deficitárias, bem como de superávit primário de R\$ 9,0 bilhões para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Por fim, garantir a solidez dos fundamentos da economia é condição necessária para que o País possa traçar estratégias de desenvolvimento sustentável. No âmbito da política fiscal, esse fundamento é assegurado quando os resultados fiscais do setor público são suficientes para garantir a sustentabilidade da sua dívida pública no longo prazo. Ou seja, quando há sinalização de que o governo pode honrar suas obrigações ao longo do tempo.

Desta forma, a retomada do crescimento da economia brasileira deverá passar necessariamente por um conjunto de reformas de reequilíbrio fiscal. Além da Nova Previdência, já apresentada ao Congresso Nacional, tem-se uma série de reformas pró-mercado, que deverão criar o ambiente onde o investimento possa ser guiado pelas melhores oportunidades de mercado, ampliando a produtividade e gerando maior crescimento não apenas no curto, mas no médio e longo prazos.

Reformas Estruturantes

Das medidas estruturantes, algumas já foram totalmente ou parcialmente implementadas no ano de 2019, tais como:

- (i) **Reforma da previdência**, através da PEC nº 6/2019, que estabeleceu regras de transição e modificou o sistema de previdência social. Em agosto/2019, o substitutivo do texto base da reforma foi aprovado na Câmara dos Deputados. A reforma da previdência é uma das medidas mais relevantes para o controle das contas públicas no País, uma vez que os gastos previdenciários vêm crescendo de forma acelerada, acima das receitas;
- (ii) **MP nº 889/2019**, que teve como objetivo o saque imediato das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Pásep, o aumento da remuneração das contas do FGTS do trabalhador, a criação do saque-aniversário e o uso de recebíveis de saques do FGTS para crédito. Essas medidas visam a gerar aumento permanente da renda dos trabalhadores e com isso atuar na suavização da trajetória de consumo, com impactos esperados positivos no PIB, além de promover a aceleração da retomada de crescimento da economia;
- (iii) **Conclusão da negociação do acordo entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Europeia (UE)**, em junho/2019, após um longo processo iniciado há vinte anos. Este Acordo ainda deverá ser aprovado para entrar em vigor, mas pode-se esperar uma ampliação da integração entre as regiões envolvidas, com respectivo aumento do fluxo do comércio de bens e serviços e investimentos externos e maior integração do País nas cadeias globais de valor;
- (iv) **Ações de desestatização, desinvestimento e concessões de ativos**: até junho/2019, já foram obtidos mais de R\$ 50,6 bilhões nesses programas, através da desestatização de subsidiárias da Petrobras, das Distribuidoras de energia da Eletrobrás, venda da participação de alguns ativos e concessões de aeroportos, ferrovias e portos;
- (v) **MP nº 881/2019 – MP da Liberdade Econômica**, já encaminhada para sanção presidencial, que

estabeleceu normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica e disposições sobre a atuação do Estado como agente normativo e regulador.

Outras medidas, que estão sendo discutidas e deverão ser apresentadas em breve pelo Governo com o objetivo de garantir a sustentabilidade do crescimento econômico através do aumento da eficiência econômica e do crescimento da produtividade, incluem:

- **Reforma tributária**: a simplificação da complexidade tributária brasileira irá reduzir os custos dos litígios judiciais e custos administrativos das empresas, impactando de forma direta o ambiente de negócios e o desenvolvimento de longo prazo da economia brasileira;
- **Continuidade do programa de concessões e privatizações de empresas estatais e serviços de infraestrutura**: este programa busca reordenar o papel do Estado na economia, o que deverá atuar aumentar a eficiência na alocação e no uso de recursos públicos e impulsionará o crescimento da produtividade. Em 2019, já foram obtidos mais de R\$ 50 bilhões em desestatizações, desinvestimentos e concessões e diversas ações ainda serão implementadas;
- **Medidas de liberalização comercial**, que permitirão o acesso das empresas nacionais a insumos e tecnologias e aumentarão a concorrência no mercado doméstico, com estímulos à inovação e à produtividade, com implicações para a competitividade das empresas domésticas nos mercados estrangeiros e proporcionar produtos melhores e mais baratos aos consumidores brasileiros;
- **Redução e racionalização dos subsídios concedidos pela União**: até 2022, os benefícios tributários deverão ser reduzidos em 0,5% do PIB ao ano;
- **Reforma administrativa da gestão pública**: o objetivo dessa medida é aumentar a produtividade do serviço público. A proposta do Governo será encaminhada ao Congresso Nacional, ainda sem prazo definido, e provavelmente abordará a reestruturação de carreiras do funcionalismo e mudanças nas regras de estabilidade dos servidores públicos.

Em suma, o Governo, por meio da agenda de medidas econômicas e das peças orçamentárias, vem reafirmando seu compromisso em criar ambiente propício à consolidação do novo ciclo de crescimento econômico. Para tanto, vem priorizando: a) a sustentabilidade das contas públicas e modernização do Estado; b) a preservação de programas prioritários em saúde, educação e outras políticas sociais; c) a promoção de investimentos em infraestrutura, contribuindo para eliminar gargalos ao crescimento; d) o aumento da produtividade do capital e da mão de obra, por meio da melhoria do ambiente de negócios, do incentivo à inovação e à qualificação profissional; e e) redução da taxa de juros de longo prazo da economia e do custo do capital e do investimento.

Resultados Macroeconômicos Recentes

No período de 2014-2016, a economia brasileira passou por forte recessão, provocada por medidas que aumentaram a ineficiência econômica e geraram desequilíbrio fiscal. Esse desequilíbrio implicou em elevados déficits nas contas públicas, desencadeando uma série de consequências adversas à economia, como o aumento das taxas de juros, queda do investimento e da produção, elevação do desemprego e o maior endividamento privado das empresas e das famílias.

Os desequilíbrios que acarretaram a recessão ainda se fazem presentes na economia brasileira. Dessa forma, a vigorosa retomada que se imaginava após a queda do PIB de 2014 a 2016 não se confirmou. O desempenho macroeconômico em 2017, 2018 e ainda

no primeiro semestre de 2019, mostrou-se aquém das expectativas formadas pelos agentes econômicos.

Adicionam-se fatores conjunturais que agravaram a situação da economia brasileira. Em 2018, a greve dos caminhoneiros, que ocorreu no segundo trimestre, impactou negativamente o ritmo de retomada da economia. A incerteza em relação a continuidade da agenda reformista se elevou no período eleitoral. Houve efeitos nocivos para as condições financeiras e para o PIB, embora tal indefinição tenha se dissipado no final do ano passado. O ambiente internacional também foi desafiador, em especial pela deterioração da atividade econômica na Argentina, o que reduziu as exportações brasileiras de bens industriais, afetando negativamente a manufatura nacional.

Tabela 1 – Crescimento do PIB

	2016	2017	2018	Variação % ante mesmo trimestre do ano anterior					Variação % ante trimestre anterior (com ajuste sazonal)					2019 (carry over)	
				2018 I	2018 II	2018 III	2018 IV	2019 I	2018 I	2018 II	2018 III	2018 IV	2019 I (anualizado)		2019 I (anualizado)
PIB p.m	-3,3	1,1	1,1	1,2	0,9	1,3	1,1	0,5	0,5	0,0	0,5	0,1	-0,2	-0,6	0,2
Oferta															
Agropecuária	-5,2	12,5	0,1	-3,0	0,3	2,5	2,4	-0,1	2,4	0,1	0,1	0,0	-0,5	-2,0	-0,4
Indústria	-4,6	-0,5	0,6	1,2	0,8	0,8	-0,5	-1,1	-0,2	-0,4	0,3	-0,3	-0,7	-2,6	-0,8
Serviços	-2,3	0,5	1,3	1,8	1,1	1,2	1,1	1,2	0,2	0,3	0,5	0,2	0,2	0,6	0,6
Demanda															
Consumo das Famílias	-3,9	1,4	1,9	2,9	1,8	1,4	1,5	1,3	0,4	0,0	0,6	0,5	0,3	1,2	0,9
Consumo do Governo	0,2	-0,9	0,0	0,7	-0,3	0,3	-0,7	0,1	-0,4	-0,4	0,3	-0,3	0,4	1,8	0,3
FBCF	-12,1	-2,5	4,1	2,6	3,0	7,8	3,0	0,9	0,7	-1,1	5,7	-2,4	-1,7	-6,5	-1,0
Exportação	0,9	5,2	4,1	5,3	-2,9	2,6	12,0	1,0	3,2	-4,4	6,3	3,7	-1,9	-7,4	2,7
Importação (-)	-10,3	5,0	8,5	7,8	6,5	13,5	6,0	-2,5	2,3	-2,2	9,2	-6,1	0,5	2,0	-0,4

Fonte: IBGE. Elaboração: SPE/ME.

O resultado do PIB de 2018 confirmou o cenário de recuperação gradual da economia, destacando certa melhora no consumo das famílias e retomada dos investimentos. Esse período foi marcado pelo início da recuperação do mercado de trabalho, com geração formal de empregos, contrastando com os três últimos anos, embora a taxa de desemprego ainda tenha permanecido em níveis elevados. A inflação em 2018 ficou abaixo do centro da meta, estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), mesmo considerando o choque negativo de oferta provocado pela greve dos caminhoneiros.

As expectativas de mercado para o crescimento da atividade em 2019 começaram elevadas. Entretanto, com a postergação da aprovação da Reforma da Previdência, o arrefecimento do crescimento mundial, a paralisação de oferta e os resultados ruins de indicadores econômicos, reduziram-se as estimativas, indicando que o crescimento deste ano deve ficar próximo a 0,83%, segundo dados mais recentes do Banco Central do Brasil (BCB).

Projeções Macroeconômicas para 2019 e 2020

O objetivo da atual política econômica é o aumento da produtividade da economia brasileira, corrigindo a alocação ineficiente dos recursos e recuperando o equilíbrio das contas públicas, através da maior eficiência e liberdade para a destinação dos gastos públicos. Como já descrito anteriormente, a principal fonte do fraco crescimento estrutural no País é a baixa produtividade, apesar do cenário

desafiador no Brasil e a desaceleração do PIB internacional. Assim, embora algumas das mudanças estruturais já tenham sido iniciadas ou implementadas desde o começo deste ano, torna-se imprescindível a continuidade de medidas que reformem a estrutura econômica do País.

A proposta orçamentária para o exercício de 2020 adota os seguintes parâmetros:

Tabela 2 – Projeção das Variáveis Macroeconômicas

Discriminação	Observado		Projeção ^{1/}	
	2018	2019	2020	2021
PIB: Variação % anual	1,1	0,8	2,2	2,5
IPCA: Variação % acumulada no ano	3,7	3,8	3,9	3,7
Taxa de Câmbio R\$/US\$: média anual	3,7	3,8	3,8	3,8
Taxa SELIC (% ao ano): média anual	6,5	6,2	5,6	7,0

1/ Projeções Grade de Parâmetros Macroeconômicos de 10/07/2019.

Fonte e Elaboração: SPE/FAZENDA/ME.

Conforme apresentado na tabela 2, o crescimento do PIB projetado para este ano segue em patamar equivalente ao histórico recente da economia brasileira e abaixo do PIB potencial. A taxa de expansão da atividade brasileira tem sido insuficiente para reduzir, de forma consistente, o elevado número de desempregados no País e garantir maior poder de compra para a população. A consolidação de parte das reformas econômicas já implica ganhos de produtividade e melhores condições de produção. Com isso, o aumento do investimento, maior competitividade das exportações brasileiras e a recuperação do consumo das famílias são fatores que possibilitarão taxas de variação do PIB que se acelerem, alcançando níveis mais próximos a 2,5% ao ano. Acredita-se que o bom êxito de um conjunto amplo de reformas estruturais implique viés positivo para a projeção do PIB, elevando consistentemente o nível do PIB potencial.

A taxa de inflação tem se mantido continuamente próxima ao centro da meta. Dessa forma, a melhora do ambiente econômico possibilita que a meta de infla-

ção continue reduzindo e convergindo para patamares semelhantes a países mais desenvolvidos, conforme decisões sobre a meta nos últimos anos do CMN. Após depreciação da taxa nominal de câmbio, espera-se que o valor do dólar se acomode nos próximos anos, indicando estabilização da projeção até 2021. Caso a projeção se confirme, a taxa de câmbio contribuirá para a manutenção do elevado saldo comercial e o déficit em transações correntes deverá ser financiado pelo investimento direto no País.

Por fim, com base nos dados do BCB, espera-se que o patamar da taxa Selic se reduza ao longo de 2019 e que alcance o seu menor valor histórico em 2020. Observa-se que a menor taxa de juros nominal também se reflete em redução da taxa de juros reais. Esse efeito é parcialmente explicado pelo menor vigor da atividade, porém, em boa medida, tem por base melhores perspectivas do cenário macroeconômico. Esse resultado advém dos efeitos positivos das reformas já implementadas e de outras que são esperadas pelos agentes econômicos.

Gestão da Política Fiscal e Cenário para 2019 e 2020

A agenda de reformas é fundamental para reverter os desequilíbrios fiscais no médio prazo, juntamente com os efeitos do teto instituído pelo Novo Regime Fiscal, buscarão a consolidação fiscal. Com isso, pode-se obter a sustentabilidade de médio e longo prazo da dívida pública brasileira, de forma que a economia se insira em trajetória de crescimento, com geração de emprego e renda.

Em 2019, as estimativas originais de crescimento real do PIB previam taxas superiores a 2,0% a.a., sendo revisadas para baixo sistematicamente no primeiro semestre, atingindo uma projeção atual da ordem de 0,8% a.a. Esse arrefecimento no ritmo de crescimento da economia se refletiu na arrecadação, tendo como consequência forte contingenciamento nas despesas discricionárias do Governo Central, para atingimento da meta de déficit primário para esse ente de R\$ 139,0 bilhões no presente exercício.

Para 2020, espera-se cenário fiscal mais favorável, com a aprovação da reforma da previdência. Com isso, espera-se tanto efeitos diretos, pela abertura de maior espaço para despesas discricionárias primárias, tanto efeitos indiretos, refletido em melhora no ambiente econômico. Como já dito, a agenda de

reformas deve dar continuidade, como a tributária e administrativa, que concorrerão positivamente para a consolidação fiscal almejada.

Com base nisso, a trajetória estimada para os resultados primários do Governo Central, conforme já previsto no Anexo de Metas Fiscais do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020, prevê a redução do déficit no médio prazo. Para tanto, pressupõe-se a manutenção do Novo Regime Fiscal e projeção de receitas conforme cenário macroeconômico posto.

Nesse contexto, tem-se uma meta de déficit primário de R\$139,0 bilhões para o Governo Central em 2019, que se torna R\$ 124,1 bilhões para 2020. Os resultados estimados para 2021 e 2022 são, respectivamente, déficit de R\$ 68,5 bilhões e déficit de R\$ 34,1 bilhões. Esses resultados, em conjunto com o resultado estimado para estados e municípios e empresas estatais federais, implicarão na desaceleração do crescimento da relação dívida/PIB, quando a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) deverá registrar 83,5% em 2022.

Os gráficos a seguir mostra a evolução estimada das dívidas líquida e bruta e dos resultados primário e nominal do setor público consolidado até 2022:

Dívida Líquida e Bruta do Setor Público - Resultado Primário e Nominal (% do PIB)

GRÁFICO 1 - DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL (DBGG) E DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (DLSP) EM % DO PIB

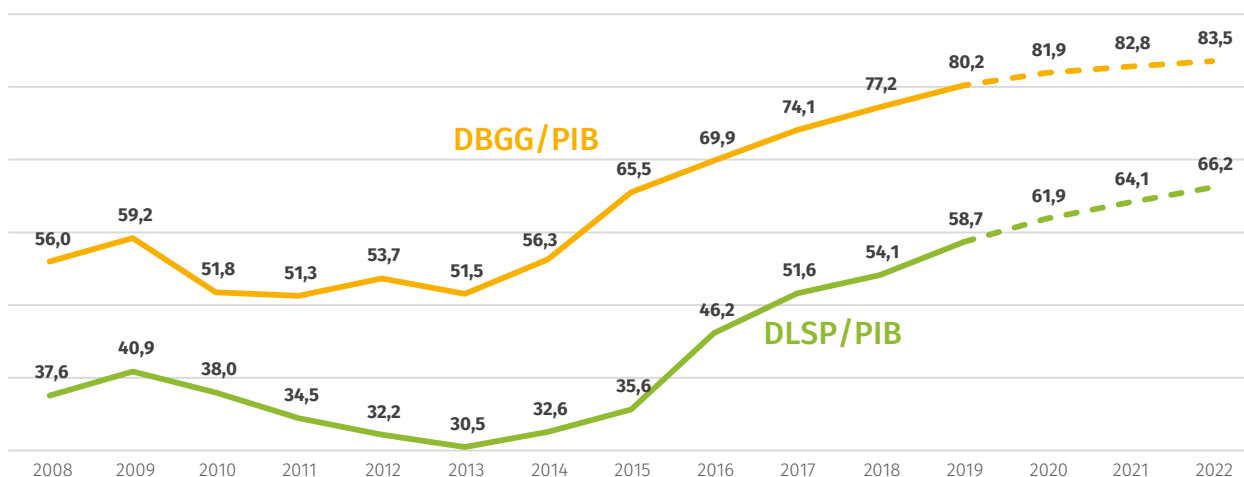
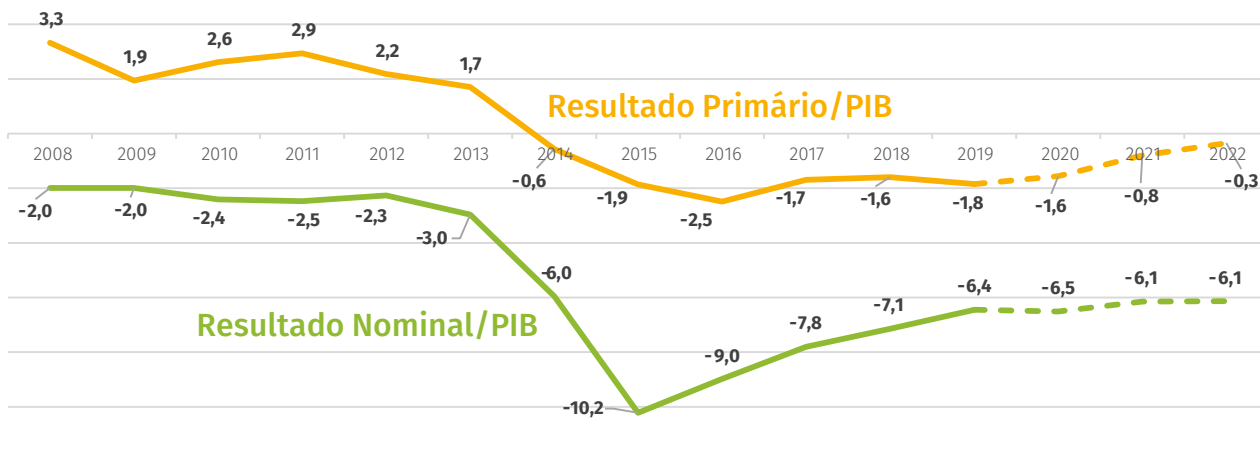


GRÁFICO 2 - RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO EM % DO PIB



Fonte: Projeções com base nas metas de resultado primário das respectivas LDOs e Grade de Parâmetros Macroeconômicos de 10/07/2019. Elaboração: STN/FAZENDA/ME E SOF/FAZENDA/ME.



Capítulo 02

Destaque Setorial

Saúde

Educação

Assistência Social

Ciência e Tecnologia

Segurança Pública

Defesa

Desenvolvimento Regional

Infraestrutura



Saúde

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado. De relevância pública, as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, que constituem o Sistema Único de Saúde (SUS).

Diferente de outros setores, há uma proteção adicional à aplicação de recursos para Saúde. O texto constitucional garante o montante de recursos aplicados no setor, determinando que, na vigência do Novo Regime Fiscal, a União aportará pelo menos o valor aplicado em ações e serviços públicos de saúde no ano anterior corrigidos pela variação do IPCA de 12 meses. Para 2020, essa correção será de 3,37%.

Na proposta orçamentária, o Ministério da Saúde estabeleceu algumas áreas de atuação prioritárias, dentre as quais se destacam: Atenção Básica; Assistência Hospitalar e Ambulatorial; Suporte Profilático e Terapêutico; e Vigilância Sanitária, Epidemiológica e Ambiental.

A Atenção Básica em saúde refere-se ao cuidado integral dos indivíduos em suas localidades, o que deve impactar positivamente na melhoria das condições de saúde de toda a população. Nesse sentido, a Estratégia de Saúde da Família é a principal forma de atuação do Ministério da Saúde na área. Em 2020, suas ações contemplarão a manutenção e expansão de equipes multiprofissionais por todo o território nacional com capacidade de prevenção e resolução de problemas e de encaminhamento adequado às redes de Atenção de Média e Alta Complexidade. O Governo Federal alocará mais de R\$ 23,7 bilhões na Atenção Básica, sendo R\$ 19,4 bilhões para seu custeio, por meio de repasses de recursos para Estados, Distrito Federal e Municípios, por meio do Piso de Atenção Básica em Saúde. Cerca de R\$ 3,5 bilhões serão investidos na Formação e Provisão de Profissionais para a Atenção Primária à Saúde (Programa Médicos pelo Brasil), bus-

cando garantir atendimento nas regiões do País com escassez desses profissionais.

O apoio aos serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial envolve o aporte de recursos na assistência de todas as especialidades de média e alta complexidade e receberá, em 2020, R\$ 53,6 bilhões. Destes, o Governo Federal alocará R\$ 49,7 bilhões na Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

O Suporte Profilático e Terapêutico distribui-se entre as ações orçamentárias, totalizando R\$ 14,6 bilhões. Deste valor, destacam-se o Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado, no montante de R\$ 6,2 bilhões; a Manutenção e o Funcionamento do Programa Farmácia Popular – modalidades gratuita e co-pagamento, com R\$ 2,5 bilhões; e a Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde, com R\$ 1,9 bilhão.

As ações de Vigilância Sanitária, Epidemiológica e Ambiental, realizadas pelo SUS, têm como finalidade impedir que a saúde humana seja exposta a riscos e combater as causas dos efeitos negativos gerados e receberão recursos da ordem de R\$ 8,3 bilhões em 2020. Destes, aproximadamente R\$ 4,9 bilhões serão destinados para Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para a Prevenção e Controle de Doenças. Cerca de R\$ 2,7 bilhões serão repassados como Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde.

Finalmente, o Ministério da Saúde realizará em 2020 um conjunto de investimentos da ordem de R\$ 2,2 bilhões. Parte dos recursos será canalizada para o Apoio à Estruturação de Unidades de Atenção Especializada, com aporte de R\$ 510 milhões, e à Rede de Urgências e Emergências, com R\$ 210 milhões.

Educação

No Brasil, a Educação é direito de todos e dever do Estado e da família, e deve ser promovida visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. É competência comum da União, dos Estados e dos Municípios organizar em regime de colaboração seus sistemas de ensino, assim como proporcionar os meios de acesso à educação de qualidade.

O Governo Federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), vem desempenhando suas competências no âmbito da política nacional de Educação, buscando, a cada exercício, aprimorar os processos educacionais e garantir o financiamento das instituições sob sua responsabilidade.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar a estudantes de todas as etapas da educação básica pública, quais sejam educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos. O Governo Federal repassa a Estados, Municípios e a escolas federais, recursos financeiros de caráter suplementar para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de alunos matriculados em cada rede de ensino. Ademais, no mínimo 30% dos recursos repassados pelo PNAE são utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável dessas comunidades. Em 2020, o PNAE contará com R\$ 4,2 bilhões do Governo Federal para atender aproximadamente 42 milhões de estudantes.

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) contempla a aquisição e a distribuição de obras didáticas, pedagógicas e de literatura, entre outros materiais de apoio à prática educativa, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. Destaca-se que o PNLD é uma importante ferramenta para implantação da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual estabe-

lece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Em 2020, serão aplicados R\$ 2,3 bilhões nessa iniciativa, o que possibilitará a aquisição de aproximadamente 226 milhões de obras para o ensino médio e o ensino fundamental anos iniciais, além das reposições.

Com o intuito de permitir o funcionamento dos cursos nas modalidades presencial e a distância, serão destinados aproximadamente R\$ 6,7 bilhões para a manutenção de 146 instituições federais de ensino superior, de educação profissional e tecnológica e hospitais universitários, vinculadas ao MEC.

Outro destaque é o Programa de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, que tem por objetivo aprimorar a aprendizagem do aluno do ensino médio e incentivar a sua permanência na escola. As escolas de educação básica das redes públicas dos Estados e do Distrito Federal que participam do programa são apoiadas para oferecer a jornada escolar ampliada e a formação integral e integrada do estudante. Para essa iniciativa, o Governo Federal repassa recursos às Secretarias Estaduais e Distrital de Educação, que devem ser aplicados na remuneração e aperfeiçoamento dos professores, na aquisição de material didático-escolar, na manutenção e conservação de instalações e de equipamentos, entre outras despesas classificadas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Essa iniciativa receberá R\$ 620,0 milhões em 2020.

O Programa de Inovação Educação Conectada contará em 2020 com R\$ 199,0 milhões para apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica pública. A tecnologia é uma ferramenta eficaz para permitir o acesso ao ensino, contemporaneidade no aprendizado e melhorias na gestão das redes educacionais, principalmente em um País extenso, em termos territoriais, como o Brasil, o que confere ao Programa um caráter estratégico. Sua execução está prevista até o exercício de 2024, com a meta de 146 mil escolas a serem atendidas ao fim desse período.

Assistência Social

Direito do cidadão e dever do Estado, a Assistência Social é uma política pública não contributiva, que objetiva prover os mínimos sociais para garantir o atendimento às necessidades básicas. É realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade. No Governo Federal, o principal órgão que executa essas ações é o Ministério da Cidadania, cujas principais iniciativas a serem desenvolvidas no exercício de 2020, são apresentadas a seguir.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a Renda Mensal Vitalícia (RMV) consistem na transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, que comprovem não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. Para 2020, estão previstos R\$ 60,1 bilhões para o BPC e a RMV, que beneficiarão 4,7 milhões de pessoas, sendo 2,0 milhões de idosos e 2,7 milhões de pessoas com deficiência.

Outra iniciativa importante é o Bolsa Família, programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, estimando-se, para 2020, o valor de R\$ 29,5 bilhões, com o atendimento de 13,2 milhões de famílias beneficiárias. Para receber o benefício são considerados a renda por pessoa da família (renda mensal per capita igual ou inferior a R\$ 178,00), o

número de crianças e adolescentes com até 17 anos e a existência de gestantes e nutrizes. As famílias que, mesmo após o recebimento dos demais benefícios se mantenham abaixo da linha de extrema pobreza (renda mensal per capita igual ou inferior a R\$ 89,00), recebem o benefício de superação da extrema pobreza, cujo valor é variável e equivale ao necessário para superar os R\$ 89,00 por pessoa. Para tal, as famílias beneficiárias devem assumir compromissos e cumprir certas condicionalidades

O Programa Criança Feliz surge como uma importante ferramenta para que famílias com crianças, entre zero e seis anos, ofereçam a seus pequenos os meios para promover seu desenvolvimento integral. É uma estratégia alinhada ao Marco legal da Primeira Infância que traz as diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano. Para 2020 está previsto o atendimento de 800 mil crianças em situação de vulnerabilidade e risco social, em especial nos primeiros 1.000 dias de vida, por meio de visitas domiciliares semanais, realizadas por agentes especializados em técnicas de desenvolvimento infantil integral, e contará com o montante de R\$ 517,3 milhões.

Ciência e Tecnologia

A fim de fortalecer a pesquisa científica, o Governo investirá R\$ 150,1 milhões para dar seguimento à Construção da Fonte de Luz Síncrotron de 4ª geração. O Brasil é o único país da América Latina a possuir um laboratório desse tipo, capaz de analisar a natureza por meio de radiações eletromagnéticas, que tem por objetivo desenvolver materiais de alto desempenho, mais econômicos e menos nocivos ao meio ambiente, além de gerar conhecimentos para aplicação em diversas áreas, tais como agricultura, energia e fármacos. Sirius será a maior e mais complexa infraestrutura científica já construída no País e uma das primeiras fontes de luz síncrotron de 4ª geração do mundo.

Para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, gerenciado pela Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, e que financia projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas, serão destinados R\$ 600,1 milhões.

No âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq estão previstos R\$ 1.025,1 milhões para a concessão de bolsas de estudo de graduação, mestrado, doutorado, pós-doutorado e de iniciação científica para a qualificação de pessoal, que visam a fomentar a ciência, a tecnologia e a inovação, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional.

No que tange à Política Nacional de Comunicações, serão aportados R\$ 50,0 milhões para o projeto de suporte à implantação e expansão de infraestrutura de comunicações no Nordeste do País a fim de permitir o tráfego de dados em alta capacidade, provendo acesso à banda larga para instituições de ensino, unidades de saúde, hospitais, bibliotecas, instituições de segurança, tribunais, dentre outros.

Segurança Pública

A Política Nacional de Segurança Pública está voltada à modernização e ao aprimoramento das forças policiais. Em parceria com os Estados, Distrito Federal e Municípios, diferentes órgãos governamentais e entidades da sociedade civil, o Governo Federal vem desenvolvendo ações que mitigam as causas da violência e da criminalidade no desafio de implementar iniciativas que resultem na diminuição de crimes.

O Ministério da Segurança Pública apoia, por meio do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, projetos na área de segurança pública destinados a reequipamento, treinamento e qualificação das polícias civis e militares, corpos de bombeiros militares e guardas municipais; sistemas de informações, de inteligência e de investigação, bem como os de estatísticas policiais; estruturação e modernização da polícia técnica e científica, programas de prevenção ao delito e à violência; dentre outros, os citados devem estar enquadrados nas diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), cujos objetivos principais são: redução de homicídios dolosos, feminicídios e violência contra a mulher; racionalização e modernização do sistema penitenciário; combate integrado à criminalidade organizada transnacional.

Ressalta-se que o Sistema Único de Segurança Pública - Susp foi instituído pela Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e tem como uma de suas principais diretrizes a atuação integrada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em ações de Segurança Pública.

Para o desenvolvimento das atividades será disponibilizado, no âmbito do FNSP, em 2020, o montante de R\$ 435,3 milhões, visando ao fortalecimento de instituições de segurança pública e R\$ 92,9 milhões, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, à implementação de ações voltadas à prevenção da violência e da criminalidade.

A Polícia Federal tem o objetivo de aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para a superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, a lavagem de dinheiro e corrupção, na intensificação da fiscalização do fluxo migratório e no enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira. Para a realização dessas missões serão disponibilizados, no exercício de 2020, R\$ 1,2 bilhão, para viabilizar o aprimoramento da Polícia Federal, dos quais R\$ 306,4 milhões permitirão a manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Imigrantes.

A Polícia Rodoviária Federal atua de forma ostensiva nas rodovias federais, por meio de suas intervenções no combate a ilícitos, principalmente no roubo de veículos e cargas, na segurança aos usuários das vias federais, no enfrentamento de crimes ambientais e de exploração sexual de crianças e de adolescentes. Para essas ações, serão destinados, em 2020, R\$ 628,0 milhões.

O Fundo Penitenciário Nacional possui uma política de financiamento de projetos de construção e ampliação de estabelecimentos penais. Além disso, busca disseminar a aplicação de penas e de medidas alternativas pelos órgãos judiciais, no intuito de controlar o crescimento da população prisional; incentivar a implantação do serviço de educação e responsabilização para autores de violência doméstica; e criar núcleos de defesa dos presos provisórios, compostos por equipe multidisciplinar que orienta e acompanha réus e suas famílias, como forma de evitar a reincidência criminal e facilitar a reinserção social. Para o desenvolvimento dessas atividades, serão aplicados R\$ 308,8 milhões em 2020.

Defesa

Para o setor de Defesa, serão investidos, no próximo exercício, recursos da ordem de R\$ 3,0 bilhões em projetos estratégicos das Forças Armadas e novos desafios tecnológicos e científicos nacionais.

No que tange à Marinha do Brasil, destacam-se os investimentos na área nuclear, pioneira no desenvolvimento de tecnologias para o domínio do ciclo do combustível nuclear, e na construção inteiramente nacional do reator do primeiro submarino brasileiro de propulsão nuclear. Também será dada continuidade, em parceria com o governo francês, no desenvolvimento de submarinos. O projeto prevê a construção do submarino de propulsão nuclear e de quatro submarinos convencionais, do estaleiro e da base naval em Itaguaí (RJ).

No Exército Brasileiro, prevê-se a implantação do Sistema Integrado de Fronteiras (Sisfron), com vistas a apoiar ações de vigilância nas fronteiras terrestres. A aquisição dos Blindados Guarani, produzidos no País, ampliará a capacidade de emprego das Forças Armadas em situações críticas. O Projeto Astros 2020, desenvolvido pela indústria nacional, aumentará a defesa terrestre, dotando o País de capacidade tecnológica na produção de sistemas de artilharia e defesa de longo alcance.

No âmbito da Força Aérea Brasileira, está em curso o Projeto KC-X, aeronave de transporte de médio porte, em parceria com a Empresa Brasileira de Aeronáu-

tica (Embraer), que cria melhores condições para o transporte militar, além de abrir novos mercados internacionais à indústria aeronáutica brasileira. Na mesma linha, cabe ressaltar a implantação do projeto de aquisição de caças Gripen NG, que permitirá a absorção de tecnologias, em parceria com o governo da Suécia, para fabricação de aeronaves de última geração, cujo objetivo é proteger o território nacional.

Ademais, além dos projetos supramencionados, é importante mencionar o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), que contará com R\$ 1,8 bilhão para garantir a segurança e a qualidade do tráfego aéreo brasileiro.

Destaca-se também a atuação das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem, objetivando a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Por fim, o Ministério da Defesa tem tido papel fundamental, desde 2018, na assistência emergencial e acolhimento humanitário de pessoas advindas da República Bolivariana da Venezuela, com montagem de alojamento, realização de operações voltadas à segurança pública e ao fortalecimento das fronteiras, atenção à saúde, organização e distribuição de doações, fornecimento de alimentos, transporte de pessoas para outras regiões, entre outras. Essas intervenções contarão com recursos da ordem de R\$ 160,0 milhões.

Desenvolvimento Regional

No âmbito do desenvolvimento regional, as obras de infraestrutura hídrica ampliarão o acesso da população à água nos mais diversos usos (consumo humano, dessedentação animal, agricultura irrigada e atividade industrial), contribuindo para a expansão da atividade econômica e o desenvolvimento social. Neste momento em que regiões brasileiras sofrem com a escassez hídrica, a estratégia é priorizar os investimentos públicos em obras que viabilizem a integração entre regiões hidrográficas, rios, reservatórios e demais infraestruturas hídricas. Com a execução de obras estruturantes e reabilitação de infraestrutura existente, busca-se a expansão da disponibilidade e segurança hídrica, proporcionando o abastecimento a partir de fontes perenes.

Nesse contexto, o Projeto de Integração do Rio São Francisco é fundamental para o combate à escassez no Nordeste Setentrional, sendo a maior obra de infraestrutura hídrica do País, dentro da Política Nacional de Recursos Hídricos. Com 477 quilômetros de extensão em dois eixos (Leste e Norte), o empreendimento visa a segurança hídrica de 12 milhões de pessoas em 390 municípios nos estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, onde a estiagem é frequente.

Serão alocados como investimentos prioritários R\$ 350,0 milhões nas obras dos Eixos Leste e Norte do Projeto, além de R\$ 304,2 milhões para a construção do Sistema Adutor Ramal do Agreste Pernambucano, que permitirá a integração da bacia do Rio São Francisco com a bacia do Rio Ipojuca e as regiões do sertão e agreste do Estado de Pernambuco.

Infraestrutura

Os investimentos em infraestrutura logística objetivam melhorar a eficiência da matriz logística atual e ampliar a qualidade dos serviços de transporte para aumentar a competitividade da produção brasileira, fortalecendo a integração de cadeias produtivas e facilitando a circulação de pessoas e produtos em todo o território nacional. Além de contribuir para o crescimento da produção, criam empregos diretos e indiretos, funcionando como um dos grandes motores de expansão da economia brasileira. Nas áreas relativas a rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias, o planejamento e respectivas execuções ocorrem de forma complementar entre os diferentes modais e geram soluções logísticas integradas. Em 2020, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 7,1 bilhões.

Os investimentos em rodovias, no valor de R\$ 4,7 bilhões, contemplam a manutenção de toda a malha rodoviária federal não concedida, além da construção, pavimentação, duplicação e adequação das rodovias federais administradas pela União. Destaque para as seguintes obras que estão em estágio avançado de execução e com previsão de término durante o período de vigência do Plano Plurianual – PPA 2020-2023: BR-163/PA divisa de Mato Grosso com o Pará; BR-163/PR trecho Cascavel – Guaíra e Cascavel – Marmelândia; BR-280/SC – trecho São Francisco do Sul – Jaraguá do Sul; BR-470/SC – trecho Navegantes – Rio do Sul; BR-116/RS e BR-290/RS - construção da segunda ponte sobre o Rio Guaíba; BR-381/MG – duplicação do trecho entre Governador Valadares e Belo Horizonte; BR-222/CE – acesso rodoviário ao Porto de Pecém; BR-181/AL – divisa de Alagoas com Pernambuco e Alagoas com Sergipe; BR-101/BA – divisa de Sergipe com Bahia; BR-116/RS – trecho entre Eldorado do Sul e Pelotas; BR-163/MT – trecho entre Rondonópolis e Cuiabá.

Para o transporte ferroviário, está previsto R\$ 353,8 milhões, com destaque para a construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) no trecho entre Ilhéus e Barreiras, no Estado da Bahia, obra com execução e andamento e conclusão prevista até o final de 2023.

Quanto ao modal aeroportuário, a aviação brasileira contribui para retomada do crescimento econômico, integração do território nacional e desenvolvimento de polos regionais, o que impõe a necessidade de

aumentar a oferta do serviço aéreo à população, mantendo a confiabilidade do serviço, minimizando riscos de acidentes e gargalos operacionais. Nesse sentido, o Governo Federal destinará, em 2020, R\$ 187,4 milhões para modernizar e expandir a infraestrutura e os serviços aeroportuários, concentrando esforços em investimentos que assegurem a capacidade de operação, a segurança e o conforto de passageiros. Destes, estão previstos R\$ 140,5 milhões em investimentos para aviação regional.

A atividade portuária, que contará com R\$ 83,1 milhões, é uma das principais indutoras do desenvolvimento brasileiro, além de ser crucial para o equilíbrio da balança comercial. Os empreendimentos priorizam as dragagens, as obras de acesso terrestre, a modernização portuária, a melhoria da gestão dos portos, do controle do tráfego de navios e a ampliação da eficiência logística. Essas ações contribuem para a competitividade dos produtos nacionais e a produtividade operacional e, com isso, dinamizam a economia e reduzem o chamado “Custo Brasil”.

No setor hidroviário, que receberá em 2020 R\$ 179,6 milhões, há em andamento estudos, projetos e obras que visam à melhoria da navegação das hidrovias com o intuito de elevar a participação desse modal na matriz de transporte do País e de contribuir para a expansão do comércio exterior, além da construção de terminais fluviais principalmente na região Norte, possibilitando maior integração regional.

Os investimentos em infraestrutura logística contam ainda com um aporte de R\$ 1,5 bilhão em atividades transversais que contemplam mutuamente as áreas de rodovias, ferrovias, aeroportos e portos. São atividades como investimentos em tecnologia da informação que propiciam uma prestação de serviço moderna e qualificada ao cidadão; políticas de educação e prevenção de acidentes de trânsito, evitando mortes e ferimentos, e propiciando economia nas áreas de saúde e previdência; projetos, estudos e pesquisas para o desenvolvimento da infraestrutura logística, permitindo inclusive a realização de concessões no setor, viabilizando o investimento de capital do setor privado; fiscalização e regulação do setor, garantindo os direitos legais dos usuários do sistema.



Capítulo 03

Avaliação das Necessidades de Financiamento do Governo Central

Metodologia de Cálculo do Resultado Primário e Nominal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Parâmetros Utilizados

Receita Primária Total

Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios por Repartição de Receita

Despesa Primária Total

Novo Regime Fiscal no PLOA-2020

Regra de Ouro

Resultado Primário das Empresas Estatais Federais - Metodologia de Cálculo

Receitas do Orçamento de Investimento

Pessoal e Encargos Sociais

Sistemas Previdenciários

Metodologia de Cálculo do Resultado Primário e Nominal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Parâmetros Utilizados

A apresenta-se a avaliação das necessidades de financiamento do Governo Central, a qual discrimina os principais itens de receitas e despesas que afetam o cumprimento da meta de resultado primário. A Tabela 3 demonstra a evolução desses agregados e indica os resultados primário e nominal do Governo Central observados na execução de 2018, na Lei Orçamentária de 2019 e na reprogramação de 2019, e os previstos no Projeto de Lei Orçamentária de 2020 (PLOA-2020).

Cumprir ressaltar que o Banco Central do Brasil (BCB) é o responsável, ao final do exercício, pela apuração dos resultados primário e nominal para fins de verificação do cumprimento da meta fiscal fixada para o exercício.

A Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) refere-se à metodologia consagrada internacionalmente para avaliação de políticas fiscais, consistindo na soma entre o resultado primário do setor público não financeiro e a apropriação de juros

nominais por competência. O resultado primário de determinado ente, por sua vez, diz respeito à diferença entre receitas e despesas primárias, em um período de tempo, e pode ser apurado por dois critérios:

1. *variação do nível de endividamento líquido do ente durante o período considerado; ou*
2. *soma dos itens de receitas e despesas.*

O primeiro critério, chamado “abaixo da linha”, é calculado pelo BCB, sendo considerado o resultado oficial por fornecer também o nível de endividamento final obtido com a geração do superávit/déficit primário.

O segundo, denominado “acima da linha”, é calculado pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Economia, e possibilita o controle dos itens que compõem o resultado, sendo fundamental para a elaboração dos orçamentos e do planejamento fiscal.

TABELA 3: DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL

Discriminação	Realizado 2018		LOA 2019		Avaliação 3º Bimestre 2019		PLOA 2020	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
I. RECEITA TOTAL	1.484.238,1	21,6	1.574.860,9	21,2	1.540.535,8	21,5	1.644.544,9	21,6
I.1. Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	905.052,4	13,2	961.808,3	12,9	939.286,0	13,1	1.002.159,3	13,2
I.1.1. Imposto de Importação	40.678,4	0,6	47.057,3	0,6	42.602,4	0,6	46.029,1	0,6
I.1.2. IPI	55.427,3	0,8	62.208,4	0,8	54.225,4	0,8	59.071,3	0,8
I.1.3. Imposto sobre a Renda	362.757,3	5,3	375.707,8	5,1	393.014,6	5,5	412.336,9	5,4
I.1.4. IOF	36.786,1	0,5	39.719,0	0,5	39.307,1	0,5	42.522,9	0,6
I.1.5. COFINS	251.466,0	3,7	265.461,4	3,6	239.553,6	3,3	260.300,1	3,4
I.1.6. PIS/PASEP	66.124,8	1,0	71.251,3	1,0	66.284,8	0,9	71.908,2	0,9
I.1.7. CSLL	78.549,2	1,1	75.180,9	1,0	79.155,7	1,1	85.577,2	1,1
I.1.8. CPMF/CSS								
I.1.9. CIDE - Combustíveis	3.963,4	0,1	2.837,9	0,0	2.652,3	0,0	2.666,1	0,0
I.1.10. Outras Administradas pela RFB	9.300,0	0,1	22.384,3	0,3	22.490,2	0,3	21.747,4	0,3
I.1.11. REFIS e PAES								
I.2. Incentivos Fiscais	-14,1	0,0	0,0	0,0	-48,9	0,0	-1,8	0,0

Discriminação	Realizado 2018		LOA 2019		Avaliação 3º Bimestre 2019		PLOA 2020	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
I.3. Arrecadação Líquida para o RGPS	391.181,8	5,7	419.812,3	5,6	414.988,3	5,8	438.443,6	5,8
I.3.1. Projeção Normal	377.647,3	5,5	409.838,4	5,5	404.601,6	5,7	428.038,2	5,6
I.3.2. Ressarcimento de desonerações previdenciárias	13.534,5	0,2	9.973,9	0,1	10.386,7	0,1	10.405,4	0,1
I.4. Outras Receitas	188.018,0	2,7	193.240,4	2,6	186.310,4	2,6	203.943,9	2,7
I.4.1. Concessões e Permissões	21.929,2	0,3	15.630,5	0,2	17.066,9	0,2	21.063,1	0,3
I.4.2. Complemento do FGTS	5.029,9	0,1	5.984,8	0,1	5.322,2	0,1	5.654,5	0,1
I.4.3. Cont. Plano de Seg. do Servidor	13.731,5	0,2	14.680,6	0,2	14.124,6	0,2	19.178,8	0,3
I.4.4. Contribuição do Salário-Educação	22.047,6	0,3	21.622,2	0,3	21.775,1	0,3	23.116,5	0,3
I.4.5. Exploração de Recursos Naturais	59.914,3	0,9	73.295,9	1,0	66.369,4	0,9	68.243,5	0,9
I.4.6. Dividendos e Participações	7.676,5	0,1	7.489,3	0,1	8.449,1	0,1	7.826,3	0,1
I.4.7. Operações com Ativos	1.135,6	0,0	1.157,4	0,0	1.129,4	0,0	1.129,1	0,0
I.4.8. Receita Própria (fontes 50 & 81)	14.794,1	0,2	14.843,2	0,2	15.461,7	0,2	15.162,7	0,2
I.4.9. Demais Receitas	41.759,4	0,6	38.536,5	0,5	36.612,0	0,5	42.569,3	0,6
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	256.723,7	3,7	275.157,9	3,7	276.154,5	3,9	288.982,4	3,8
II.1. Cide combustíveis	1.356,8	0,0	821,4	0,0	761,6	0,0	781,7	0,0
II.2. Exploração de Recursos Naturais	35.970,1	0,5	44.664,7	0,6	40.890,2	0,6	42.445,6	0,6
II.3. Contribuição do Salário Educação	12.758,1	0,2	12.973,3	0,2	13.065,0	0,2	13.869,9	0,2
II.4. FPE/FPM/IPI-EE	196.629,8	2,9	207.071,4	2,8	210.909,4	2,9	222.204,2	2,9
II.5. Fundos Constitucionais	8.470,1	0,1	8.113,4	0,1	8.796,0	0,1	7.870,8	0,1
Repasso Total	12.467,6	0,2	13.137,5	0,2	13.609,1	0,2	14.142,2	0,2
Superávit Fundos	-3.997,5	-0,1	-5.024,0	-0,1	-4.813,1	-0,1	-6.271,3	-0,1
II.6. Demais	1.538,8	0,0	1.513,7	0,0	1.732,3	0,0	1.810,2	0,0
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	1.227.514,5	17,9	1.299.703,0	17,5	1.264.381,2	17,7	1.355.562,5	17,8
IV. DESPESAS	1.351.756,7	19,7	1.438.693,0	19,3	1.403.381,2	19,6	1.479.662,5	19,4
IV.1. Benefícios da Previdência	586.378,8	8,5	637.851,9	8,6	630.859,8	8,8	682.689,4	9,0
IV.2. Pessoal e Encargos Sociais	298.020,9	4,3	324.937,0	4,4	324.593,8	4,5	336.624,7	4,4
IV.3. Outras Desp. Obrigatórias	201.338,0	2,9	207.030,1	2,8	209.311,6	2,9	228.316,5	3,0
IV.3.1. Abono e Seguro Desemprego	53.553,3	0,8	59.831,2	0,8	56.831,4	0,8	57.347,0	0,8
IV.3.2. Anistiados	168,2	0,0	275,2	0,0	275,2	0,0	275,2	0,0
IV.3.3. Apoio Fin. Municípios/Estados								
IV.3.4. Auxílio à CDE								
IV.3.5. Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	615,0	0,0	894,8	0,0	899,8	0,0	936,5	0,0
IV.3.6. Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV	56.156,0	0,8	60.234,3	0,8	59.888,3	0,8	61.490,2	0,8
IV.3.7. Complemento do FGTS	5.029,9	0,1	5.984,8	0,1	5.322,2	0,1	5.654,5	0,1
IV.3.8. Créditos Extraordinários	5.733,2	0,1			4.856,8	0,1		
IV.3.9. Desoneração MP 540, 563 e 582	13.534,5	0,2	9.973,9	0,1	10.386,7	0,1	10.405,4	0,1
IV.3.10. Despesas Custeadas com Convênios/Doações (Poder Executivo)								
IV.3.11. Fabricação de Cédulas e Moedas	870,2	0,0	950,8	0,0	950,8	0,0	982,8	0,0
IV.3.12. Fundef / Fundeb - Complementação	13.814,7	0,2	15.248,8	0,2	14.921,7	0,2	16.206,6	0,2
IV.3.13. Fundo Constitucional do DF	1.597,8	0,0	1.634,9	0,0	1.612,3	0,0	2.289,0	0,0
IV.3.14. Legislativo/Judiciário/MPU/DPU	13.370,3	0,2	13.267,0	0,2	13.331,0	0,2	12.648,4	0,2
IV.3.15. Lei Kandir (LCs nº 87/96 e 102/00)	1.910,0	0,0						
IV.3.16. Reserva de Contingência							16.155,3	0,2
IV.3.17. Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	13.880,9	0,2	17.518,9	0,2	16.054,0	0,2	24.069,2	0,3

Discriminação	Realizado 2018		LOA 2019		Avaliação 3º Bimestre 2019		PLOA 2020	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
IV.3.18. Subsídios, Subvenções e Proagro	15.332,8	0,2	17.482,7	0,2	19.277,9	0,3	16.658,0	0,2
IV.3.19. Transferência ANA - Receitas Uso Recursos Hídricos	302,8	0,0	281,7	0,0	293,6	0,0	91,6	0,0
IV.3.20. Transferência Multas ANEEL (Acórdão TCU nº 3.389/2012)	917,2	0,0	946,2	0,0	930,0	0,0	916,7	0,0
IV.3.21. Impacto Primário do FIES	2.834,8	0,0	2.505,1	0,0	3.479,8	0,0	-349,3	0,0
IV.3.22. Financiamento de Campanha Eleitoral	1.716,2	0,0					2.539,5	0,0
IV.4. Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo	137.186,7	2,0	139.494,7	1,9	143.237,8	2,0	142.721,5	1,9
IV.5. Aumento de capital de estatais (A partir de 2018)	4.720,5	0,1	10.214,8	0,1	10.214,8	0,1	148,9	0,0
IV.6. Despesas Discricionárias	124.111,9	1,8	119.164,4	1,6	85.163,4	1,2	89.161,5	1,2
V. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	-120.221,3	-1,7	-138.990,0	-1,9	-139.000,0	-1,9	-124.100,0	-1,6
V.1. Resultado do Tesouro	74.975,7	1,1	79.049,7	1,1	76.871,5	1,1	120.145,8	1,6
V.2. Resultado da Previdência Social	-195.197,0	-2,8	-218.039,7	-2,9	-215.871,5	-3,0	-244.245,8	-3,2
VI. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA/ AJUSTE METODOLÓGICO	4.053,9	0,1						
VII. PRIMÁRIO ABAIXO DA LINHA (V+VI)	-116.167,4	-1,7	-138.990,0	-1,9	-139.000,0	-1,9	-124.100,0	-1,6
VIII. META OFS	-159.000,0	-2,3	-139.000,0	-1,9	-139.000,0	-1,9	-124.100,0	-1,6
IX. COMPENSAÇÃO DA META GOV CENTRAL NA LDO								
X. META OFS PARA CUMPRIMENTO DA LDO	-159.000,0	-2,3	-139.000,0	-1,9	-139.000,0	-1,9	-124.100,0	-1,6
XI. ESFORÇO NECESSÁRIO (+) / SOBRA DE RECURSOS (-) (X-VII)	-42.832,6	-0,6	-10,0	0,0				
XII. JUROS NOMINAIS	-310.307,1	-4,5	-325.398,2	-4,4	-325.398,2	-4,5	-314.137,7	-4,1
XIII. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (VII + XII)	-426.474,5	-6,2	-464.388,2	-6,2	-464.398,2	-6,5	-438.237,7	-5,8
XIV. RECEITAS FINANCEIRAS	1.440.186,6	21,0	1.687.348,4	22,7	1.687.348,4	23,6	2.042.667,2	26,8
XIV.1. Refinanciamento da Dívida	537.133,6	7,8	758.673,0	10,2	758.673,0	10,6	1.004.623,2	13,2
XIV.2. Emissão de Títulos	392.157,0	5,7	663.197,8	8,9	663.197,8	9,3	824.236,7	10,8
XIV.3. Operações Oficiais de Crédito	172.648,6	2,5	66.349,0	0,9	66.349,0	0,9	57.348,7	0,8
XIV.4. Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	85.277,3	1,2	91.239,9	1,2	91.239,9	1,3	83.235,3	1,1
XIV.5. Demais	252.970,1	3,7	107.888,7	1,5	107.888,7	1,5	73.223,4	1,0
XV. DESPESAS FINANCEIRAS	1.149.835,4	16,7	1.560.034,8	21,0	1.560.034,8	21,8	1.927.734,7	25,3
XV.1. Juros e Encargos da Dívida	279.594,0	4,1	378.896,0	5,1	378.896,0	5,3	415.054,7	5,5
XV.2. Amortização da Dívida	786.402,1	11,4	1.045.939,1	14,1	1.045.939,1	14,6	1.239.367,6	16,3
XV.3. Demais	83.839,3	1,2	135.199,7	1,8	135.199,7	1,9	273.312,4	3,6

As estimativas da NFSP estão compatíveis com a meta fiscal necessária para a estabilização da relação Dívida/ Produto Interno Bruto (PIB) no médio prazo, conforme as atuais diretrizes de política fiscal e as mudanças ocorridas no cenário econômico. Assim, o PLOA-2020 pressupõe volumes de receitas compatíveis com a citada meta e de despesas necessárias ao funcionamento da máquina pública e a consecução das políticas de Governo.

O levantamento da NFSP evidencia o montante de receitas primárias, assim como de despesas primárias (obrigatórias e discricionárias). A partir das metas de resultado, do montante de receita previsto e da estimativa das despesas primárias obrigatórias, chega-se ao valor das despesas primárias discricionárias, ou seja, aquelas em que existe, efetivamente, margem de decisão alocativa. Assim, apresentam-se as metodologias e os valores das principais receitas e despesas primárias constantes do PLOA-2020, em valores correntes, e, em seguida, os principais indicadores econômicos utilizados para as estimativas.

No PLOA-2020, as receitas primárias atingem o montante de R\$ 1.644,5 bilhões, sendo R\$ 1.002,2 bilhões relativos à receita administrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia (RFB/ME), líquida de incentivos fiscais, R\$ 438,4 bilhões referentes à arrecadação líquida para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e R\$ 203,9 bilhões relativos às demais receitas primárias.

As projeções assumiram a hipótese de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, PEC 6/2019, na forma aprovada pela Câmara dos Deputados, e do Projeto de Lei nº 1.645, de 2019. A PEC 6/2019, que materializa a Reforma da Previdência, altera regras de acesso, alíquotas e outras normas do Regime Geral de Previdência Social. A proposta também veda a desvinculação das receitas advindas de contribuições sociais destinadas ao custeio da Seguridade Social. O Projeto de Lei nº 1.645/2019, por sua vez, reestrutura as carreiras dos militares, abrangendo regras sobre pensões militares e outros benefícios.

As receitas financeiras são geralmente obtidas junto ao mercado financeiro, decorrentes da emissão de títulos, da contratação de operações de crédito por organismos oficiais, das aplicações financeiras da União, entre outras. Como regra geral, são aquelas que não alteram o endividamento líquido do Governo (setor público não financeiro), uma vez que criam uma obrigação ou extinguem um direito, ambos de natureza financeira, junto ao setor privado interno e/ou externo. A exceção a essa regra é a receita advinda dos juros de operações financeiras, que, apesar de contribuir com a redução do endividamento líquido, também se caracteriza como receita financeira.

Para 2020, o PLOA considera um total de R\$ 2.042,7 bilhões em receitas financeiras. Desse total, R\$ 1.004,6 bilhões referem-se às captações para refinanciamento do estoque da dívida, R\$ 824,2 bilhões, à emissão de títulos, R\$ 57,3 bilhões, ao retorno das operações oficiais de crédito (amortizações e juros), R\$ 83,2 bilhões, à remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional e R\$ 73,2 bilhões, às demais receitas financeiras, obti-

das por meio de operações de crédito, remunerações a depósitos bancários, entre outras.

No que diz respeito às despesas, a apuração do resultado primário é realizada considerando-se apenas os gastos primários, que excluem as despesas não primárias, as quais não pressionam o resultado primário nem alteram o endividamento líquido do setor público não financeiro no exercício e correspondem, principalmente, ao pagamento de juros, encargos e amortização de dívidas, à concessão de empréstimos e financiamentos, à aquisição de títulos de crédito e representativos de capital integralizado e às reservas de contingência, com exceção do montante considerado primário.

Conforme o Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do Governo Central, compatível com o PLOA-2020, o valor total das despesas primárias do Governo Central é de R\$ 1.768,6 bilhões, sendo R\$ 289,0 bilhões destinados às transferências constitucionais e legais por repartição de receita, R\$ 336,6 bilhões para gastos com pessoal e encargos sociais, R\$ 682,7 bilhões para benefícios previdenciários, R\$ 228,3 bilhões para as despesas obrigatórias sem controle de fluxo, R\$ 142,7 bilhões para as despesas obrigatórias com controle de fluxo do Poder Executivo, e R\$ 89,3 bilhões para as despesas discricionárias.

Ressalta-se que as aplicações mínimas em ações e serviços públicos de saúde e manutenção e desenvolvimento do ensino ficam asseguradas, conforme critérios estabelecidos no art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016.

Vale reiterar que o PLOA 2020 foi elaborado considerando os efeitos da Reforma da Previdência sobre os gastos sociais, nos termos do texto substitutivo à PEC nº 6/2019, do deputado Samuel Moreira.

Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminam a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, em seu menor nível, especificando, entre outros atributos, o identificador de resultado primário, a fim de facilitar a respectiva apuração.

Conforme possibilidade prevista no art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2020, o PLOA 2020 contém em órgão orçamentário específico, receitas de operações de crédito e programações de despesas correntes primárias, condicionadas à aprovação de projeto de lei de créditos suplementares ou especiais por maioria absoluta do Congresso Nacional, de acordo com o disposto no inciso III do caput do art. 167 da Constituição Federal. Estão sendo adotadas medidas para reduzir a necessidade de emissão de operações de crédito durante a execução orçamentária.

Receita Primária Total

A projeção da receita primária, no montante de R\$ 1.644,5 bilhões, com um acréscimo de 7% em relação à estimativa da 3ª avaliação bimestral de receitas e despesas para o ano de 2019, adotou como base de cálculo os valores arrecadados até junho de 2019, com os devidos ajustes, utilizando-se os parâmetros relacionados à atividade econômica, aos índices de preço e à taxa de câmbio projetados pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia (SPE/FAZENDA/ME), em 10 de julho de 2019.

Dentre os parâmetros, destacam-se, quanto ao efeito sobre a arrecadação prevista para 2019: a) o crescimento real da economia (estimado em 2,2% para 2020); b) a inflação acumulada apurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (3,9% para 2020) e pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI (4,1% para 2020); c) a expansão na quantidade importada, sem combustível (12,9% para 2020); d) a variação da massa salarial nominal (6,3% em 2020); e e) a variação na Taxa Média de Câmbio Real/Dólar (-0,9% em 2020).

As receitas primárias do Governo Central referem-se, predominantemente, às receitas correntes, e são classificadas conforme os seguintes grupos:

Receitas Administradas pela RFB/ME

Incluem os impostos e as principais contribuições, tanto sociais quanto de intervenção no domínio econômico, arrecadadas pela União e administradas pela RFB/ME. As estimativas dessas receitas são influenciadas por indicadores de preço, como inflação, taxa de câmbio e taxa de juros; indicadores de quantidade, como PIB, volume de vendas e de importações; e efeitos decorrentes de alterações na legislação tributária e de medidas de caráter administrativo.

Para 2020, estima-se que as receitas administradas pela RFB/ME, líquidas de restituições e incentivos fiscais, e excluídas as receitas do RGPS, totalizem R\$ 1.002,2 bilhões.

Como dito anteriormente, as receitas administradas foram estimadas sob a premissa de aprovação da Reforma da Previdência. Portanto, prevê-se um aumento de R\$ 3,2 bilhões na arrecadação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), em decorrência do acréscimo na alíquota paga pelo setor financeiro.

Outra mudança decorrente da PEC nº 6/2019, é a redução de R\$ 1,0 bilhão na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre o Trabalho (IRRF-Trabalho), visto que a base de cálculo desse tributo será afetada pelas mudanças nas alíquotas das contribuições previdenciárias.

Arrecadação Líquida para o RGPS

Refere-se à arrecadação da Contribuição dos Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social, prevista na alínea "a" do inciso I e no inciso II do art. 195 da Constituição Federal, deduzidos os valores transferidos a terceiros, principalmente aos órgãos do chamado Sistema "S".

Uma vez que essa receita decorre das contribuições sociais dos trabalhadores e dos empregadores incidentes sobre a folha de salário, o parâmetro mais importante para sua estimativa é o crescimento da massa salarial nominal. Esse indicador varia em função da população economicamente ativa com carteira de trabalho assinada e do rendimento nominal médio desse grupo de trabalhadores, ambos apurados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ademais, o reajuste do teto de contribuição e o valor do salário mínimo também exercem influência sobre tal projeção.

Além do mais, compõe as receitas do RGPS o valor da compensação de que trata o inciso IV do art. 9º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011. Essa norma determina que a União compense o Fundo do Regime Geral de Previdência Social pela perda de receita previdenciária decorrente da desoneração sobre a folha de pagamento. A sistemática de recolhimento das contribuições sofreu nova mudança com a Lei nº 13.670, de 03 de maio de 2018, que, dentre outras medidas, reonerou a folha de pagamento de alguns setores da economia.

Essa projeção também assumiu a premissa de aprovação da PEC nº 6/2019, que, entre outras alterações, torna progressiva a incidência da contribuição ao RGPS, de forma análoga à sistemática adotada para o Imposto de Renda Pessoa Física. Mais especificamente, aqueles com salário menor contribuirão menos, enquanto aqueles com salário maior passarão a pagar contribuições mais elevadas. Como resultado dessa mudança, prevê-se uma redução de R\$ 3,2 bilhões na arrecadação previdenciária líquida do regime geral.

Desta forma, a estimativa da receita previdenciária líquida para o exercício de 2020 totaliza R\$ 428,0 bilhões. Para tanto, adotou-se como base de cálculo os valores arrecadados até junho de 2019. Além da previsão normal, considerou-se também um aporte de R\$ 10,4 bilhões previsto para compensar as desonerações da folha de pagamento. Desse modo, o total de receitas previstas para o Fundo do Regime Geral de Previdência Social é de R\$ 438,4 bilhões.

Receitas Administradas por outros órgãos

Esse conjunto de receitas representa um montante de R\$ 203,9 bilhões para 2020, com crescimento em relação à 3ª avaliação bimestral de receitas e despesas para 2019, de aproximadamente 9%. Dentre os principais parâmetros que influenciam essa previsão, destacam-se as variações acumuladas esperadas para o PIB, a Massa Salarial Nominal, o IGP-DI, o IPCA, o valor do barril de petróleo (Brent) e o câmbio.

Concessões e Permissões: compõem-se de todas as concessões e permissões da União para exploração econômica, pelo setor privado, em setores como os de telecomunicação, petróleo, transporte e energia elétrica. O valor programado para 2020, no montante de R\$ 21,1 bilhões, é calculado em função da expectativa de ingresso de recursos dos serviços já concedidos e a conceder naquele ano, conforme cronograma elaborado pelas respectivas agências reguladoras e por outros órgãos. A maior parcela de recursos previstos decorre da previsão do pagamento de outorga pelos novos contratos de concessão das usinas cotistas do Grupo Eletrobrás e das demais usinas não cotistas das quais o grupo é controlador, estimado em R\$ 16,2 bilhões.

Dividendos e Participações: consideram-se as projeções de todos os pagamentos a serem efetuados pelas empresas estatais controladas pela União e pelas empresas em que a União tenha participação acionária, a título de remuneração do capital investido pelo Governo Federal, totalizando o valor de R\$ 7,8 bilhões.

Exploração de Recursos Naturais: compreende as parcelas recebidas pela exploração de petróleo, xisto, gás natural, outros recursos minerais e recursos hídricos para geração de energia elétrica, incluídos os royalties devidos pela Itaipu Binacional ao Brasil. Nesses casos, variáveis como o volume de produção e o preço internacional do barril de petróleo, a quantidade de energia gerada e

seu preço são fundamentais para a estimativa dessas receitas. Projeta-se um montante total de R\$ 68,2 bilhões, com destaque para as receitas advindas da compensação pela exploração do petróleo, que somam R\$ 61,6 bilhões.

Receitas Próprias: consideram-se nesse item as receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos públicos da Administração direta ou indireta, em decorrência, principalmente, da prestação de serviços e de convênios. São preponderantemente influenciadas pelo crescimento do PIB e da inflação. Estima-se um total de R\$ 15,2 bilhões para 2020.

Entre as receitas próprias, incluem-se as decorrentes de contribuições pagas por militares das Forças Armadas para o financiamento de seus respectivos fundos de saúde. O valor previsto para essa receita foi afetado pela expectativa de aprovação do Projeto de Lei nº 1.645/2019, que, ao reajustar a remuneração bruta das carreiras militares, eleva a base de cálculo dessas contribuições.

Contribuição do Salário-Educação: contribuição social recolhida das empresas em geral e das entidades públicas e privadas vinculadas ao RGPS, destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para a educação básica pública e que também pode ser aplicada na educação especial, desde que vinculada à educação básica. O PLOA 2020 projeta uma arrecadação de R\$ 23,1 bilhões.

Contribuição para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos: contribuição social do servidor público de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, para a manutenção do respectivo regime próprio de previdência social, cuja projeção é de R\$ 19,2 bilhões.

Essa estimativa abrange o impacto esperado da Reforma da Previdência, que alterou alíquotas e regras de acesso do regime previdenciário dos servidores públicos. Com a reforma, as alíquotas terão caráter progressivo, à semelhança do que ocorre com o Imposto de Renda Pessoa Física. Além do mais, as novas regras de acesso e de cálculo do benefício tendem a aumentar o total recolhido por cada servidor, ao postergar o acesso à aposentadoria. Essas mudanças devem representar um acréscimo de R\$ 4,8 bilhões na receita.

Operações com Ativos: considera a expectativa de venda de ativos da União, como cessão do direito de operacionalização da folha de pagamentos, no montante de R\$ 1,1 bilhão.

Complemento do FGTS: contribuição relativa a dispensa do empregado sem justa causa, sobre a remuneração devida ao trabalhador, estimada em R\$ 5,7 bilhões para 2020.

Demais receitas: constituem receitas vinculadas a órgãos específicos e às suas despesas, em um total de R\$ 42,6 bilhões.

Neste grupo, constam as contribuições para pagamento de pensões militares das Forças Armadas, dos extintos Territórios Federais e do FCDF, bem como as contribuições para fundos de saúde do FCDF. A estimativa dessas receitas também foi afetada pela perspectiva de aprovação do Projeto de Lei nº 1.645/2019, que aumenta a remuneração bruta de militares e altera as regras de concessão de benefícios a inativos e pensionistas.

Quanto às pensões militares, o impacto decorrente da aprovação do PL 1.645/2019 perfaz R\$ 3,2 bilhões.

Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios por Repartição de Receita

Integram este item as **Transferências Constitucionais e Legais a Estados**, aos Municípios e ao Distrito Federal provenientes das receitas do Imposto de Renda (IR), do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF) incidentes sobre o ouro ativo financeiro ou instrumento cambial (IOF-Ouro), do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre Combustíveis (Cide-combustíveis), da Contribuição do Salário-Educação, da Exploração de Recursos Naturais, da receita de Concursos de Prognósticos, de Concessões de Florestas Nacionais e das receitas patrimoniais de Foro e Taxa de Ocupação.

Cumpra esclarecer que a metodologia empregada para mensuração do resultado primário requer que as despesas sejam estimadas pelo regime contábil de caixa, diferentemente das constantes do orçamento, as quais são programadas considerando o regime orçamentário em que as despesas públicas são reconhecidas quando da emissão da nota de empenho.

Para compatibilizar esses diferentes critérios, é necessário alguns ajustes que, no caso dos Fundos de Participação, exceto o equivalente aos 2% adicionais do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), instituídos pelas Emendas Constitucionais nº 55, de 20 de setembro de 2007, e nº 84, de 2 de dezembro de 2014, e da Cide-Combustíveis, são calculados pela diferença estimada entre os recursos a serem arrecadados no último decêndio do mês de dezembro de 2019 e repassados em 2020, e os de 2020, a serem repassados em 2021. O valor desse ajuste para 2020 é de R\$ 549,9 milhões.

No caso da transferência incidente sobre a arrecadação da CIDE-Combustíveis, tal ajuste é calculado pela diferença entre a projeção da transferência dos recursos a serem arrecadados no último trimestre de 2020, a serem efetivamente transferidos em 2021, e a estimativa da transferência relativa ao último trimestre de 2019, a ser realizada em 2020. Esse ajuste equivalerá a um acréscimo de R\$ 8,5 milhões no montante a ser transferido.

Despesa Primária Total

As despesas primárias correspondem à oferta de serviços públicos à sociedade e são classificadas como obrigatórias ou discricionárias. Há ainda um outro grupo considerado para o cálculo da NFSP, constituído pelos impactos de operações que não constam dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mas afetam a apuração do resultado primário do Governo Central.

A seguir, apresenta-se a composição dos principais itens de despesa primária:

Pessoal e Encargos Sociais:

Dispêndios com pessoal civil e militar do Governo Central, incluindo ativos, inativos e pensionistas, bem como precatórios alimentícios fixados para o período. Engloba a despesa classificada no grupo de natureza de despesa (GND) Pessoal e Encargos Sociais, exceto a despesa com encargos sociais da União para o Regime Próprio de Previdência que, desde meados de 2004, é classificada como despesa financeira.

O valor desse item é ajustado para o regime de caixa mediante incorporação da diferença entre os valores orçamentários de algumas despesas da folha de pagamento projetados para o mês de dezembro dos exercícios financeiros de 2019 e 2020, haja vista que são empenhadas e liquidadas em dezembro de cada ano (despesa reconhecida de acordo com o regime orçamentário), mas pagas efetivamente apenas em janeiro do ano seguinte. A estimativa desse ajuste para 2020 é de R\$ 1.271,3 milhões.

Desse modo, no regime orçamentário, o total da despesa primária com Pessoal e Encargos Sociais é de R\$ 337,9 bilhões, e, no regime financeiro, equivale a R\$ 336,6 bilhões.

Essa despesa encontra-se detalhada orçamentariamente, para a Proposta de 2020, em item específico, mais adiante, nesta Mensagem.

Benefícios da Previdência Social:

Engloba os benefícios que compõem o RGPS, como aposentadorias, pensões, demais auxílios, sentenças judiciais e a despesa relativa à compensação entre os regimes de previdência. Os parâmetros que mais influenciam a estimativa desses gastos são o crescimento vegetativo dos benefícios e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apurado pelo IBGE, além do reajuste do salário mínimo, que, para o PLOA 2020, consiste na variação do INPC acumulada no ano de 2019, estimada em 4,02 %, mais o arredondamento para a unidade de real imediatamente superior. Desse modo, o salário mínimo previsto para 2020 está estimado em R\$ 1.039,00, refletindo aumento de 4,11% frente ao valor vigente em 2019 de R\$ 998,00.

Despesas Obrigatórias sem Controle de Fluxo do Poder Executivo:

Referem-se às despesas de execução obrigatória, excetuadas as Transferências Constitucionais e Legais a Estados, Distrito Federal e Municípios, Pessoal e Encargos Sociais e Benefícios Previdenciários. Os principais itens relacionados a esse grupo de despesa são: seguro-desemprego e abono salarial; sentenças judiciais; complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV); indenizações relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro); os Subsídios e as Subvenções Econômicas, além da despesa com financiamento de campanha eleitoral.

Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo do Poder Executivo:

No que se refere às despesas obrigatórias com controle de fluxo, consideram-se, nesse grupo, as despesas obrigatórias com benefícios aos servidores, bem como determinadas ações e programas obrigatórios na área da saúde e educação, além dos montantes para atendimento do Bolsa-Família, conforme tabela a seguir:

Tabela 4 – Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo

PLOA-2020	R\$ milhões
Auxílio a Servidores	14.609,3
Bolsa Família	30.035,7
Demais	3.919,2
Educação	6.763,9
Saúde	87.393,5
Total	142.721,5

Despesas Discricionárias:

Classificam-se sob esse conceito as despesas primárias relativas ao identificador de Resultado Primário (RP) 2, sobre as quais há flexibilidade quanto ao momento de sua execução no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União (MPU) e da Defensoria Pública da União (DPU). Ademais, os Poderes possuem a discricionariedade de alocação das dotações orçamentárias dessas despesas de acordo com suas metas e prioridades. Caso seja necessária a limitação de empenho e movimentação financeira para cumprimento da meta fiscal, essa limitação recairá sobre esse item de despesa, de acordo com o que estabelece o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Na elaboração orçamentária, assume-se a hipótese de que o montante de despesas discricionárias provenientes de exercícios anteriores, a serem pagas em 2020, assim como das demais despesas obrigatórias, exceto despesas com Pessoal e Encargos Sociais e Transferências a Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, seja o mesmo de despesas no regime orçamentário deste exercício a serem pagas em 2021. Assim, o impacto dessas despesas, tanto pelo regime orçamentário, como pelo regime de caixa é o mesmo, não havendo necessidade de ajuste.

Outros Fatores que Afetam o Resultado Primário:

O primeiro conjunto dessas operações se refere ao resultado líquido entre desembolsos e amortizações, R\$ 2.475,8 milhões. Exemplos dessas operações são aquelas no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), da Agência Nacional de Cinema (Ancine), relativos aos investimentos retornáveis no Setor Audiovisual, dentre outras. Impacta também o resultado primário o custo de fabricação de cédulas e moedas, no valor de R\$ 982,8 milhões.

Também é computada nesse item a estimativa do impacto primário dos financiamentos realizados com os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), que corresponde à diferença entre a Taxa de Juros e à rentabilidade dos Fundos (disponibilidades e carteira de crédito) aplicada ao patrimônio desses, ou seja, equivale à diferença entre o patrimônio de referência, corrigido pela taxa de juros, e o patrimônio efetivo estimado. Para 2020, de acordo com essa metodologia, a projeção do subsídio aos Fundos em questão perfaz R\$ 7.870,8 milhões.

Em 2017, foi incluído nesse grupo de despesas o impacto primário decorrente das operações de concessão de financiamento no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil – FIES. Ao longo daquele ano, a STN/FAZENDA/ME e o BCB intensificaram os trabalhos acerca das potenciais causas da discrepância estatística entre as metodologias “acima da linha” e “abaixo da linha” na apuração do resultado primário. O FIES foi identificado como principal causa dessa discrepância, e, como resultado, a STN/FAZENDA/ME passou a incluir item específico para explicitar o impacto primário do FIES no Resultado do Tesouro Nacional, e, consequentemente, na programação financeira. Para 2020, projeta-se que a despesa no impacto primário do FIES será negativa em R\$ 349,3 milhões.

Parâmetros

Os principais parâmetros macroeconômicos definidos pela SPE/FAZENDA/ME, e utilizados nas estimativas de receitas e despesas constantes no PLOA-2020, são apresentados a seguir:

TABELA 5: PARÂMETROS MACROECONÔMICOS

PIB		Mercado de Trabalho - Var. Média s/ano anterior				
R\$ milhões	Var. Real	Deflator	Massa Salarial Nominal	Ocupação	PEA	Rend. Nominal
7.614.622	2,2%	4,1%	6,3%	1,8%	1,2%	4,4%
Inflação - IGP/DI		Inflação - IPCA		Câmbio - Taxa Média		
Var. Média	Var. Acum.	Var. Média	Var. Acum.	Varição	R\$ / US\$	
4,7%	4,1%	3,7%	3,9%	-0,9%	3,79	

Fonte: SPE/FAZENDA/ME.

Novo Regime Fiscal no PLOA-2020

Conforme previsto no art.10, inciso VII do PLDO-2020, o PLOA-2020 foi elaborado de forma compatível com os limites de que trata o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, que instituiu o Novo Regime Fiscal (NRF).

Resumidamente, o NRF busca estabelecer uma trajetória para o gasto público primário da União por meio da fixação de limite, com base na execução da despesa do ano anterior, corrigida pela inflação. Determinados itens são excluídos, alguns por constituírem mera transferência de receita a outros entes (como os Fundos de Participação dos Estados e Municípios), outros por se tratarem de despesas extraordinárias e pontuais, como capitalização de empresas públicas, custeio de processos eleitorais ou créditos extraordinários ao orçamento.

Assim sendo, na elaboração do PLOA-2020, além da meta fiscal estabelecida para o Governo Central equivalente a um déficit de R\$ 124,1 bilhões, foi considerado como limite para as despesas primárias o teto dos gastos estabelecido no art. 107 do ADCT, incluído pela EC 95/ 2016 e no art. 23 do PLDO-2020. De forma geral, para se obter o referido limite, aplicou-se ao teto dos gastos de 2019 a projeção oficial de inflação medida pelo IPCA do período de julho/2018 a junho/2019, no valor de 3,37%.

Seguem Quadros 1, 2, 3 e 4, contendo demonstrativo do cálculo do limite para as despesas primárias considerado no PLOA-2020.

Quadro 1: Limite para as Despesas Primárias no PLOA 2020

	R\$ 1,00
A. Teto dos Gastos 2019	1.407.052.612.991
B. IPCA (jul/2018 a jun/2019)	3,37%
C. Limite 2020 para União [A x B]	1.454.470.286.049

Elaboração: SOF/FAZENDA/ME

Quadro 2: Demonstrativo da Compatibilidade do PLOA 2020 com os limites estabelecidos no art. 107 do ADCT

Discriminação	R\$ milhões PLOA 2020
I. TOTAL DE DESPESAS PRIMÁRIAS (inclusive Transf. Por Repartição de Receita)	1.768.644,9
II. DESPESAS PRIMÁRIAS NÃO SUJEITAS A LIMITES (art. 107, § 6º, da EC 95/2016)	314.174,6
Transf. Por Repartição de Receita	280.989,7
FCDF	15.540,1
Pleitos Eleitorais	1.289,3
Complementação ao FUNDEB	16.206,6
Aumento de Capital em Estatais	148,9
Créditos Extraordinários	0,0
III. DESPESAS PRIMÁRIAS SUJEITAS A LIMITES [I - II]	1.454.470,3
Despesas Primárias	1.443.490,2
Pessoal	323.053,5
Orçamentário	324.324,9
(-) Float	1.271,3

R\$ milhões

Discriminação	PLOA 2020
Subsídios, Subvenções e Proagro	14.182,2
<i>Orçamentário</i>	14.182,2
(-) <i>Float</i>	0,0
<i>Demais</i>	1.106.254,4
Demais Operações que afetam o resultado primário	10.980,1
<i>Fabricação de cédulas e moedas</i>	982,8
<i>Subsídios aos fundos constitucionais</i>	7.870,8
<i>Operações Net Lending</i>	2.475,8
<i>Impacto primário das operações do FIES</i>	-349,3
IV. LIMITE EC 95 [2019 x 1,0337]	1.454.470,3
V. ESTIMATIVA ANUAL DE EXCESSO (+) / NECESSIDADE DE AJUSTE (-) [IV - III]	0,0

Elaboração: SOF/FAZENDA/ME

Quadro 3: Demonstrativo dos Limites Individualizados por Órgão e Poder nos termos do art. 107 do ADCT

R\$ 1,00

Discriminação	Limite 2019	2019 corrigido por IPCA 3,37%
	[A]	[B]
TOTAL GERAL	1.407.052.612.991	1.454.470.286.049
PODER EXECUTIVO	1.346.575.846.774	1.391.955.452.811
DEMAIS PODERES	60.476.766.217	62.514.833.238
PODER JUDICIÁRIO	41.517.424.052	42.916.561.243
Supremo Tribunal Federal	623.024.468	644.020.392
Superior Tribunal de Justiça	1.465.932.808	1.515.334.744
Justica Federal	10.722.577.194	11.083.928.046
Justica Militar da União	527.401.607	545.175.041
Justica Eleitoral	7.137.928.315	7.378.476.499
Justica do Trabalho	18.262.988.846	18.878.451.570
Justica do DF e Territórios	2.587.010.297	2.674.192.544
Conselho Nacional de Justiça	190.560.518	196.982.407
PODER LEGISLATIVO	12.159.932.213	12.569.721.929
Câmara dos Deputados	5.840.676.080	6.037.506.864
Senado Federal	4.299.227.418	4.444.111.382
Tribunal de Contas da União	2.020.028.716	2.088.103.683
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	6.269.494.871	6.480.776.848
Ministério Público da União	6.188.450.762	6.397.001.553
Conselho Nacional do Ministério Público da União	81.044.109	83.775.295
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	529.915.080	547.773.218

Elaboração: SOF/FAZENDA/ME

Quadro 4: Demonstração da Compatibilidade dos Limites do Poder Executivo com a Programação do Projeto de Lei Orçamentária para 2020

	<i>R\$ 1,00</i>
A. LIMITE DO PODER EXECUTIVO	1.391.955.452.811
B. DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAIS DO PODER EXECUTIVO (*)	1.704.840.784.222
B.1. SUBMETIDAS AO LIMITE	1.391.955.452.811
B.2. NÃO SUBMETIDAS AO LIMITE	312.885.331.411
C. EXCESSO [A - B.1]	0

(*) Inclusive transferências por repartição de receita e outros fatores que alteram o resultado.

Elaboração: SOF/FAZENDA/ME

Regra de Ouro

Metodologia da Apuração e Memória de Cálculo da Diferença Positiva entre a Receita Potencial com Operações de Crédito e Despesas de Capital

A “Regra de Ouro” constitui norma fundamental para elaboração e gestão orçamentária, prescrita no Inciso III, do art. 167 da Constituição Federal:

“Art. 167 São vedados:

[...]

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta. “

Assim, demonstra-se logo adiante a compatibilidade do presente Projeto de Lei Orçamentária para 2020 – PLOA 2020 com a norma constitucional acima descrita, que limita a programação do volume total de receitas com operações de crédito ao montante total de despesas de capital. De forma simétrica, veda que o excesso de operações de crédito em relação às despesas de capital seja destinado a despesas correntes, dado o equilíbrio da peça orçamentária, a menos que, durante a execução do orçamento, seja aprovado crédito adicional autorizando a utilização do referido excesso naquelas despesas correntes.

O PLOA 2020 aqui apresentado, em relação aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, contém insuficiência equivalente à diferença positiva entre as receitas de operações de crédito previstas, autorizadas ou não na própria lei orçamentária, e o total das despesas de capital lá programadas. Isto é evidenciado a partir do montante total das potenciais operações de crédito em volume suficiente para equilibrar o orçamento, deduzidas do volume total de despesas de capital programadas no Projeto de Lei, que perfaz R\$ 367,0 bilhões conforme demonstrado abaixo:

QUADRO 5: MONTANTE DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO NECESSÁRIAS À COBERTURA DO DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO CORRENTE

	R\$ milhões
I - Total das Receitas de Operações de Crédito	1.830.502,3
I.1. Autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA	1.463.471,3
I.2. Não Autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA - condicionadas	367.031,1
II - Total das despesas de capital	1.463.471,3
III - Insuficiência da REGRA DE OURO - Orçamentos Fiscal e Seguridade Social	367.031,1
III.1. Considerando total das operações de crédito [I - II]	367.031,1
III.2. Considerando operações de crédito autorizadas na LOA [I.1 - II]	0,0

Considerando o Orçamento de Investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, conforme o § 5º do art. 165 da Constituição, verifica-se suficiência de fontes que não sejam operações de crédito para financiamento de despesas correntes, com uma margem de R\$ 121,2 bilhões. Para apuração desse valor, foi considerado o total do Orçamento de Investimentos das Estatais, integralmente composto por despesas de capital, deduzindo-se os recursos provenientes das receitas com operações de crédito, como também dos aportes do Tesouro provenientes do Orçamento Fiscal, já computados naquele Orçamento como despesa de capital/inversão financeira.

QUADRO 6: PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL DE EMPRESAS (PUC) - PLOA 2020

R\$ 1,00

Órgão Orçamento Fiscal e da Seguridade / Empresa recebedora do aporte / Ação Orçamento Fiscal e da Seguridade	PLOA
TOTAL	138.635.423
Ministério de Minas e Energia	1.000.000
Empresa: Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA)	1.000.000
0E90 - Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA)	1.000.000
Ministério da Infraestrutura	37.635.423
Empresa: Companhia Docas da Bahia	50.000
00MJ - Participação da União no Capital - Companhia Docas da Bahia - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos	50.000
Empresa: Companhia Docas do Ceará	50.000
00MH - Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos	50.000
Empresa: Companhia Docas do Espírito Santo	433.190
00HH - Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Construção de Berços nos Dolphins do Atalaia com Retroárea no Porto de Vitória (ES)	222.127
00IT - Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Implantação do Sistema de Apoio de Gestão de Tráfego de Navios	111.063
00J0 - Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente	50.000
00MK - Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos	50.000
Empresa: Companhia Docas do Estado de São Paulo	5.835.310
0090 - Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos - No Município de Guarujá (SP)	3.602.894
00J8 - Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente	133.276
00M9 - Participação da União no Capital - Companhia Docas de São Paulo - Implantação do Sistema de Apoio de Gestão de Tráfego de Navios	50.000
00ML - Participação da União no Capital - Companhia Docas de São Paulo - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos	50.000
0A45 - Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos - no Município de Santos (SP)	1.999.140
Empresa: Companhia Docas do Pará	50.000
00MG - Participação da União no Capital - Companhia Docas do Pará - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos	50.000
Empresa: Companhia Docas do Rio de Janeiro	2.543.393
00HZ - Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Reforço Estrutural do Cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro (RJ)	2.443.393
00JA - Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Implantação do Sistema de Apoio de Gestão de Tráfego de Navios	50.000
00MA - Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos	50.000

R\$ 1,00

Órgão Orçamento Fiscal e da Seguridade / Empresa recebedora do aporte / Ação Orçamento Fiscal e da Seguridade	PLOA
Empresa: Companhia Docas do Rio Grande do Norte	100.000
00MI - Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos	50.000
0EB6 - Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos no Terminal Salineiro de Areia Branca	50.000
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária	28.573.530
0E45 - Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária	28.573.530
Ministério da Defesa	100.000.000
00QJ - Participação da União no Capital da Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPON - Re-composição do Núcleo Naval - Construção das Corvetas da Classe Tamandaré	100.000.000

QUADRO 7: MARGEM DA REGRA DE OURO NO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS – OI

R\$ milhões

I - Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais - OI	121.421,0
II - Operações de Crédito no Orçamento de Investimentos	50,4
III - Recursos do Tesouro para o Orçamento de Investimentos	138,6
IV - Margem da Regra de Ouro no OI (I - II - III)	121.232,0

A projeção para os exercícios de 2021 e 2022 da insuficiência da Regra de Ouro para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social leva em conta um cenário para a evolução das receitas de operação de crédito e das despesas de capital, quais sejam, investimentos, inversões financeiras e amortizações. Para as amortizações, além das previsões de vencimentos da Dívida Pública Federal, é levado em conta que, para fins de orçamento, a necessidade de uma margem de segurança para acomodar eventuais choques no cenário

macroeconômico e permitir atuações tempestivas na gestão da dívida pública, quando necessário, de forma a evitar custos ou volatilidade excessivos. Vale destacar que essa margem de risco para as amortizações considerada no cenário orçamentário tem efeito equivalente nas receitas de operações de crédito, e, dessa forma, é neutra para a insuficiência projetada. A projeção da insuficiência da Regra de Ouro para os exercícios de 2021 e 2022, conforme explicada neste parágrafo, é demonstrada no quadro abaixo:

QUADRO 8: ESTIMATIVA DA INSUFICIÊNCIA DA REGRA DE OURO 2020 A 2022 PARA OS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

R\$ milhões

Discriminação	2020	2021	2022
I - Total das Receitas de Operações de Crédito	1.830.502,3	1.895.346,5	1.820.612,7
II - Total das despesas de capital	1.463.471,3	1.689.595,0	1.582.675,4
III - Insuficiência da REGRA DE OURO (I - II)	367.031,1	205.751,5	237.937,3

Elaboração: SOF/FAZENDA/ME e STN/FAZENDA/ME

Obs.: Projeção 2020 com base nos dados do PLOA 2020, projeções 2021 e 2022 pela metodologia STN/FAZENDA/ME

Conforme disposto no art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020 – PLDO 2020, o PLOA 2020 poderá conter, em órgão orçamentário específico, receitas de operações de crédito e programações de despesas correntes primárias, condicionadas à aprovação de projeto de lei de créditos suplementares ou especiais por maioria absoluta do Congresso Nacional, de acordo com o inciso III do art. 167 da Constituição.

Dessa forma, este PLOA 2020, a partir do valor global de operações de crédito que excede as despesas de capital demonstrado anteriormente, equivalente a

R\$ 367,0 bilhões, discriminou programações referentes a despesas primárias correntes no Órgão específico 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa Prevista no Inciso III do art. 167 da Constituição, financiadas por meio de operações de créditos relativas à emissão de títulos da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional. Tais receitas e despesas são condicionadas à aprovação de projeto de lei de crédito suplementar a ser encaminhado ao Congresso Nacional, no exercício de 2020, após aprovada a Lei Orçamentária Anual, nos termos do Inciso III, do art. 167 da Constituição.

QUADRO 9: ÓRGÃO 93000 - PROGRAMAÇÕES CONDICIONADAS À APROVAÇÃO LEGISLATIVA PREVISTA NO INCISO III DO ART. 167 DA CONSTITUIÇÃO – DESPESAS CORRENTES PRIMÁRIAS

	<i>R\$ milhões</i>
Benefícios Previdenciários	156.596,9
Pessoal e Encargos Sociais	104.689,9
Bolsa Família	9.000,0
Subsídios e Subvenções Econômicas	6.703,0
Compensação ao FRGPS pelas Desonerações	5.000,0
Seguro-desemprego	10.314,6
Sentenças OCC	20.402,8
Complementação FUNDEB	6.613,4
Financiamento de Campanha Eleitoral	1.269,8
Benefícios aos Servidores	3.405,3
Obrigatórias com Controle de Fluxo	25.491,2
Discricionárias do Poder Executivo	17.544,0
Total	367.031,1

Com a aprovação do mencionado crédito suplementar pelo Poder Legislativo, por maioria absoluta, os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social tornar-se-iam totalmente equilibrados, com todas as receitas necessárias ao financiamento das despesas devidamente autorizadas. A situação do orçamento de 2020, após a aprovação do referido crédito, mantendo-se todos os outros fatores constantes, ficaria assim demonstrada:

QUADRO 10: DEMONSTRATIVO DA REGRA DE OURO APÓS APROVAÇÃO DO CRÉDITO ADICIONAL NOS TERMOS DO INCISO III, ART. 167 DA CONSTITUIÇÃO

RECEITAS		DESPESAS	
I - Total das Receitas de Operações de Crédito	1.830.502,3	I - Despesas Correntes	1.745.105,0
I.1. Autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA	1.463.471,3	I.1. Autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA	1.378.074,0
I.2. Autorizadas pelo crédito adicional aprovado por maioria absoluta	367.031,1	I.2. Autorizadas pelo crédito adicional aprovado por maioria absoluta	367.031,1
II - Total de Receitas Orçamentárias Não Operações de Crédito	1.856.709,9	II - Despesas de Capital	1.463.471,3
		III - Reserva de Contingência	63.581,2
TOTAL ORÇAMENTO	3.687.212,2	TOTAL ORÇAMENTO	3.687.212,2

A supracitada aprovação do crédito adicional, por maioria absoluta, no Congresso Nacional, para as finalidades indicadas neste PLOA 2020, terá como objetivo autorizar que as operações de crédito que financiarão as despesas correntes programadas sejam ressalvadas do cálculo da Regra de Ouro. Assim, não apenas o orçamento se torna equilibrado, mas também se obtêm as condições necessárias para cumprimento do disposto no inciso III, do artigo 167 da Constituição Federal e, por conseguinte, para a própria realização das operações de crédito requeridas no PLOA.

A insuficiência acima demonstrada, no valor de R\$ 367,0 bilhões, pode ser apurada no PLOA 2020 a partir dos fatores que provocaram tal situação. De fato, tal insuficiência se deve à conjunção do déficit primário apurado no orçamento, das despesas com juros e de outras despesas correntes (as despesas de capital podem ser financiadas com operação de crédito como dita a Regra de Ouro), com a ausência de fontes financeiras, para financiamento orçamentário, que não sejam operações de crédito, como pode ser observado no Quadro 11 apresentado abaixo:

QUADRO 11: DEMONSTRATIVO DA INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS PARA CUMPRIMENTO DA REGRA DE OURO PELOS FATORES CAUSADORES

	<i>R\$ milhões</i>
1. Necessidade de operações de crédito (1.1 - 1.2)	1.830.502,3
1.1. Despesas	2.042.667,2
Déficit Primário Orçamentário	114.932,6
Despesas com juros	415.054,7
Despesas com amortização	1.239.367,6
Despesas com Inversões não primárias	200.395,9
Outras despesas financeiras	25.490,7
Reserva de contingência financeira	47.425,9
1.2. Receitas não primárias	212.164,9
Retorno de Financiamento e Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos (inclui retorno do BNDES, conforme cronograma de devolução de empréstimos)	32.414,4
Pagamento de Dívidas e EE & MM e Outros créditos	22.572,7
Remuneração da conta única	83.235,3
Resultado do BACEN	0,0
Recursos Próprios Financeiros	45.253,7
Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social	26.223,4
Outras receitas financeiras	2.465,5
2. Despesas de capital	1.463.471,3
Amortizações	1.239.367,6
Investimentos e Inversões primárias	23.707,8
Despesas com Inversões não primárias	200.395,9
Margem RO (2 - 1)	-367.031,1
MEMO: OUTROS FATORES EXTRA ORÇAMENTÁRIOS QUE AFETAM O RESULTADO PRIMÁRIO	
I. Ajuste Caixa/Competência	-1.812,7
II. Fabricação de Cédulas e Moedas	982,8
III. Empréstimos menos Retornos (Net Lending)	2.475,8
IV. Subsídio aos Fundos Constitucionais	7.870,8
V. Impacto Primário do FIES	-349,3
A. TOTAL (I + II + III + IV + V)	9.167,4
B. Déficit Primário Orçamentário	114.932,6
C. Déficit Primário Meta [A + B]	124.100,0

JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DAS PROGRAMAÇÕES CONSTANTES DO ÓRGÃO 93000 - PROGRAMAÇÕES CONDICIONADAS À APROVAÇÃO LEGISLATIVA PREVISTA NO INCISO III DO ART. 167 DA CONSTITUIÇÃO

Para fins de seleção das programações constantes do Órgão 93, listadas no Quadro 9 anteriormente apresentado, além do critério ser despesa corrente primária, conforme estabelecido no caput do art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020, foram utilizados os seguintes critérios:

- *Despesas que tenham utilizado, em exercícios financeiros recentes, receitas com emissão de títulos públicos para seu custeio e possam legalmente ser programadas com essa fonte de recursos para o próximo exercício;*
- *Despesas correntes primárias que não possuam recursos vinculados para seu financiamento, tanto obrigatórias, tais como sentenças judiciais, requisições de pequeno valor, benefícios aos servidores públicos, complementação ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico e Valorização do Magistério (Fundeb), como despesas discricionárias;*
- *Despesas que, mesmo com recursos vinculados, tenham sua execução regularmente distribuída ao longo do exercício, de forma a suportar os primeiros meses com a dotação disponível, haja vista o tempo de tramitação e apreciação do crédito adicional em questão no Poder Legislativo, tais como o Programa de Seguro-Desemprego e a despesa com pessoal inativo de todos os Poderes da União.*

Resultado Primário das Empresas Estatais Federais - Metodologia de Cálculo

O **resultado primário das empresas estatais federais**, no conceito “acima da linha”, é calculado com base no regime de caixa, no qual são consideradas apenas as receitas genuinamente arrecadadas pelas empresas e abatidas todas as despesas correntes e de capital efetivamente pagas, inclusive dispêndios com investimentos. Excluem-se as amortizações de operações de crédito e as receitas e despesas financeiras. Para a apuração do resultado nominal, são consideradas as receitas e as despesas financeiras.

Para a apuração do resultado primário das empresas estatais federais para 2020, conforme disposto no art. 2º, § 1º, do PLDO 2020, não foram considerados os dados do Programa de Dispêndios Globais (PDG) das empresas dos Grupos Petrobras e Eletrobras. Os dispêndios das instituições financeiras estatais também não afetam o resultado fiscal, uma vez que, por praticarem apenas intermediação financeira, suas atividades não impactam a dívida líquida do setor público.

O resultado primário das estatais é pautado, principalmente, na receita oriunda da venda de bens e serviços e em demais receitas operacionais. São considerados também os ingressos decorrentes de aportes de capital, bem como de outros recursos não resultantes da tomada de empréstimos e financiamentos no sistema financeiro.

Das despesas totais, o valor relativo aos investimentos representa os gastos destinados à aquisição de bens contabilizados no ativo imobilizado, necessários às atividades das empresas estatais do setor produtivo, exceto os bens de arrendamento mercantil, bem como benfeitorias realizadas em bens da União e benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União. Esses dispêndios estão compatíveis com o Orçamento de Investimento constante do PLOA 2020.

As demais despesas contemplam os gastos com Pessoal e Encargos Sociais, Materiais e Produtos (representando a previsão de gastos com a aquisição de matérias-primas, produtos para revenda, compra de energia, material de consumo e outros), os Serviços de Terceiros (que resultam da contratação de serviços técnicos administrativos e operacionais, de gastos com propaganda) e Tributos e Encargos Parafiscais. Considera-se ainda, os dispêndios com o pagamento de royalties, de aluguéis em geral, de provisões para demandas trabalhistas, de participação dos empregados nos lucros ou resultados, bem como para a cobertura de eventuais déficits de planos de previdência complementar etc.

Tabela 5

R\$ em milhões

DISCRIMINAÇÃO	2020
I - Receitas Totais	34.343,0
II - Despesas Totais	36.905,2
Investimentos	3.163,4
Demais Despesas	33.741,8
Resultado Primário Empresas Estatais	-2.562,2

Receitas do Orçamento de Investimento

Para a definição dos limites de investimento, levou-se em consideração a real capacidade de geração de recursos de cada empresa estatal federal, mediante a avaliação de suas propostas e a compatibilização dos seus dispêndios globais com a efetiva possibilidade de geração de recursos. Nesse sentido, foi observada a meta, em termos de Necessidade de Financiamento Líquido, em acordo com o art. 2º do PLDO 2020, estabelecendo déficit primário de R\$ 3.810,0 milhões.

As fontes de financiamento dos investimentos, discriminadas na Tabela 6, indicam que significativo volume de gastos será custeado com recursos provenientes de receitas operacionais (97,6%) e aportes do Tesouro Nacional no exercício e transferência de recursos em anos anteriores (2,2%).

Tabela 6 - Fontes de Financiamento do Orçamento de Investimento

Descritores das Fontes	R\$ milhões PLOA 2020
Recursos Próprios	119.284
Geração Própria	119.284
Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	1.937
Tesouro - Direto	139
Saldo de Exercícios Anteriores	1.798
Controladora	0
Outras Estatais	-
Operações de Crédito de Longo Prazo	50
Internas	50
Externas	-
Outros Recursos de Longo Prazo	150
Debêntures	150
Controladora	-
Outras Fontes	-
Total	121.421

Pessoal e Encargos Sociais

O orçamento para o exercício de 2020 prevê gastos da ordem de R\$ 364,1 bilhões, sendo R\$ 337,9 bilhões para o pagamento de pessoal ativo, inativos, pensionistas da União e sentenças judiciais, inclusive precatórios e requisições de pequeno valor, e R\$ 26,2 bilhões para custear as despesas decorrentes da Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público (CPSS).

O crescimento dessas despesas sobre as de 2019, no valor de R\$ 348,4 bilhões, sendo R\$ 324,6 bilhões relativos às despesas primárias de pessoal, constante

do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º bimestre de 2019, e R\$ 23,78 bilhões relativos às despesas financeiras decorrentes da CPSS, é de 4,52% para as despesas totais e de 4,09% para as despesas primárias.

Do total das despesas primárias, os gastos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo representam, respectivamente, 3,0%, 10,5 e 84,9%, e os gastos totais da Defensoria Pública da União (DPU) e do Ministério Público da União (MPU) correspondem a 0,1% e 1,6%, respectivamente, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 7 – Quadro Pessoal

PODER	PLOA 2020						
	DESP. PRIMÁRIAS	DESP. FINANC.	TOTAL	PARTICIP. RELATIVA DESP. PRIMÁRIAS (%)	% da RCL, CONF. LRF	RCL 2020	% de utilização
	(a)	(b)	c=(a+b)	(d)	(e)	(f)	g=(a/f)
Legislativo	10,27	0,52	10,79	3,0%	2,500%		1,16%
Judiciário	35,34	4,25	39,59	10,5%			4,00%
Judiciário, excl. TJDF	33,11	3,97	37,08		6,000%		3,75%
TJDF	2,23	0,28	2,51		0,275%		0,25%
MPU	5,24	0,66	5,90	1,6%			0,59%
MPU, excl. MPDFT	4,55	0,57	5,12		0,600%		0,52%
MPDFT	0,69	0,09	0,78		0,092%		0,08%
DPU	0,30	0,04	0,34	0,1%			
Executivo	286,74	20,75	307,49	84,9%			32,49%
Executivo, excl. Ex-Territórios, Sentenças e FCDF	264,22	19,54	283,76		37,900%		29,94%
Ex-Território de Roraima	1,01	0,08	1,09		0,160%		0,11%
Ex-Território do Amapá	1,41	0,15	1,56		0,273%		0,16%
FCDF	13,25	0,20	13,45		2,200%		1,50%
Sentenças Judiciais	6,85	0,78	7,63				
TOTAL	337,89	26,22	364,11	100,0%	50,000%	882,46	38,26%

Esse crescimento na despesa de pessoal previsto para 2020 decorre basicamente:

- da anualização do aumento remuneratório concedido aos docentes do Ministério da Educação, conforme a Lei nº 13.325, de 29 de julho de 2016;
- de acordos coletivos de trabalho de empresas estatais dependentes;
- da inclusão de servidores civis e militares dos extintos Territórios Federais de Rondônia, Roraima e Amapá em Quadro em Extinção da Administração Pública Federal, em cumprimento ao disposto nas Emendas Constitucionais nº 60, de 11 de novembro de 2009, nº 79, de 27 de maio de 2014, e nº 98, de 6 de dezembro de 2017;

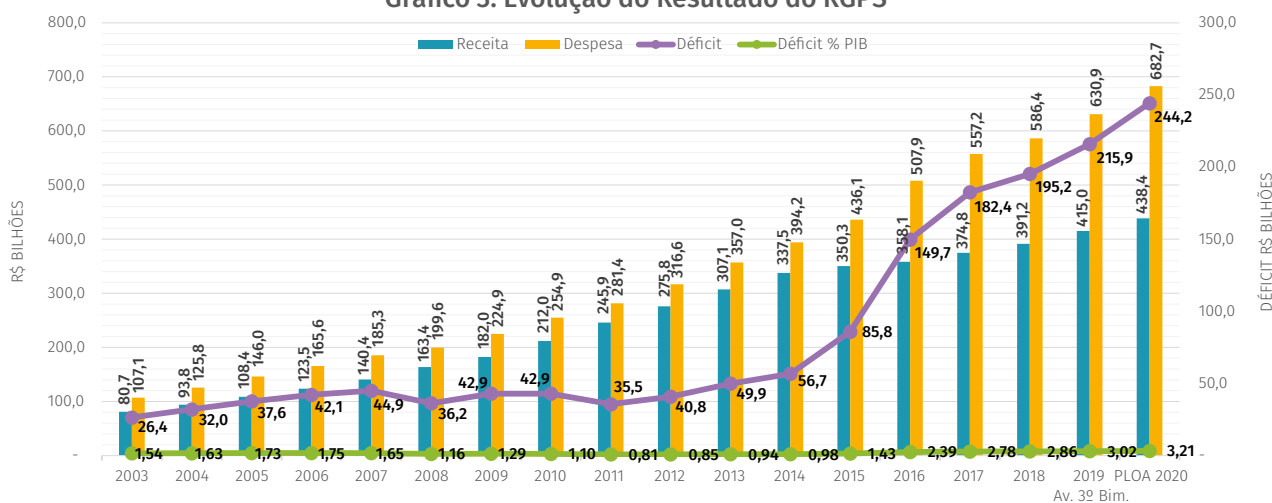
- *da anualização de provimentos de cargos efetivos ocorridos em 2019;*
 - *de acréscimo ao limite do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), nos termos da Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002 e dos efeitos do Acórdão nº 1224/2018-TCU-Plenário, que determinou a restituição aos cofres do referido Fundo dos valores relativos às retenções previdenciárias dos servidores civis e dos militares adicionalmente ao limite fixado pela referida Lei;*
 - *do impacto orçamentário decorrente do Projeto de Lei nº 1.645, de 2019, que reestrutura o Sistema de Proteção Social dos militares das Forças Armadas;*
 - *de outras despesas decorrentes do crescimento vegetativo da folha de pagamento de pessoal e encargos sociais.*
- A despesa total com pessoal e encargos sociais, projetada para 2020, do Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União (TCU), representa 1,16% da receita corrente líquida estimada para o exercício; a do Poder Judiciário, 4,0%; a do Poder Executivo, 32,49%; e a do MPU, 0,59%. O total que se projeta para a despesa de pessoal da União equivale, portanto, a 38,26% da receita corrente líquida prevista para 2020.
- Nessas condições, o limite global apontado na LRF está cumprido, mesmo sem computar todas as deduções ao referido limite permitidas pela citada Lei.

Sistemas Previdenciários

Regime Geral de Previdência Social

O resultado do RGPS é constituído pela diferença entre as contribuições para a Previdência Social, feitas por trabalhadores e empregadores, e o pagamento de benefícios previdenciários aos trabalhadores do setor privado, além das sentenças judiciais associadas ao Regime. Conforme demonstra o Gráfico 3, a tendência do resultado do RGPS foi, até 2006, de déficits crescentes em percentual do PIB. Entre 2007 e 2011, há reversão dessa perspectiva, com o déficit passando a oscilar ano a ano sem esboçar tendência clara de crescimento ou redução. Após 2011, a tendência é de crescimento do déficit, e, para a adequada compreensão da sua dinâmica, é preciso considerar tanto os movimentos de receitas quanto de despesas associadas ao Regime de Previdência em questão.

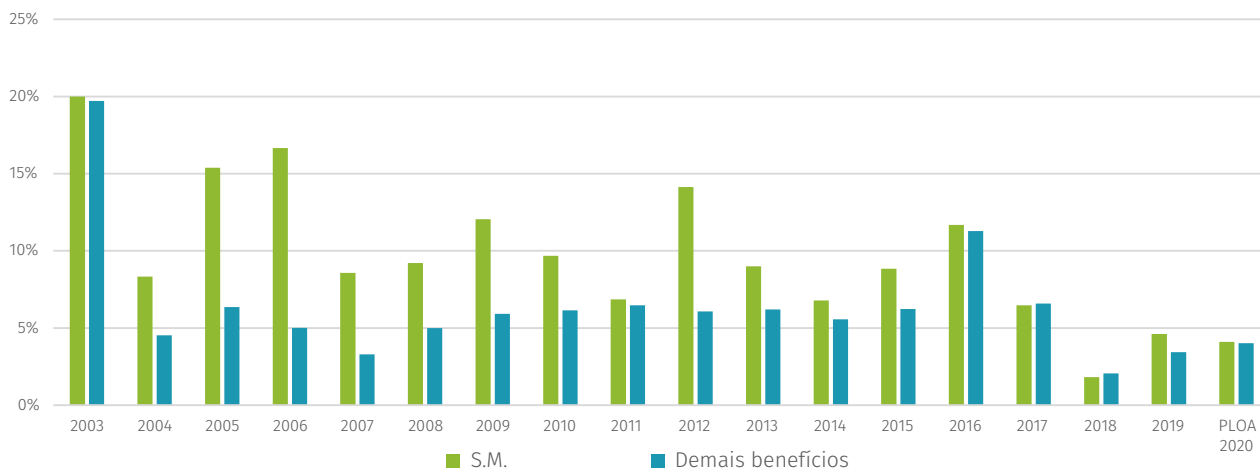
Gráfico 3: Evolução do Resultado do RGPS



Elaboração: SOF/FAZENDA/ME.

Do ponto de vista das despesas, além do crescimento vegetativo dos benefícios, os reajustes concedidos ao salário mínimo e aos demais benefícios são fatores de significativo impacto sobre o déficit do RGPS. O Gráfico 4 mostra os percentuais de reajuste concedidos desde 2002. Observa-se que os reajustes para o salário mínimo, até 2016, são superiores aos concedidos aos demais benefícios, que tendem a acompanhar a inflação (Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC). Os aumentos dos benefícios até um salário mínimo foram mais relevantes nos anos de 2005, 2006 e 2012, quando o valor do salário mínimo cresceu 15,38%, 16,67% e 14,13%, respectivamente. Em 2015 e 2016, não houve crescimento real do PIB, então a correção do salário mínimo em 2017 e 2018 foi igual ao INPC. Para 2020, o reajuste do salário mínimo será equivalente ao concedido aos demais benefícios, isto é, igual ao INPC.

Gráfico 4: Reajustes concedidos ao Salário Mínimo e Demais Benefícios



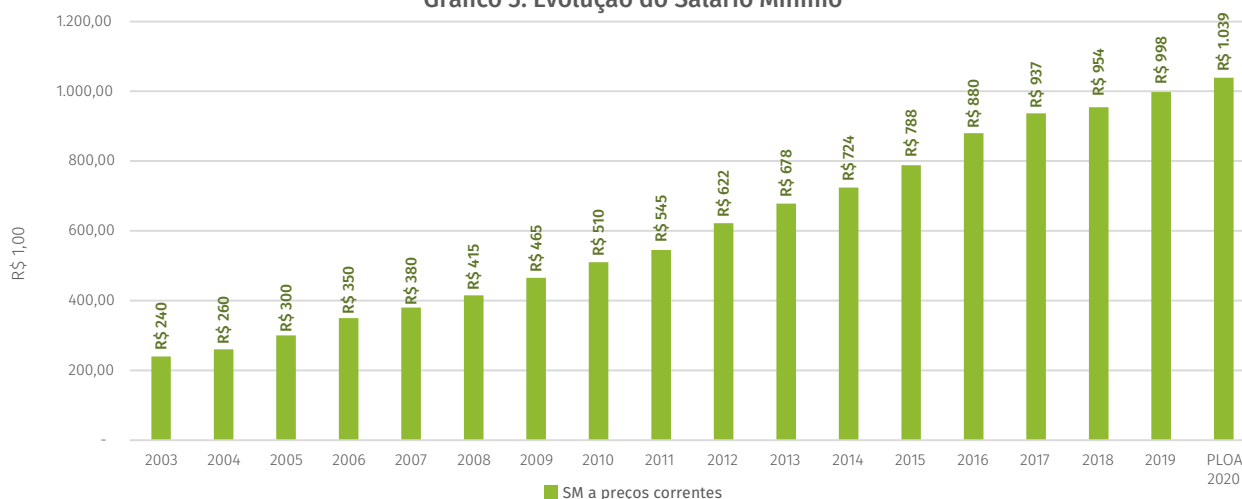
Fonte: SOF/FAZENDA/ME.

A política de valorização do salário mínimo gerou aumento do poder de compra da população de mais baixa renda, com ganhos reais significativos. Se trazidos a valores reais de 2020, considerando como deflator o INPC médio no ano, observa-se tendência crescente entre 2003 e 2017. Os valores ultrapassaram a marca de R\$ 600,00 no ano de 2005, de R\$ 900,00 em 2012 e de R\$ 1.000,00 em 2017.

A política de valorização do salário mínimo foi prorrogada até 2019 por meio da Lei no 13.152, de 29 de julho de 2015, a qual estabelecia que a correção do

salário mínimo era calculada pela variação do INPC estimada para o exercício anterior acrescida do crescimento do PIB real no segundo ano anterior. Para 2020, tendo em vista a extinção dos efeitos da Lei no 13.152, de 29 de julho de 2015, o salário mínimo será corrigido apenas pela variação do INPC, a fim de que seja preservado seu poder aquisitivo, conforme prevê o inciso IV, do art. 7º da Constituição Federal. Dessa forma, o salário mínimo deve atingir o patamar de R\$ 1.039,00. O Gráfico 5 mostra a evolução do valor do salário mínimo.

Gráfico 5: Evolução do Salário Mínimo



Fonte: SOF/FAZENDA/ME.

Em análise anual mais detalhada do déficit (Gráfico 3), observa-se que, após 2011, houve elevação do resultado deficitário, cuja razão maior é a diminuição na arrecadação devido a fatores como queda na atividade econômica, na taxa de crescimento da massa salarial nominal, entre outros, conjugada com a manutenção de reajustes elevados nas despesas previdenciárias.

Para 2020, projeta-se que o déficit do RGPS aumente tanto em termos nominais quanto em proporção do PIB. A massa salarial nominal, que é um dos principais parâmetros para projeção de tais receitas, apresenta, para 2020, variação de 6,28% em relação a 2019.

A projeção do RGPS aponta para déficit de R\$ 244,3 bilhões, ou 3,21% do PIB. O reajuste do salário mínimo será de 4,11%, a partir de janeiro de 2020. O crescimento vegetativo considerado foi de 4,90%, associado à expectativa de crescimento do número de beneficiários e do valor médio dos benefícios. Vale salientar que as projeções para o ano foram elaboradas considerando os efeitos da Reforma da Previdência, nos termos do texto substitutivo à PEC nº 6/2019, do deputado Samuel Moreira.

Importante destacar que foi considerada na projeção de despesas para 2020 a oitava de dez parcelas anuais referentes ao montante atrasado, decorrentes de decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região. Após a alteração do art. 202 da Constituição Federal, pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, a Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999, procedeu à substituição da técnica de cálculo dos benefícios. O Decreto nº 3.265, de 29 de novembro de 1999, ao regulamentar as alterações, estabeleceu que, na hipótese de contar o segurado com menos de 144 contribuições (hipótese possível para os benefícios citados), seria considerada a integralidade dos salários de contribuição. Essa sistemática trazia o valor da média para baixo, pelo que foram ajuizadas inúmeras ações questionando a legitimidade da regulamentação. As regras de cálculo foram revogadas pelo Decreto nº 6.939, de 18 de agosto de 2009, que lançou parâmetros compatíveis com a literalidade das alterações trazidas pela Lei nº 9.876, de 1999.

Salienta-se que o resultado do RGPS não sofreu impactos decorrentes da publicação da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que alterou a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários de diversos setores econômicos. Seguindo o que determina o inciso IV do art. 9º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, a União compensará o Fundo do

Regime Geral de Previdência Social (FRGPS) no valor correspondente à estimativa de renúncia previdenciária decorrente da desoneração, de forma a não afetar a apuração do resultado financeiro do RGPS.

Considerando os fatores citados, a projeção da despesa total em 2020, com benefícios, atinge R\$ 682,7 bilhões, sendo R\$ 658,5 bilhões relativos a benefícios normais, R\$ 20,3 bilhões destinados ao pagamento de sentenças judiciais e R\$ 3,9 bilhões referentes à compensação entre o RGPS e os demais regimes próprios de previdência (Sistema de Compensação Previdenciária entre o RGPS e os RPPS – Comprev). Por sua vez, a estimativa de arrecadação líquida é de R\$ 438,4 bilhões, considerando-se aumento da massa salarial nominal de 6,28%.

A Tabela 8 detalha a estimativa do déficit do RGPS e principais parâmetros adotados.

Tabela 8: Resumo do Resultado do RGPS e Parâmetros Adotados

	<i>R\$ milhões</i>
Descrição	PLOA 2020
Arrecadação	438.444
Benefícios	682.689
Benefícios normais	658.477
Precatórios e sentenças	20.282
Comprev	3.930
Resultado	-244.246
Hipóteses adotadas	
Massa salarial nominal (%)	6,28%
Reajuste do salário mínimo (%)	4,11%
Valor do salário mínimo (R\$)	1039,00
Reajuste dos demais benefícios (%)	4,02%

Fonte: SPE/ME e SOF/FAZENDA/ME.

Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Federais e Inatividade Remunerada e Pensões Militares

Resultado do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Federais

O déficit projetado para RPPS dos servidores civis da União para 2020 é de R\$ 39,9 bilhões, correspondendo a 0,52 % do PIB previsto para o mesmo ano. O Gráfico x mostra que o déficit nominal, após longo período de trajetória ascendente até 2019, apresenta redução em 2020. Já no tocante ao déficit como percentual do PIB, observa-se forte redução em 2020 comparado aos exercícios anteriores, notadamente em função dos efeitos da PEC 6/2019.

Gráfico 6: Evolução da Receita, Despesa e Déficit do RPPS (% PIB)

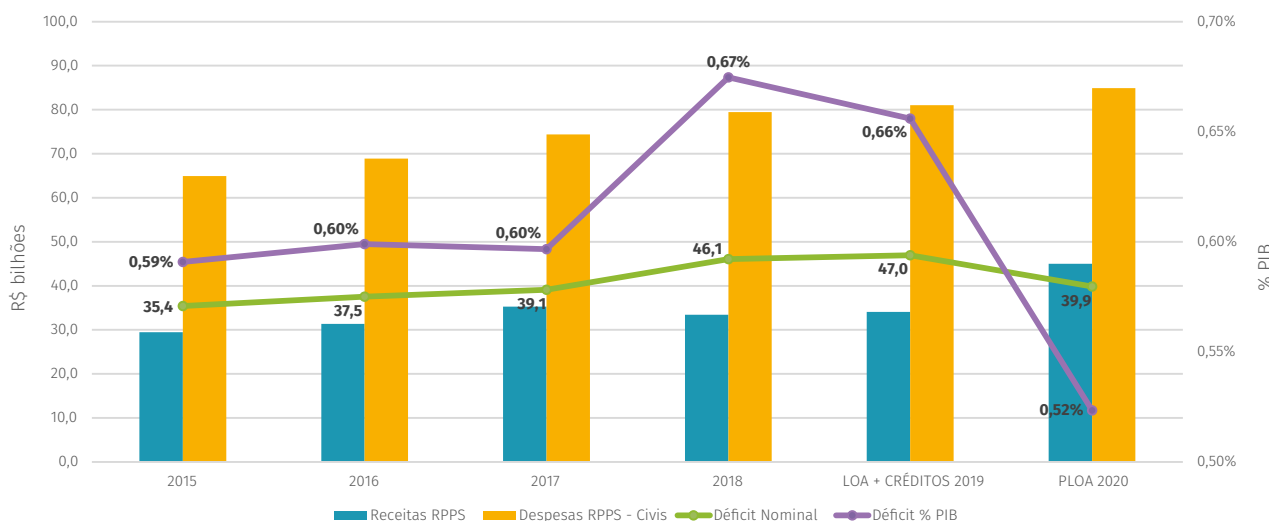


Tabela 9 – Resultado do Regime Próprio dos Servidores Civis da União

DISCRIMINAÇÃO	COD AÇÃO a partir de 2018	LOA + CRÉDITOS 2019 R\$ milhões	PLOA 2020 R\$ milhões
RPPS - CIVIS			
RECEITAS DO RPPS - CIVIS		34.057,0	45.022,5
Fonte 156 - Contribuição do Servidor para o RPPS		13.997,1	14.203,4
Fonte 956 - Contribuição do Servidor para o RPPS - CONDICIONADOS		Não há	4.798,9
Fonte 169 - Contribuição Patronal para o RPPS		20.059,9	20.414,3
Fonte 969 - Contribuição Patronal para o RPPS - CONDICIONADOS		Não há	5.605,9
DESPESAS DO RPPS - CIVIS		81.010,3	84.880,3
Aposentadorias e Pensões - Civis (inclusive ex-Territórios)	0181	80.849,0	84.739,4
Aposentadorias e Pensões do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas	0397	161,2	140,9
RESULTADO RPPS - CIVIS		-46.953,2	-39.857,7

Os preceitos legais do RPPS são regidos pelo art. 40 da Constituição Federal. Uma reforma importante substanciou-se na Emenda Constitucional (EC) nº 20, de 15 de dezembro de 1998, que alterou as regras de concessão de aposentadoria, antes contabilizada por tempo de serviço, para se encaixar em um regime de previdência de caráter contributivo, observando critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Com a EC nº 41/2003, houve o fim da paridade de remuneração entre servidores ativos e inativos e a instituição de contribuição para aposentados e pensionistas. Além disso, a referida emenda empreendeu modificações pontuais nos critérios de elegibilidade e nas fórmulas de cálculo do valor dos benefícios e previu a criação de regime de previdência complementar para os servidores públicos. A Lei nº 10.887, de 2004, determinou que a contribuição patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor seria o dobro da contribuição do servidor estabelecida, até então, em 11%.

A EC nº 47, de 5 de julho de 2005, por sua vez, promoveu outras alterações, entre as quais:

- I. *Instituiu a paridade plena entre ativos e inativos para os servidores que ingressaram até a data da promulgação da EC nº 41/2003;*
- II. *introduziu regra de transição que diminui em um ano a idade mínima de aposentadoria para cada ano trabalhado, além do tempo mínimo de contribuição;*
- III. *diminuiu a base de incidência da contribuição previdenciária para os inativos portadores de doença incapacitante que recebam proventos até duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, medida essa que, para ser efetivamente implementada, necessita de regulamentação; e*
- IV. *permitiu que leis complementares instituas critérios diferenciados para a aposentadoria dos servidores com deficiência, dos que exerçam atividades de risco e daqueles cujas atividades ofereçam risco à saúde.*

Outra inovação no campo do RPPS foi a promulgação da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, que transferiu do então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) para a RFB/ME a competência para normatizar, cobrar, fiscalizar e controlar a arrecadação da contribuição destinada ao custeio do RPPS do servidor público federal.

Em atendimento ao disposto na EC nº 41/2003, foi promulgada, em 30 de abril de 2012, a Lei nº 12.618, que instituiu o regime de previdência complemen-

tar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo da União, suas autarquias e fundações, inclusive para os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público da União (MPU) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Com o advento das entidades fechadas de previdência complementar, os servidores que ingressaram no serviço público a partir de 31 de janeiro de 2013, e aqueles que por elas optarem, terão teto de aposentadoria igual ao dos beneficiários do RGPS.

O objetivo das Fundações é garantir complementação à aposentadoria dos servidores participantes que possuam renda superior ao teto. As fundações disponibilizarão aos seus participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida, conforme estipulado no § 15 do art. 40 da Constituição. O valor a ser recebido pelo servidor, ao se aposentar, dependerá das contribuições efetuadas ao longo dos anos trabalhados e da capitalização dos investimentos realizados pela Fundação, que conta em seu Conselho Deliberativo com três representantes do patrocinador (União) e três representantes dos servidores optantes pelos planos de benefícios administrados pelas Fundações.

As contribuições do patrocinador e do participante incidem sobre a parcela da base de contribuição que exceder o teto dos beneficiários do RGPS. A alíquota da contribuição do participante será por ele definida anualmente, observado o disposto no regulamento do plano de benefícios, e a alíquota da contribuição do patrocinador será igual à do participante e não poderá exceder o percentual de 8,5%.

De acordo com a Lei nº 13.328, de 29 de julho de 2016, o prazo para o exercício da opção de migração ao regime de previdência complementar deveria ter se encerrado no dia 29 de julho de 2018. Entretanto, a Lei nº 13.809, de 21 de fevereiro de 2019, reabriu o prazo de opção, estendendo-o até 29 de março de 2019.

Como forma de minimizar o déficit e a garantir o pagamento dos benefícios futuros do RPPS, foi encaminhada ao Congresso Nacional a PEC 6/2019, que estendeu ao regime de previdência dos servidores federais vários dispositivos aplicáveis ao Regime Geral.

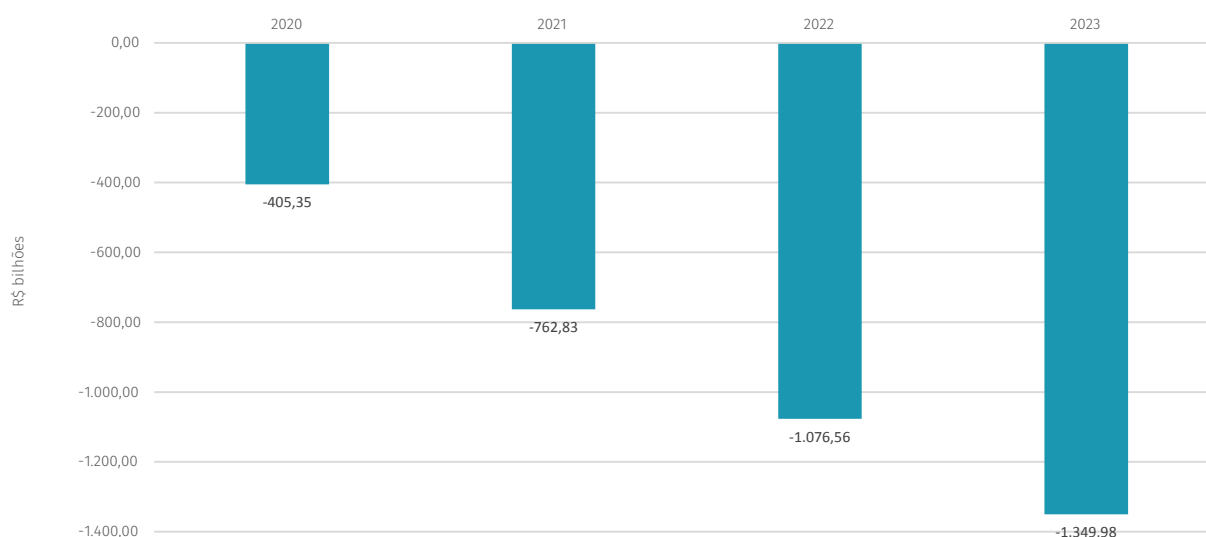
O texto já aprovado pela Câmara dos Deputados e atualmente em tramitação no Senado Federal apresenta como principais inovações:

- *Aumento na idade mínima para aposentadoria voluntária, que hoje é de 55 anos para mulheres e 60 anos para homens, para 62 e 65 anos, respectivamente;*

- *Manutenção de integralidade e paridade da remuneração, para aqueles que ingressaram no serviço público até 2003, apenas caso também cumpram a exigência de idade acima;*
- *No caso dos servidores que ingressaram após 2003, o cálculo da média para concessão da aposentadoria passa a considerar todas as remunerações que foram base para as contribuições previdenciárias. Hoje, consideram-se somente as maiores remunerações;*
- *Além disso, o valor do benefício será de 60% da média, acrescidos de 2% a cada ano de contribuição que superar os 20 anos, até o máximo de 100%;*
- *Adoção de alíquotas progressivas na contribuição ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), de forma análoga à sistemática empregada no Imposto de Renda Pessoa Física. Com a mudança, em substituição à alíquota única de 11%, as alíquotas passam a variar de 7,5% a 22%, conforme a faixa de renda do servidor.*

Os principais efeitos financeiros das medidas acima sobre as despesas de pessoal serão percebidos ao longo dos próximos anos, de forma cumulativa. Segundo projeções da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, a redução na despesa primária com pessoal da União se dará da seguinte forma:

Gráfico 7: Variação na Despesa Primária de Pessoal, decorrente da Reforma do RPPS



Inatividade Remunerada e Resultado das Pensões de Militares

As sucessivas alterações constitucionais e legislações infralegais, relativas à criação do RPPS, não incluíram os militares das Forças Armadas, implicando que o pagamento feito aos militares inativos não estaria sujeito a um regime previdenciário, mas sim, administrativo. Entretanto, tal conclusão não deve ser aplicada às pensões militares.

Por intermédio do Parecer nº 00016/2015/ASSE/CGU/AGU, de 2 de junho de 2015, a Consultoria-Geral da União da Advocacia-Geral da União (CGU/AGU) emitiu entendimento sobre o assunto, afirmando que não

é possível tratar do Regime Próprio de Previdência dos Militares, por ausência de um Plano de Custeio paralelo a um Plano de Benefício.

O déficit projetado para as pensões de militares para 2020 é de R\$ 16,5 bilhões, correspondendo a 0,22% do PIB previsto para o mesmo ano. O Gráfico 8 mostra que o déficit nominal, após longo período de crescimento, demonstra forte redução em 2020, em decorrência dos efeitos do Projeto de Lei nº 1645, de 2019 – PL 1645/2019, que reestrutura o Sistema de Proteção Social dos militares das Forças Armadas.

Gráfico 8: Evolução da Receita, Despesa e Déficit das Pensões Militares (% PIB)

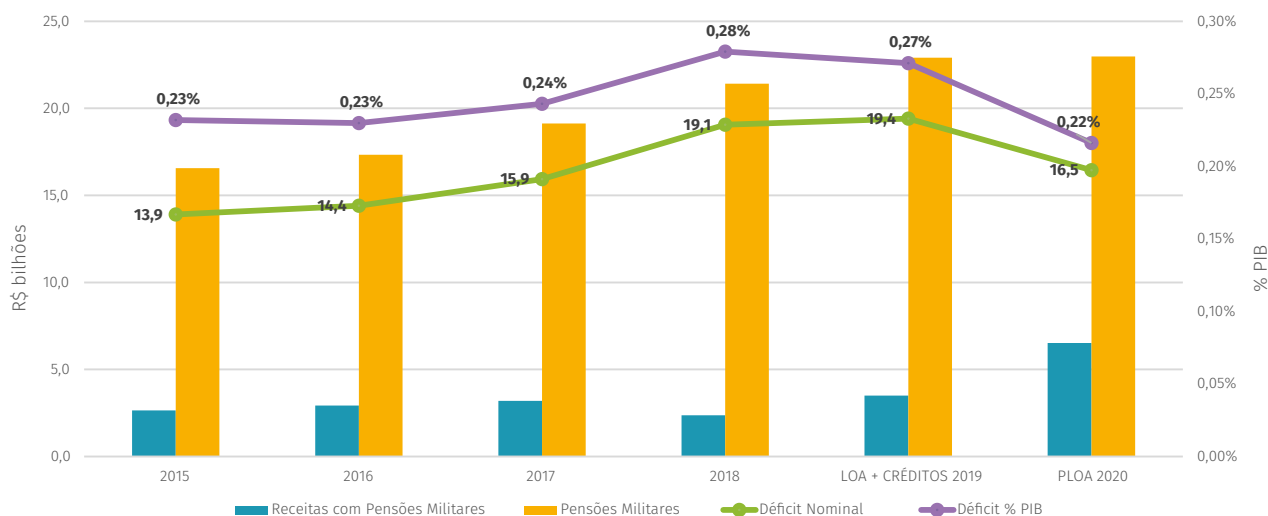


Tabela 10 – Déficit das Pensões Militares da União

DISCRIMINAÇÃO	COD AÇÃO a partir de 2018	LOA + CRÉDITOS 2019	PLOA 2020
		R\$ milhões	
PENSÕES MILITARES			
RECEITAS DE PENSÕES MILITARES		3.499,8	6.521,9
Fonte 123 - Contrib para Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - com DRU em 2019		3.453,7	2.458,5
Fonte 923 - Contrib para Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - CONDICIONADOS		Não há	3.977,8
Fonte 123 - Contrib para Custeio das Pensões Militares dos Ex-Territórios - com DRU em 2019		46,0	33,2
Fonte 923 - Contrib para Custeio das Pensões Militares dos Ex-Territórios - CONDICIONADOS		Não há	52,4
DESPESAS COM PENSÕES MILITARES		22.908,7	22.972,5
Pensões Militares das Forças Armadas	0179	21.871,2	22.093,6
Pensões Militares do Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara	00QD	1.037,5	878,9
RESULTADO PENSÕES MILITARES		-19.408,9	-16.450,5

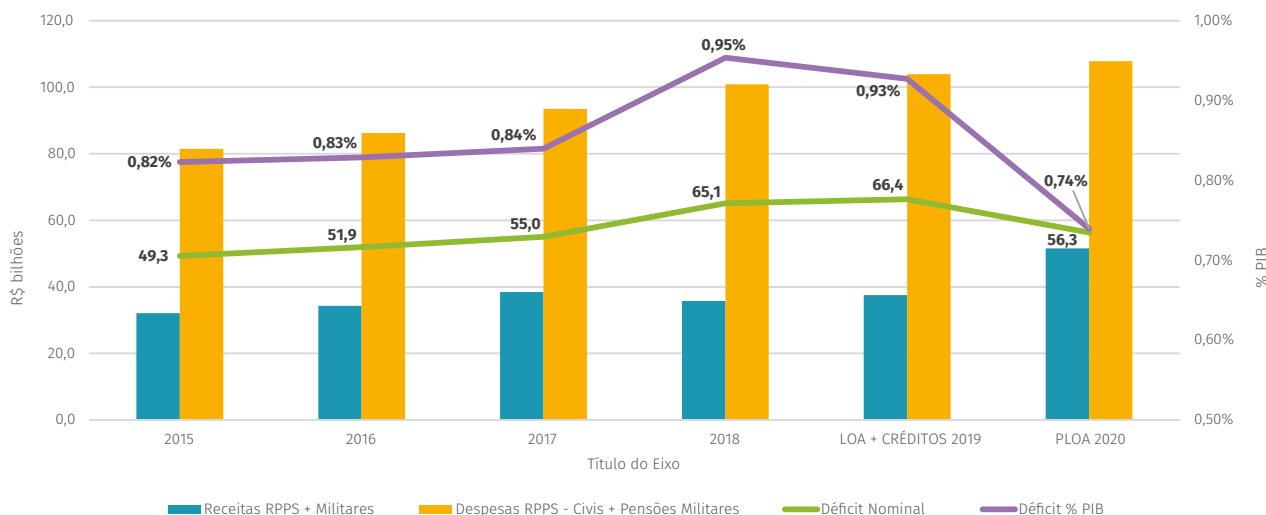
Tabela 11 – Inatividade Remunerada dos Militares da União

DISCRIMINAÇÃO	COD AÇÃO a partir de 2018	LOA + CRÉDITOS 2019 R\$ milhões	PLOA 2020
INATIVOS MILITARES			
RECEITAS DE INATIVOS MILITARES		0,0	0,0
		0,0	0,0
DESPESAS COM INATIVOS MILITARES		26.539,6	27.085,1
Inativos Militares das Forças Armadas	214H	25.677,2	25.887,4
Inativos Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara	218K	862,4	1.197,7
RESULTADO INATIVOS MILITARES		-26.539,6	-27.085,1

Situação consolidada dos Resultados do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Federais e das Pensões de Militares

O déficit total projetado para o custeio do RPPS dos servidores civis da União e das pensões militares para 2020 é de R\$ 56,3 bilhões, correspondendo a 0,74% do PIB previsto para o mesmo ano, uma redução importante comparado aos anos anteriores. O Gráfico 9 mostra que o déficit nominal projetado para 2020 também apresenta redução importante, de 15%, em relação a 2019.

Gráfico 9: Evolução da Receita, Despesa e Déficit do RPPS e das Pensões de Militares (% PIB)



Situação do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis do Fundo Constitucional do Distrito Federal

O déficit total projetado para o custeio do RPPS dos servidores civis do Distrito Federal e dos pensionistas militares custeados com recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal para 2020 é de **R\$ 555,99 milhões**, correspondendo a 0,01% do PIB previsto para o mesmo ano. O Gráfico 10 mostra que o déficit nominal apresenta uma redução significativa em 2020, de 35,85% em relação a 2019.

Gráfico 10: Evolução da Receita, Despesa e Déficit do RPPS do FCDF

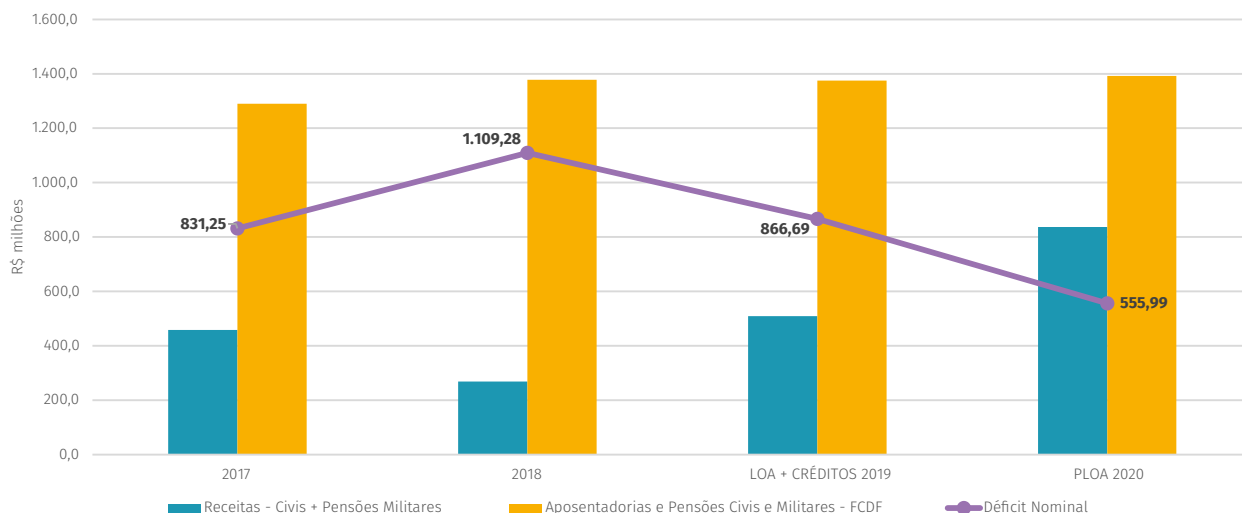


Tabela 12 – Déficit do RPPS e Despesas com Inativos Militares do FCDF

DISCRIMINAÇÃO	COD AÇÃO a partir de 2018	LOA + CRÉDITOS 2019	PLOA 2020
		R\$ milhões	
FCDF			
RECEITAS DO FCDF - Cívís		280,1	379,7
Fonte 156 - Contribuição do Servidor para o RPPS - FCDF		127,5	138,1
Fonte 956 - Contribuição do Servidor para o RPPS - FCDF - CONDICIONADOS		Não há	38,4
Fonte 169 - Contribuição Patronal para o RPPS - FCDF		152,6	165,3
Fonte 969 - Contribuição Patronal para o RPPS - FCDF - CONDICIONADOS		Não há	37,8
DESPESAS DO FCDF - Cívís		958,8	963,3
Aposentadorias e Pensões PCDF - FCDF	00QN	958,8	963,3
RESULTADO DO FCDF CIVIS		-678,7	-583,6
RECEITAS DO FCDF - Pensões Militares		228,5	456,7
Fonte 123 - Contrib para Custeio das Pensões Militares do GDF - FCDF - com DRU em 2019		228,5	174,3
Fonte 923 - Contrib para Custeio das Pensões Militares do GDF - FCDF - CONDICIONADOS		Não há	282,4
DESPESAS DO FCDF - Pensões Militares		416,5	429,1
Pensões Militares da PMDF e do CBMDF - FCDF	00Q2	416,5	429,1
RESULTADO DO FCDF PENSÕES MILITARES		-188,0	27,6
RECEITAS DO FCDF - INATIVOS MILITARES		0,0	0,0
		0,0	0,0
DESPESAS COM INATIVOS MILITARES		1.598,6	1.675,0
Pessoal Inativo da PM e do CBMDF - FCDF	00NS	1.598,6	1.675,0
RESULTADO DO FCDF INATIVOS MILITARES		-1.598,6	-1.675,0
RESULTADO DO FCDF		-2.465,3	-2.231,0

Finalmente, ressalte-se que estas importantes reduções nos déficits do RRPS e das pensões militares do FCDF decorrem dos efeitos das mesmas reformas aplicadas aos servidores e militares da União, provenientes da PEC 6/2019 e do PL nº 1645/2019.



Capítulo 04

Agências Financeiras Oficiais de Fomento

Aplicações em Operações de Crédito

Investimentos no Ativo Imobilizado das Instituições Financeiras



Aplicações em Operações de Crédito

Para 2020, as agências financeiras oficiais de fomento (instituições financeiras) preveem novas concessões de empréstimos maior que a amortização global, gerando um acréscimo de R\$ 47,4 bilhões no volume de aplicações em operações de crédito.

Neste contexto, destacam-se: o setor rural, que apresenta acréscimo no fluxo de aplicações na ordem de 8,5%, passando de R\$ 20,3 bilhões em 2019, para R\$ 22,1 bilhões em 2020; o setor industrial apresenta acréscimo de R\$ 18,3 bilhões, passando de um fluxo negativo de R\$ 4,5 bilhões em 2019, para R\$ 13,7 bilhões em 2020; o setor de habitação mostra aumento

no fluxo de aplicações de R\$ 17,1 bilhões em 2019 para R\$ 28,8 bilhões em 2020; o setor de outros serviços sofrerá aumento de 61,9% em relação a 2019; e o setor de comércio, mostra incremento líquido de R\$ 15,1 bilhões em relação à 2019.

Os dados detalhados sobre os valores relativos à aplicação dos recursos, por agência, região, unidade da federação, setor de atividade, porte do tomador do empréstimo, fonte de recursos, recebimentos no período e saldos atuais, serão disponibilizados no conjunto das informações complementares a serem encaminhadas ao Congresso Nacional.

Investimentos no Ativo Imobilizado das Instituições Financeiras

O conjunto das instituições financeiras federais destinou, na proposta do Orçamento de Investimento para o exercício de 2020, R\$ 5,4 bilhões para os gastos com aquisição e manutenção de bens classificados no ativo imobilizado, exclusive dispêndios vinculados a operações de arrendamento mercantil.

Desse montante, cerca de R\$ 3,5 bilhões estão reservados aos projetos que envolvem manutenção da infraestrutura de atendimento por todo o território nacional.

Para aplicação em manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento, os recursos previstos para o conjunto das instituições financeiras são da ordem de R\$ 1,9 bilhão.

Do total de investimentos propostos para o exercício de 2020, as instituições Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CAIXA) são responsáveis por dispêndios correspondentes a 51,4% e 44,2 %, respectivamente.



Anexos

Demonstrativo Sintético do Programa de Dispêndios Globais das Empresas Estatais

Empresas do Setor Produtivo

Empresas do Setor Financeiro

Empresas do Setor Produtivo

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2020

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES
LDO, Art 10º, inciso VI

22000 M. AG., PEC. E ABASTECIMENTO

22208 - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - CEASAMINAS R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	2.806.079	Receitas Correntes	53.673.055
Investimentos Imobilizado e Intangível	1.750.000	Total dos Fontes	53.673.055
<i>Imobilizado</i>	1.750.000	Variação Patrimonial	219.817
Outras Despesas de Capital	1.056.079	Variação do Disponível	-7.710.692
Despesas Correntes	43.376.101		
Despesas de Pessoal	23.406.690		
Despesas com Dirigentes	1.365.445		
Despesas com Conselhos e Comitês	245.113		
Materiais e Produtos	518.244		
Serviços de Terceiros	10.682.629		
Tributos	4.689.274		
Despesas Financeiras	168.627		
Outras Despesas Correntes	2.300.079		
Total dos Usos	46.182.180	Total Líquido das Fontes	46.182.180

22209 - COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas Correntes	1.833.637	Variação Patrimonial	69.164
Despesas de Pessoal	824.106	Variação do Disponível	1.764.473
Despesas com Dirigentes	56.237		
Despesas com Conselhos e Comitês	15.041		
Materiais e Produtos	600		
Serviços de Terceiros	411.073		
Tributos	232.989		
Outras Despesas Correntes	293.591		
Total dos Usos	1.833.637	Total Líquido das Fontes	1.833.637

22212 - CEAGESP – COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	16.302.469	Receitas de Capital	12.161.371
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	3.791.667	Alienação de Valores e Bens	12.161.371
<i>No País</i>	3.791.667	Receitas Correntes	277.326.730
Investimentos Imobilizado e Intangível	12.510.802	Total dos Fontes	289.488.101
<i>Imobilizado</i>	12.510.802	Variação Patrimonial	-1.123.651
Despesas Correntes	272.295.122	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-45.661
Despesas de Pessoal	98.938.273	Variação do Disponível	278.802
Despesas com Dirigentes	2.114.711		
Despesas com Conselhos e Comitês	472.112		
Materiais e Produtos	2.272.136		
Serviços de Terceiros	78.489.476		
Tributos	42.272.746		
Despesas Financeiras	288.558		
Outras Despesas Correntes	47.447.110		
Total dos Usos	288.597.591	Total Líquido das Fontes	288.597.591

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2020

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES
LDO, Art 10º, inciso VI

24000 M.CIÊNCIATEC.INOV.COMUNICAÇÕES**24213 - CORREIOS PARTICIPAÇÕES S/A****R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	30.000.000	Receitas de Capital	30.000.000
Inversões Financeiras	30.000.000	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	30.000.000
Despesas Correntes	15.417.393	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	<i>30.000.000</i>
Despesas com Dirigentes	2.733.384	Receitas Correntes	1.172.342
Despesas com Conselhos e Comitês	523.128	Total dos Fontes	31.172.342
Materiais e Produtos	5.368	Varição do Disponível	14.245.051
Serviços de Terceiros	12.112.723		
Tributos	42.790		
Total dos Usos	45.417.393	Total Líquido das Fontes	45.417.393

24214 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	1.079.175.791	Receitas de Capital	167.091.100
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	215.625.000	Alienação de Valores e Bens	5.201.085
<i>No País</i>	<i>215.625.000</i>	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	1.890.015
Investimentos Imobilizado e Intangível	833.217.388	Obtenção de Operações de Crédito	160.000.000
<i>Imobilizado</i>	<i>833.217.388</i>	<i>No País</i>	<i>160.000.000</i>
Inversões Financeiras	30.000.000	Receitas Correntes	21.052.064.993
Outras Despesas de Capital	333.403	Total dos Fontes	21.219.156.093
Despesas Correntes	20.362.926.354	Varição Patrimonial	249.039.746
Despesas de Pessoal	12.634.197.413	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-2.014.495
Despesas com Dirigentes	4.705.070	Varição do Disponível	-24.079.199
Despesas com Conselhos e Comitês	720.597		
Materiais e Produtos	193.307.476		
Serviços de Terceiros	3.122.147.526		
Tributos	823.548.094		
Despesas Financeiras	256.280.819		
Outras Despesas Correntes	3.328.019.359		
Total dos Usos	21.442.102.145	Total Líquido das Fontes	21.442.102.145

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2020

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES
LDO, Art 10º, inciso VI

25000 M. DA ECONOMIA**25207 - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO****R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	293.985.497	Receitas Correntes	3.922.037.499
Investimentos Imobilizado e Intangível	210.000.000	Total dos Fontes	3.922.037.499
<i>Imobilizado</i>	<i>210.000.000</i>	Variação Patrimonial	-24.730.436
Outras Despesas de Capital	83.985.497	Variação do Disponível	-5.665.621
Despesas Correntes	3.597.655.945		
Despesas de Pessoal	2.452.871.167		
Despesas com Dirigentes	3.803.357		
Despesas com Conselhos e Comitês	559.320		
Materiais e Produtos	8.000.000		
Serviços de Terceiros	447.999.413		
Tributos	585.782.919		
Despesas Financeiras	6.418.111		
Outras Despesas Correntes	92.221.658		
Total dos Usos	3.891.641.442	Total Líquido das Fontes	3.891.641.442

25211 - CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	144.970.295	Receitas Correntes	1.211.035.901
Investimentos Imobilizado e Intangível	121.515.211	Total dos Fontes	1.211.035.901
<i>Imobilizado</i>	<i>121.515.211</i>	Variação Patrimonial	-103.413.791
Outras Despesas de Capital	23.455.084	Variação do Disponível	88.825.838
Despesas Correntes	1.051.477.653		
Despesas de Pessoal	388.462.309		
Despesas com Dirigentes	2.489.667		
Despesas com Conselhos e Comitês	589.869		
Materiais e Produtos	513.213.733		
Serviços de Terceiros	59.898.451		
Tributos	5.672.243		
Despesas Financeiras	21.768.447		
Outras Despesas Correntes	59.382.934		
Total dos Usos	1.196.447.948	Total Líquido das Fontes	1.196.447.948

25228 - BB ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S.A. - BB CARTÕES**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	3.993.353.742	Receitas de Capital	3.960.249.676
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	1.922.642.069	Obtenção de Operações de Outros Créditos	1.922.184.967
Outras Despesas de Capital	2.070.711.673	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	77.713.482
Despesas Correntes	13.205.715	Outras Receitas De Capital	1.960.351.227
Despesas de Pessoal	1.483.640	Receitas Correntes	46.533.465
Despesas com Conselhos e Comitês	199.529	Total dos Fontes	4.006.783.141
Tributos	8.696.299	Variação Patrimonial	-47.387
Despesas Financeiras	20.946	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	1
Outras Despesas Correntes	2.805.301	Variação do Disponível	-176.298
Total dos Usos	4.006.559.457	Total Líquido das Fontes	4.006.559.457

25229 - BB CORRETORA DE SEGUROS E ADMINISTRADORA DE BENS S.A. - BB CORRETORA**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	1.858.284.837	Receitas Correntes	3.562.268.877
Outras Despesas de Capital	1.858.284.837	Total dos Fontes	3.562.268.877
Despesas Correntes	1.697.665.453	Variação Patrimonial	21.873.228
Despesas de Pessoal	32.511.938	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	5.248.287
Despesas com Dirigentes	1.911.375	Variação do Disponível	-33.440.102
Despesas com Conselhos e Comitês	256.441		
Materiais e Produtos	47.801		
Serviços de Terceiros	274.046.967		
Tributos	1.367.351.562		
Despesas Financeiras	5.248.287		
Outras Despesas Correntes	16.291.082		
Total dos Usos	3.555.950.290	Total Líquido das Fontes	3.555.950.290

25230 - BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	69.336.514	Receitas Correntes	1.102.505.255
Investimentos Imobilizado e Intangível	51.935.535	Total dos Fontes	1.102.505.255
<i>Imobilizado</i>	51.935.535	Variação Patrimonial	-21.597.231
Outras Despesas de Capital	17.400.979	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-6.299.529
Despesas Correntes	1.011.450.977	Variação do Disponível	6.178.996
Despesas de Pessoal	337.948.062		
Despesas com Dirigentes	4.141.000		
Despesas com Conselhos e Comitês	925.000		
Materiais e Produtos	76.315.334		
Serviços de Terceiros	341.560.368		
Tributos	166.816.805		
Despesas Financeiras	3.753.720		
Outras Despesas Correntes	79.990.688		
Total dos Usos	1.080.787.491	Total Líquido das Fontes	1.080.787.491

25246 - BBTUR VIAGENS E TURISMO LTDA**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	1.009.000	Receitas Correntes	505.862
Investimentos Imobilizado e Intangível	1.009.000	Total dos Fontes	505.862
<i>Imobilizado</i>	<i>1.009.000</i>	Variação Patrimonial	183.468
Despesas Correntes	23.816.231	Variação do Disponível	24.135.901
Despesas de Pessoal	11.130.142		
Despesas com Conselhos e Comitês	123.160		
Materiais e Produtos	91.648		
Serviços de Terceiros	3.862.768		
Tributos	2.400		
Despesas Financeiras	300.283		
Outras Despesas Correntes	8.305.830		
Total dos Usos	24.825.231	Total Líquido das Fontes	24.825.231

25276 - EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	2.240.095.193	Receitas de Capital	2.972.181.586
Investimentos Imobilizado e Intangível	2.528.983	Alienação de Valores e Bens	82.800.000
<i>Imobilizado</i>	<i>2.528.983</i>	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	7.200.000
Outras Despesas de Capital	2.237.566.210	Amortização Princ. Mútuos Concedidos	2.882.173.884
Despesas Correntes	2.610.533.967	Recursos de Fundos	7.702
Despesas de Pessoal	29.627.604	Receitas Correntes	1.005.858.908
Despesas com Dirigentes	5.319.826	Total dos Fontes	3.978.040.494
Despesas com Conselhos e Comitês	890.850	Variação Patrimonial	373.881.396
Materiais e Produtos	190.557	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	548.230.434
Serviços de Terceiros	297.644.115	Variação do Disponível	-49.523.164
Tributos	51.931.223		
Despesas Financeiras	609.134.419		
Outras Despesas Correntes	1.615.795.373		
Total dos Usos	4.850.629.160	Total Líquido das Fontes	4.850.629.160

25277 - ATIVOS S.A. - SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	176.179.925	Receitas de Capital	5.548.447
Investimentos Imobilizado e Intangível	2.000.000	Participação nos Resultados	5.548.447
<i>Imobilizado</i>	<i>2.000.000</i>	Receitas Correntes	659.942.275
Inversões Financeiras	5.548.447	Total dos Fontes	665.490.722
Outras Despesas de Capital	168.631.478	Varição Patrimonial	-3.306.841
Despesas Correntes	486.004.447	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-1
Despesas de Pessoal	17.523.661	Varição do Disponível	492
Despesas com Dirigentes	4.095.000		
Despesas com Conselhos e Comitês	625.000		
Materiais e Produtos	173.901		
Serviços de Terceiros	64.024.189		
Tributos	114.778.259		
Despesas Financeiras	3.904.293		
Outras Despesas Correntes	280.880.144		
Total dos Usos	662.184.372	Total Líquido das Fontes	662.184.372

25283 - BB ELO CARTÕES PARTICIPAÇÕES S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	6.758.365.248	Receitas de Capital	6.570.099.010
Inversões Financeiras	2.797.856.315	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	1.089.579.092
Outras Despesas de Capital	3.960.508.933	<i>Outros Recursos para Aumento do PL</i>	<i>1.089.579.092</i>
Despesas Correntes	120.342.591	Alienação de Valores e Bens	2.631.755.061
Despesas de Pessoal	2.836.117	Resgate de Outros Instr. de Captação	1.193.194.783
Despesas com Conselhos e Comitês	192.122	Rendas de Participações	671.617.583
Tributos	107.134.424	Participação nos Resultados	76.377.252
Outras Despesas Correntes	10.179.928	Outras Receitas De Capital	907.575.239
		Receitas Correntes	308.877.687
		Total dos Fontes	6.878.976.697
		Varição Patrimonial	-267.661
		Varição do Disponível	-1.197
Total dos Usos	6.878.707.839	Total Líquido das Fontes	6.878.707.839

25286 - BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A. - BB SEGUROS**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	2.168.308.030	Receitas de Capital	2.510.325.491
Outras Despesas de Capital	2.168.308.030	Rendas de Participações	2.466.525.491
Despesas Correntes	39.050.031	Participação nos Resultados	43.800.000
Despesas de Pessoal	11.313.771	Receitas Correntes	49.693.497
Despesas com Dirigentes	449.138	Total dos Fontes	2.560.018.988
Despesas com Conselhos e Comitês	272.029	Variação Patrimonial	6.678.708
Materiais e Produtos	4.846	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-2.559.355
Serviços de Terceiros	953.812	Variação do Disponível	-356.780.280
Tributos	20.955.383		
Despesas Financeiras	2.559.355		
Outras Despesas Correntes	2.541.697		
Total dos Usos	2.207.358.061	Total Líquido das Fontes	2.207.358.061

25289 - AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	224.615.436	Receitas de Capital	400.000.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	1.627.278	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	400.000.000
<i>Imobilizado</i>	1.622.278	<i>Outros Recursos para Aumento do PL</i>	400.000.000
<i>Intangível</i>	5.000	Receitas Correntes	74.160.548
Inversões Financeiras	182.000.000	Total dos Fontes	474.160.548
Outras Despesas de Capital	40.988.158	Variação Patrimonial	27.897.062
Despesas Correntes	117.800.844	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	357.111
Despesas de Pessoal	21.921.923	Variação do Disponível	-159.998.441
Despesas com Dirigentes	3.211.755		
Despesas com Conselhos e Comitês	994.162		
Materiais e Produtos	88.600		
Serviços de Terceiros	6.012.750		
Tributos	81.228.623		
Outras Despesas Correntes	4.343.031		
Total dos Usos	342.416.280	Total Líquido das Fontes	342.416.280

25291 - BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	3.673.588.715	Receitas de Capital	4.366.048.779
Outras Despesas de Capital	3.673.588.715	Rendas de Participações	4.358.241.137
Despesas Correntes	111.047.315	Participação nos Resultados	7.807.642
Despesas de Pessoal	11.178.003	Receitas Correntes	192.666.675
Despesas com Dirigentes	240.340	Total dos Fontes	4.558.715.454
Despesas com Conselhos e Comitês	848.033	Variação Patrimonial	-429.604.754
Materiais e Produtos	44.658	Variação do Disponível	-344.474.670
Serviços de Terceiros	947.201		
Tributos	56.991.347		
Despesas Financeiras	36.161.099		
Outras Despesas Correntes	4.636.634		
Total dos Usos	3.784.636.030	Total Líquido das Fontes	3.784.636.030

25293 - ATIVOS S.A GESTÃO DE COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	5.547.787	Receitas Correntes	11.513.182
Outras Despesas de Capital	5.547.787	Total dos Fontes	11.513.182
Despesas Correntes	5.965.374	Variação Patrimonial	-21
Despesas de Pessoal	479.471		
Despesas com Dirigentes	23.033		
Despesas com Conselhos e Comitês	127.580		
Materiais e Produtos	904		
Serviços de Terceiros	242.426		
Tributos	3.962.610		
Despesas Financeiras	82.421		
Outras Despesas Correntes	1.046.929		
Total dos Usos	11.513.161	Total Líquido das Fontes	11.513.161

25294 - EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	190.432.052	Receitas de Capital	50.000.000
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	6.653.266	Obtenção de Operações de Crédito	50.000.000
<i>No País</i>	6.653.266	<i>No País</i>	50.000.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	150.000.000	Receitas Correntes	1.760.207.150
<i>Imobilizado</i>	150.000.000	Total dos Fontes	1.810.207.150
Outras Despesas de Capital	33.778.786	Variação Patrimonial	-49.263.700
Despesas Correntes	1.461.473.044	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-27.739.634
Despesas de Pessoal	758.709.558	Variação do Disponível	-81.298.720
Despesas com Dirigentes	4.009.655		
Despesas com Conselhos e Comitês	659.891		
Materiais e Produtos	1.793.583		
Serviços de Terceiros	45.395.859		
Tributos	390.563.791		
Despesas Financeiras	14.581.543		
Outras Despesas Correntes	245.759.164		
Total dos Usos	1.651.905.096	Total Líquido das Fontes	1.651.905.096

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2020

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES
LDO, Art 10º, inciso VI

32000 M. DE MINAS E ENERGIA**32204 - ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR****R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	1.440.867.224	Receitas de Capital	1.402.700.000
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	212.945.443	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	1.400.000.000
<i>No País</i>	212.945.443	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	1.400.000.000
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	3.775.818	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	500.000
Amortização Principal de Mútuos Obtidos	552.780.540	Outras Receitas De Capital	2.200.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	671.365.423	Receitas Correntes	3.548.776.035
<i>Imobilizado</i>	671.365.423	Total dos Fontes	4.951.476.035
Despesas Correntes	2.665.027.535	Variação Patrimonial	-273.546.457
Despesas de Pessoal	677.743.588	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-521.456.363
Despesas com Dirigentes	4.220.110	Variação do Disponível	-50.578.456
Despesas com Conselhos e Comitês	640.528		
Materiais e Produtos	765.678.867		
Serviços de Terceiros	414.350.795		
Tributos	512.536.916		
Despesas Financeiras	171.700.809		
Outras Despesas Correntes	118.155.922		
Total dos Usos	4.105.894.759	Total Líquido das Fontes	4.105.894.759

32223 - CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	16.204.706.229	Receitas de Capital	21.724.425.711
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	10.971.847.699	Amortização Princ. Mútuos Concedidos	6.169.779.516
<i>No País</i>	4.117.037.225	Emissão de Outros Instr. de Captação	6.475.000.000
<i>No Exterior</i>	6.854.810.474	Recursos de Fundos	850.000.000
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	178.698.835	Participação nos Resultados	8.229.646.195
Concessão de Mútuos com Empresas	1.585.497.475	Receitas Correntes	40.304.854.771
Investimentos Imobilizado e Intangível	41.455.000	Total dos Fontes	62.029.280.482
<i>Imobilizado</i>	41.455.000	Variação Patrimonial	-3.056.709.500
Inversões Financeiras	1.450.000.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-472.479.118
Outras Despesas de Capital	1.977.207.220	Variação do Disponível	1.432.365.892
Despesas Correntes	43.727.751.527		
Despesas de Pessoal	493.957.394		
Despesas com Dirigentes	8.130.614		
Despesas com Conselhos e Comitês	2.799.487		
Materiais e Produtos	37.209.779.824		
Serviços de Terceiros	473.053.670		
Tributos	2.175.905.125		
Despesas Financeiras	1.365.022.645		
Outras Despesas Correntes	1.999.102.768		
Total dos Usos	59.932.457.756	Total Líquido das Fontes	59.932.457.756

32224 - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	3.692.170.018	Receitas de Capital	649.393.573
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	318.893.501	Obtenção de Operações de Crédito	200.000.000
<i>No País</i>	<i>318.893.501</i>	<i>No País</i>	<i>200.000.000</i>
Amortização Principal de Mútuos Obtidos	76.388.258	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	29.235.965
Investimentos Imobilizado e Intangível	377.390.482	Recursos de Fundos	219.464.000
<i>Imobilizado</i>	<i>377.390.482</i>	Rendas de Participações	71.285.818
Inversões Financeiras	669.874.100	Participação nos Resultados	33.196.730
Outras Despesas de Capital	2.249.623.677	Outras Receitas De Capital	96.211.060
Despesas Correntes	4.448.600.407	Receitas Correntes	7.685.150.266
Despesas de Pessoal	1.150.154.668	Total dos Fontes	8.334.543.839
Despesas com Dirigentes	5.264.182	Variação Patrimonial	-329.569.645
Despesas com Conselhos e Comitês	462.218	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-72.590.130
Materiais e Produtos	829.930.122	Variação do Disponível	208.386.361
Serviços de Terceiros	297.350.579		
Tributos	1.220.778.657		
Despesas Financeiras	540.037.182		
Outras Despesas Correntes	404.622.799		
Total dos Usos	8.140.770.425	Total Líquido das Fontes	8.140.770.425

32225 - ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	1.082.262.515	Receitas de Capital	381.285.261
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	180.448.804	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	3.000.000
<i>No País</i>	<i>180.448.804</i>	Obtenção de Operações de Crédito	150.000.000
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	3.458.848	<i>No País</i>	<i>150.000.000</i>
Amortização Principal de Mútuos Obtidos	258.534.936	Emissão de Outros Instr. de Captação	150.000.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	255.175.919	Rendas de Participações	64.533.996
<i>Imobilizado</i>	<i>255.175.919</i>	Participação nos Resultados	9.431.265
Inversões Financeiras	203.594.506	Outras Receitas De Capital	4.320.000
Outras Despesas de Capital	181.049.502	Receitas Correntes	2.334.486.988
Despesas Correntes	1.771.484.881	Total dos Fontes	2.715.772.249
Despesas de Pessoal	397.622.865	Variação Patrimonial	-109.465.757
Despesas com Dirigentes	5.085.725	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	2.979.638
Despesas com Conselhos e Comitês	771.349	Variação do Disponível	244.461.266
Materiais e Produtos	487.570.183		
Serviços de Terceiros	142.667.337		
Tributos	451.044.092		
Despesas Financeiras	168.739.278		
Outras Despesas Correntes	117.984.052		
Total dos Usos	2.853.747.396	Total Líquido das Fontes	2.853.747.396

32226 - COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	5.780.481.978	Receitas de Capital	1.033.136.323
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	204.303.480	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	12.694.237
<i>No País</i>	204.303.480	Obtenção de Operações de Crédito	496.500.000
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	110.430.375	<i>No País</i>	496.500.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	1.867.972.360	Obtenção de Operações de Outros Créditos	18.021.772
<i>Imobilizado</i>	1.867.972.360	Recursos de Fundos	405.612.771
Inversões Financeiras	162.502.512	Rendas de Participações	100.307.543
Outras Despesas de Capital	3.435.273.251	Receitas Correntes	7.934.204.184
Despesas Correntes	5.249.603.429	Total dos Fontes	8.967.340.507
Despesas de Pessoal	1.032.550.907	Variação Patrimonial	2.373.309.929
Despesas com Dirigentes	4.370.193	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	65.359.788
Despesas com Conselhos e Comitês	520.958	Variação do Disponível	-375.924.817
Materiais e Produtos	1.422.449.314		
Serviços de Terceiros	361.928.415		
Tributos	1.941.149.303		
Despesas Financeiras	246.409.558		
Outras Despesas Correntes	240.224.781		
Total dos Usos	11.030.085.407	Total Líquido das Fontes	11.030.085.407

32228 - FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	4.398.633.213	Receitas de Capital	1.006.067.312
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	897.087.762	Obtenção de Operações de Crédito	435.799.000
<i>No País</i>	869.156.388	<i>No País</i>	435.799.000
<i>No Exterior</i>	27.931.374	Amortização Princ. Mútuos Concedidos	84.465
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	12.202.548	Rendas de Participações	570.183.847
Amortização Principal de Mútuos Obtidos	485.249.798	Receitas Correntes	10.958.780.560
Investimentos Imobilizado e Intangível	1.194.334.506	Total dos Fontes	11.964.847.872
<i>Imobilizado</i>	1.194.334.506	Variação Patrimonial	445.950.145
Inversões Financeiras	138.890.599	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	95.461.195
Outras Despesas de Capital	1.670.868.000	Variação do Disponível	-257.168.995
Despesas Correntes	7.850.457.004	Serviços de Terceiros	458.136.907
Despesas de Pessoal	1.314.560.802	Tributos	2.950.319.542
Despesas com Dirigentes	7.360.516	Despesas Financeiras	692.083.992
Despesas com Conselhos e Comitês	738.326	Outras Despesas Correntes	597.334.462
Materiais e Produtos	1.829.922.457		
Total dos Usos	12.249.090.217	Total Líquido das Fontes	12.249.090.217

32230 - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	170.516.809.537	Receitas de Capital	2.908.220.244
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	11.560.087.509	Participação nos Resultados	2.908.220.244
<i>No País</i>	2.817.990.200	Receitas Correntes	524.205.114.746
<i>No Exterior</i>	8.742.097.309	Total dos Fontes	527.113.334.990
Amortização Principal de Mútuos Obtidos	7.670.000.000	Variação Patrimonial	3.307.486.395
Investimentos Imobilizado e Intangível	98.869.554.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	11.533.417.555
<i>Imobilizado</i>	98.544.810.000	Variação do Disponível	-3.902.400.002
<i>Intangível</i>	324.744.000		
Inversões Financeiras	412.691.797		
Outras Despesas de Capital	52.004.476.231		
Despesas Correntes	367.535.029.401		
Despesas de Pessoal	23.674.053.859		
Despesas com Dirigentes	17.278.879		
Despesas com Conselhos e Comitês	5.017.714		
Materiais e Produtos	61.073.000.000		
Serviços de Terceiros	40.274.000.002		
Tributos	139.585.720.996		
Despesas Financeiras	11.715.449.610		
Outras Despesas Correntes	91.190.508.341		
Total dos Usos	538.051.838.938	Total Líquido das Fontes	538.051.838.938

32232 - BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASOIL**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas Correntes	6.545.002	Receitas Correntes	17.789.666
Serviços de Terceiros	1.439.902	Total dos Fontes	17.789.666
Despesas Financeiras	23.100	Variação do Disponível	-11.244.664
Outras Despesas Correntes	5.082.000		
Total dos Usos	6.545.002	Total Líquido das Fontes	6.545.002

32240 - PETROBRAS GÁS S.A. - GASPETRO**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	190.680.469	Receitas de Capital	160.917.309
Inversões Financeiras	1.029.681	Participação nos Resultados	160.917.309
Outras Despesas de Capital	189.650.788	Receitas Correntes	12.551.708
Despesas Correntes	68.836.582	Total dos Fontes	173.469.017
Despesas de Pessoal	35.348.372	Variação Patrimonial	47.493.244
Despesas com Dirigentes	7.794.642	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-3.607.200
Despesas com Conselhos e Comitês	1.332.553	Variação do Disponível	42.161.990
Materiais e Produtos	1.431		
Serviços de Terceiros	1.740.980		
Tributos	4.249.894		
Despesas Financeiras	9.510.987		
Outras Despesas Correntes	8.857.723		
Total dos Usos	259.517.051	Total Líquido das Fontes	259.517.051

32264 - ELETROBRAS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	12.303.051	Receitas de Capital	10.660.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	115.000	Rendas de Participações	8.800.000
<i>Imobilizado</i>	<i>115.000</i>	Participação nos Resultados	1.500.000
Inversões Financeiras	8.652.784	Outras Receitas De Capital	360.000
Outras Despesas de Capital	3.535.267	Receitas Correntes	2.612.325
Despesas Correntes	9.589.679	Total dos Fontes	13.272.325
Despesas de Pessoal	2.450.996	Variação Patrimonial	1.343.326
Despesas com Dirigentes	1.538.668	Variação do Disponível	7.277.079
Despesas com Conselhos e Comitês	376.363		
Materiais e Produtos	23.841		
Serviços de Terceiros	2.446.864		
Tributos	1.242.422		
Despesas Financeiras	369.640		
Outras Despesas Correntes	1.140.885		
Total dos Usos	21.892.730	Total Líquido das Fontes	21.892.730

32271 - TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. - TBG**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	472.587.904	Receitas Correntes	1.649.504.796
Investimentos Imobilizado e Intangível	116.102.000	Total dos Fontes	1.649.504.796
<i>Imobilizado</i>	<i>116.102.000</i>	Variação Patrimonial	-351.870.083
Outras Despesas de Capital	356.485.904	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	21.006.104
Despesas Correntes	1.101.865.867	Variação do Disponível	255.812.954
Despesas de Pessoal	187.501.192		
Despesas com Dirigentes	8.120.164		
Despesas com Conselhos e Comitês	1.687.389		
Materiais e Produtos	10.134.646		
Serviços de Terceiros	101.656.569		
Tributos	509.786.395		
Despesas Financeiras	21.006.104		
Outras Despesas Correntes	261.973.408		
Total dos Usos	1.574.453.771	Total Líquido das Fontes	1.574.453.771

32274 - PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	1.616.611.979	Receitas Correntes	9.282.578.590
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	330.838.114	Total dos Fontes	9.282.578.590
<i>No País</i>	330.838.114	Varição Patrimonial	-380.877.953
Investimentos Imobilizado e Intangível	760.247.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	129.116.948
<i>Imobilizado</i>	760.247.000	Varição do Disponível	299.378.677
Outras Despesas de Capital	525.526.865		
Despesas Correntes	7.713.584.283		
Despesas de Pessoal	2.510.309.827		
Despesas com Dirigentes	12.384.286		
Despesas com Conselhos e Comitês	3.502.797		
Materiais e Produtos	223.430.230		
Serviços de Terceiros	1.366.393.086		
Tributos	1.633.059.733		
Despesas Financeiras	572.813.234		
Outras Despesas Correntes	1.391.691.090		
Total dos Usos	9.330.196.262	Total Líquido das Fontes	9.330.196.262

32276 - COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	175.806.895	Receitas de Capital	37.969.672
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	37.500.000	Outras Receitas De Capital	37.969.672
<i>No País</i>	37.500.000	Receitas Correntes	751.509.742
Investimentos Imobilizado e Intangível	74.350.000	Total dos Fontes	789.479.414
<i>Imobilizado</i>	74.350.000	Varição Patrimonial	73.307.651
Outras Despesas de Capital	63.956.895	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	2.737.129
Despesas Correntes	824.331.559	Varição do Disponível	134.614.260
Despesas de Pessoal	90.795.628		
Despesas com Dirigentes	2.032.967		
Despesas com Conselhos e Comitês	380.675		
Materiais e Produtos	477.831.362		
Serviços de Terceiros	54.135.768		
Tributos	128.159.005		
Despesas Financeiras	50.042.066		
Outras Despesas Correntes	20.954.088		
Total dos Usos	1.000.138.454	Total Líquido das Fontes	1.000.138.454

32280 - PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S.A. - PB-LOG **R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	853.873.302	Receitas Correntes	5.490.522.230
Investimentos Imobilizado e Intangível	200.000	Total dos Fontes	5.490.522.230
<i>Imobilizado</i>	<i>200.000</i>	Variação Patrimonial	-1.946.248.986
Outras Despesas de Capital	853.673.302	Variação do Disponível	1.957.625.007
Despesas Correntes	4.648.024.949		
Despesas de Pessoal	29.365.000		
Despesas com Dirigentes	5.235.385		
Despesas com Conselhos e Comitês	277.488		
Serviços de Terceiros	3.466.387.259		
Tributos	1.129.756.536		
Outras Despesas Correntes	17.003.281		
Total dos Usos	5.501.898.251	Total Líquido das Fontes	5.501.898.251

32282 - PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV **R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	13.301.810.080	Receitas de Capital	65.344.888.379
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	1.510.305.080	Outras Receitas De Capital	65.344.888.379
<i>No Exterior</i>	<i>1.510.305.080</i>	Receitas Correntes	4.276.044.589
Investimentos Imobilizado e Intangível	7.272.335.000	Total dos Fontes	69.620.932.968
<i>Imobilizado</i>	<i>7.272.335.000</i>	Variação Patrimonial	-50.503.206
Inversões Financeiras	4.519.170.000	Variação do Disponível	-54.635.451.356
Despesas Correntes	1.633.168.326		
Despesas de Pessoal	7.361.125		
Despesas com Dirigentes	3.664.306		
Serviços de Terceiros	775.709.259		
Tributos	700.853.292		
Despesas Financeiras	127.047.994		
Outras Despesas Correntes	18.532.350		
Total dos Usos	14.934.978.406	Total Líquido das Fontes	14.934.978.406

32285 - 5283 PARTICIPAÇÕES S.A. **R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas Correntes	394.728	Receitas Correntes	34.278
Serviços de Terceiros	190.968	Total dos Fontes	34.278
Tributos	3.720	Variação do Disponível	360.450
Outras Despesas Correntes	200.040		
Total dos Usos	394.728	Total Líquido das Fontes	394.728

32287 - PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	5.120.077.249	Receitas de Capital	7.708.500.000
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	4.287.808.249	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	38.500.000
<i>No Exterior</i>	4.287.808.249	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	38.500.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	789.549.000	Amortização Princ. Mútuos Concedidos	7.670.000.000
<i>Imobilizado</i>	789.549.000	Receitas Correntes	94.411.814.129
Inversões Financeiras	42.720.000	Total dos Fontes	102.120.314.129
Despesas Correntes	140.404.877.575	Variação Patrimonial	42.346.731.332
Despesas de Pessoal	529.479.762	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	103.485.527
Materiais e Produtos	51.272.077.109	Variação do Disponível	954.423.836
Serviços de Terceiros	1.154.683.873		
Tributos	510.446.817		
Despesas Financeiras	12.634.139.955		
Outras Despesas Correntes	74.304.050.059		
Total dos Usos	145.524.954.824	Total Líquido das Fontes	145.524.954.824

32288 - PETROBRAS COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	2.964.104	Receitas Correntes	93.361.432
Outras Despesas de Capital	2.964.104	Total dos Fontes	93.361.432
Despesas Correntes	90.397.328	Variação Patrimonial	-28.031.979
Despesas com Conselhos e Comitês	76.619	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-111.018
Materiais e Produtos	76.478.379	Variação do Disponível	28.142.997
Serviços de Terceiros	2.366.789		
Tributos	10.714.901		
Despesas Financeiras	428.276		
Outras Despesas Correntes	332.364		
Total dos Usos	93.361.432	Total Líquido das Fontes	93.361.432

32289 - PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A. - E-PETRO**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	688.000	Receitas de Capital	1.088.000
Outras Despesas de Capital	688.000	Participação nos Resultados	1.088.000
Despesas Correntes	364.616	Receitas Correntes	30.000
Despesas com Conselhos e Comitês	34.560	Total dos Fontes	1.118.000
Serviços de Terceiros	129.260	Variação Patrimonial	-399.120
Tributos	3.552	Variação do Disponível	333.736
Outras Despesas Correntes	197.244		
Total dos Usos	1.052.616	Total Líquido das Fontes	1.052.616

32308 - TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A. - TAG**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
------	-------	--------	-------

32316 - LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	287.823.174	Receitas de Capital	67.051.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	147.148.000	Obtenção de Operações de Crédito	66.001.000
<i>Imobilizado</i>	143.656.000	<i>No País</i>	66.001.000
<i>Intangível</i>	3.492.000	Participação nos Resultados	1.050.000
Outras Despesas de Capital	140.675.174	Receitas Correntes	5.670.144.736
Despesas Correntes	5.442.369.689	Total dos Fontes	5.737.195.736
Despesas de Pessoal	473.854.378	Variação Patrimonial	-12.680.900
Despesas com Dirigentes	11.038.617	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-5.259.960
Despesas com Conselhos e Comitês	1.135.510	Variação do Disponível	10.937.987
Materiais e Produtos	3.620.060.710		
Serviços de Terceiros	384.442.869		
Tributos	760.250.550		
Outras Despesas Correntes	191.587.055		
Total dos Usos	5.730.192.863	Total Líquido das Fontes	5.730.192.863

32321 - BAIXADA SANTISTA ENERGIA S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	20.185.262	Receitas Correntes	65.848.549
Outras Despesas de Capital	20.185.262	Total dos Fontes	65.848.549
Despesas Correntes	39.796.071	Variação Patrimonial	2.034.468
Despesas de Pessoal	1.200.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-3.852.741
Despesas com Dirigentes	1.275.878	Variação do Disponível	-4.048.943
Despesas com Conselhos e Comitês	75.360		
Serviços de Terceiros	513.622		
Tributos	13.765.032		
Outras Despesas Correntes	22.966.179		
Total dos Usos	59.981.333	Total Líquido das Fontes	59.981.333

32322 - TERMOMACAÉ S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas Correntes	93.912.441	Receitas Correntes	113.612.920
Despesas de Pessoal	37.057.834	Total dos Fontes	113.612.920
Despesas com Dirigentes	1.242.880	Variação Patrimonial	-82.350.225
Despesas com Conselhos e Comitês	81.744	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-679.705
Serviços de Terceiros	391.296	Variação do Disponível	63.329.451
Tributos	50.128.180		
Outras Despesas Correntes	5.010.507		
Total dos Usos	93.912.441	Total Líquido das Fontes	93.912.441

32332 - TERMOBAHIA S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	37.203.685	Receitas de Capital	213
Outras Despesas de Capital	37.203.685	Alienação de Valores e Bens	213
Despesas Correntes	68.562.437	Receitas Correntes	90.313.522
Despesas de Pessoal	19.764.253	Total dos Fontes	90.313.735
Despesas com Dirigentes	1.242.880	Variação Patrimonial	84.900.501
Despesas com Conselhos e Comitês	174.720	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	1.089.548
Materiais e Produtos	1.200	Variação do Disponível	-70.537.662
Serviços de Terceiros	594.941		
Tributos	33.461.947		
Despesas Financeiras	9.373.682		
Outras Despesas Correntes	3.948.814		
Total dos Usos	105.766.122	Total Líquido das Fontes	105.766.122

32334 - PETROBRAS BIOCMBUSTÍVEL S.A. - P BIO**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	50.150.640	Receitas Correntes	1.286.116.667
Investimentos Imobilizado e Intangível	16.749.000	Total dos Fontes	1.286.116.667
<i>Imobilizado</i>	16.749.000	Variação Patrimonial	-62.320.904
Inversões Financeiras	33.401.640	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	11.559.920
Despesas Correntes	1.185.139.678	Variação do Disponível	-65.365
Despesas de Pessoal	110.876.808		
Despesas com Dirigentes	4.951.764		
Despesas com Conselhos e Comitês	905.568		
Materiais e Produtos	823.075.867		
Serviços de Terceiros	36.172.776		
Tributos	168.642.511		
Despesas Financeiras	1.113.024		
Outras Despesas Correntes	39.401.360		
Total dos Usos	1.235.290.318	Total Líquido das Fontes	1.235.290.318

32345 - BREITENER ENERGÉTICA S.A. - BREITENER**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas Correntes	21.258.447	Receitas Correntes	33.818.454
Despesas de Pessoal	7.359.684	Total dos Fontes	33.818.454
Despesas com Dirigentes	2.165.029	Variação Patrimonial	-301.458
Despesas com Conselhos e Comitês	388.308	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	5.039.578
Materiais e Produtos	18.000	Variação do Disponível	-17.298.127
Serviços de Terceiros	250.582		
Tributos	4.693.015		
Despesas Financeiras	5.039.578		
Outras Despesas Correntes	1.344.251		
Total dos Usos	21.258.447	Total Líquido das Fontes	21.258.447

32346 - EÓLICA MANGUE SECO 2 - GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. - MANGUE SECO 2 R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	5.432.825	Receitas Correntes	24.281.153
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	3.319.504	Total dos Fontes	24.281.153
<i>No País</i>	3.319.504	Varição Patrimonial	1.865.382
Investimentos Imobilizado e Intangível	68.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	5.104
<i>Imobilizado</i>	68.000	Varição do Disponível	-4.043.443
Outras Despesas de Capital	2.045.321		
Despesas Correntes	16.675.371		
Despesas de Pessoal	2.127.148		
Despesas com Dirigentes	1.122.897		
Despesas com Conselhos e Comitês	221.324		
Materiais e Produtos	47.954		
Serviços de Terceiros	4.547.756		
Tributos	2.069.020		
Despesas Financeiras	4.928.776		
Outras Despesas Correntes	1.610.496		
Total dos Usos	22.108.196	Total Líquido das Fontes	22.108.196

32351 - GÁS BRASILIANO DISTRIBUIDORA S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	119.740.726	Receitas Correntes	836.349.016
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	410.827	Total dos Fontes	836.349.016
<i>No País</i>	410.827	Varição Patrimonial	-10.868.980
Investimentos Imobilizado e Intangível	60.823.600	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-4.995.024
<i>Intangível</i>	60.823.600	Varição do Disponível	47.545.427
Outras Despesas de Capital	58.506.299		
Despesas Correntes	748.289.713		
Despesas de Pessoal	22.381.857		
Despesas com Dirigentes	2.815.912		
Despesas com Conselhos e Comitês	567.576		
Materiais e Produtos	457.886.262		
Serviços de Terceiros	17.669.737		
Tributos	234.076.846		
Despesas Financeiras	1.841.127		
Outras Despesas Correntes	11.050.396		
Total dos Usos	868.030.439	Total Líquido das Fontes	868.030.439

32357 - TERMOMACAÉ COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	475.389	Receitas Correntes	30.236.163
Outras Despesas de Capital	475.389	Total dos Fontes	30.236.163
Despesas Correntes	29.760.774	Varição Patrimonial	365.051
Despesas com Conselhos e Comitês	76.619	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	143.250
Materiais e Produtos	25.492.793	Varição do Disponível	-508.301
Serviços de Terceiros	732.212		
Tributos	3.127.785		
Despesas Financeiras	143.250		
Outras Despesas Correntes	188.115		
Total dos Usos	30.236.163	Total Líquido das Fontes	30.236.163

32360 - BREITENER JARAQUI S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas Correntes	190.674.657	Receitas Correntes	174.916.686
Despesas de Pessoal	20.776.615	Total dos Fontes	174.916.686
Materiais e Produtos	46.651.224	Varição Patrimonial	-11.932.052
Serviços de Terceiros	32.762.228	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	4.424.061
Tributos	69.606.657	Varição do Disponível	23.265.962
Despesas Financeiras	4.424.061		
Outras Despesas Correntes	16.453.872		
Total dos Usos	190.674.657	Total Líquido das Fontes	190.674.657

32361 - BREITENER TAMBAQUI S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas Correntes	202.544.854	Receitas Correntes	176.859.201
Despesas de Pessoal	24.484.290	Total dos Fontes	176.859.201
Materiais e Produtos	53.176.300	Varição Patrimonial	-12.383.571
Serviços de Terceiros	33.333.091	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	4.812.568
Tributos	69.157.449	Varição do Disponível	33.256.656
Despesas Financeiras	4.812.568		
Outras Despesas Correntes	17.581.156		
Total dos Usos	202.544.854	Total Líquido das Fontes	202.544.854

32363 - TRANSMISSORA SUL BRASILEIRA DE ENERGIA S.A. - TSBE**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	21.556.689	Receitas Correntes	74.846.424
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	21.000.000	Total dos Fontes	74.846.424
<i>No País</i>	21.000.000	Varição Patrimonial	1.412.456
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	56.689	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-11.236.015
Investimentos Imobilizado e Intangível	500.000	Varição do Disponível	2.895.287
<i>Imobilizado</i>	500.000		
Despesas Correntes	46.361.463		
Despesas com Dirigentes	937.061		
Despesas com Conselhos e Comitês	309.594		
Materiais e Produtos	25.800		
Serviços de Terceiros	5.881.799		
Tributos	17.842.806		
Despesas Financeiras	20.517.139		
Outras Despesas Correntes	847.264		
Total dos Usos	67.918.152	Total Líquido das Fontes	67.918.152

32364 - TRANSMISSORA SUL LITORÂNEA DE ENERGIA S.A. - TSLE**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	61.134.225	Receitas de Capital	45.237.071
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	26.708.515	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	45.237.071
<i>No País</i>	26.708.515	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	45.237.071
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	5.000.000	Receitas Correntes	119.080.006
Investimentos Imobilizado e Intangível	16.701.000	Total dos Fontes	164.317.077
<i>Imobilizado</i>	16.701.000	Varição Patrimonial	-26.134.919
Outras Despesas de Capital	12.724.710	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	498.438
Despesas Correntes	78.894.978	Varição do Disponível	1.348.607
Despesas com Dirigentes	703.386		
Despesas com Conselhos e Comitês	259.712		
Materiais e Produtos	627.000		
Serviços de Terceiros	11.836.611		
Tributos	22.461.843		
Despesas Financeiras	42.274.570		
Outras Despesas Correntes	731.856		
Total dos Usos	140.029.203	Total Líquido das Fontes	140.029.203

32365 - AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A. - AMGT**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	1.269.627.021	Receitas de Capital	2.550.827.443
Amortização Principal de Mútuos Obtidos	1.250.250.021	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	329.563.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	19.377.000	Obtenção de Mútuos com Empresas	585.497.475
<i>Imobilizado</i>	19.377.000	Outras Receitas De Capital	1.635.766.968
Despesas Correntes	5.210.123.732	Receitas Correntes	4.019.121.887
Despesas de Pessoal	136.727.388	Total dos Fontes	6.569.949.330
Despesas com Dirigentes	1.069.776	Variação Patrimonial	-264.651.186
Despesas com Conselhos e Comitês	212.387	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	17.861.829
Materiais e Produtos	3.232.787.293	Variação do Disponível	156.590.780
Serviços de Terceiros	59.131.268		
Tributos	1.478.325.848		
Despesas Financeiras	197.195.211		
Outras Despesas Correntes	104.674.561		
Total dos Usos	6.479.750.753	Total Líquido das Fontes	6.479.750.753

32367 - ARAUCÁRIA NITROGENADOS S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	107.364.406	Receitas de Capital	241.990.797
Investimentos Imobilizado e Intangível	107.364.406	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	241.990.797
<i>Imobilizado</i>	107.364.406	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	241.990.797
Despesas Correntes	1.035.352.408	Receitas Correntes	814.486.707
Despesas de Pessoal	139.488.850	Total dos Fontes	1.056.477.504
Materiais e Produtos	674.060.867	Variação Patrimonial	1
Serviços de Terceiros	71.880.844	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-1
Tributos	85.194.334	Variação do Disponível	86.239.310
Outras Despesas Correntes	64.727.513		
Total dos Usos	1.142.716.814	Total Líquido das Fontes	1.142.716.814

32369 - EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. - PPSA R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	18.282.747	Receitas de Capital	3.000.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	14.102.130	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	3.000.000
<i>Imobilizado</i>	2.746.800	<i>Aportes do Tesouro Nacional</i>	3.000.000
<i>Intangível</i>	11.355.330	Receitas Correntes	151.485.388
Outras Despesas de Capital	4.180.617	Total dos Fontes	154.485.388
Despesas Correntes	128.409.036	Variação Patrimonial	-80.621
Despesas de Pessoal	35.952.601	Variação do Disponível	-7.712.984
Despesas com Dirigentes	5.034.563		
Despesas com Conselhos e Comitês	1.209.858		
Materiais e Produtos	59.011		
Serviços de Terceiros	38.888.453		
Tributos	39.792.306		
Outras Despesas Correntes	7.472.244		
Total dos Usos	146.691.783	Total Líquido das Fontes	146.691.783

32370 - TRANSPETRO INTERNATIONAL B.V.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	32.667.000	Receitas Correntes	1.050.327.018
Investimentos Imobilizado e Intangível	32.667.000	Total dos Fontes	1.050.327.018
<i>Imobilizado</i>	<i>32.667.000</i>	Variação Patrimonial	-2.383.131
Despesas Correntes	881.934.102	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	8.202.288
Despesas com Dirigentes	2.375.175	Variação do Disponível	-141.545.073
Materiais e Produtos	14.528.439		
Serviços de Terceiros	251.446.762		
Tributos	7.480.109		
Despesas Financeiras	101.618.817		
Abatimentos em Venda de Bens e Serviços	462.677.434		
Outras Despesas Correntes	41.807.366		
Total dos Usos	914.601.102	Total Líquido das Fontes	914.601.102

32375 - PETROBRAS LOGÍSTICA DE GÁS S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	47.318.371	Receitas de Capital	198.256.061
Outras Despesas de Capital	47.318.371	Participação nos Resultados	198.256.061
Despesas Correntes	24.912.642	Receitas Correntes	31.215.953
Despesas de Pessoal	8.064.676	Total dos Fontes	229.472.014
Despesas com Conselhos e Comitês	227.469	Variação Patrimonial	-110.193.984
Materiais e Produtos	6.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-10.713.113
Serviços de Terceiros	5.642.314	Variação do Disponível	-36.333.904
Tributos	4.908.885		
Outras Despesas Correntes	6.063.298		
Total dos Usos	72.231.013	Total Líquido das Fontes	72.231.013

32376 - BRASIL VENTOS ENERGIA S/A**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	86.669.999	Receitas de Capital	97.623.999
Investimentos Imobilizado e Intangível	196.000	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	97.623.999
<i>Imobilizado</i>	<i>196.000</i>	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	<i>97.623.999</i>
Inversões Financeiras	86.473.999	Receitas Correntes	177.000
Despesas Correntes	11.588.256	Total dos Fontes	97.800.999
Despesas de Pessoal	5.288.691	Variação do Disponível	457.256
Despesas com Dirigentes	1.167.187		
Despesas com Conselhos e Comitês	382.200		
Materiais e Produtos	67.900		
Serviços de Terceiros	3.225.042		
Tributos	77.500		
Outras Despesas Correntes	1.379.736		
Total dos Usos	98.258.255	Total Líquido das Fontes	98.258.255

32377 - TRANSENERGIA GOIÁS S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	15.678.945	Receitas de Capital	195.600
Amortização Principal de Mútuos Obtidos	4.200.000	Recursos de Fundos	111.600
Investimentos Imobilizado e Intangível	7.171.337	Outras Receitas De Capital	84.000
<i>Imobilizado</i>	7.171.337	Receitas Correntes	18.859.914
Outras Despesas de Capital	4.307.608	Total dos Fontes	19.055.514
Despesas Correntes	12.897.348	Variação Patrimonial	7.006.628
Despesas de Pessoal	2.479.224	Variação do Disponível	2.514.151
Despesas com Dirigentes	1.160.944		
Despesas com Conselhos e Comitês	305.600		
Materiais e Produtos	47.697		
Serviços de Terceiros	2.856.787		
Tributos	2.167.240		
Despesas Financeiras	346.513		
Outras Despesas Correntes	3.533.343		
Total dos Usos	28.576.293	Total Líquido das Fontes	28.576.293

32378 - GERADORA EÓLICA VENTOS DE ANGELIM S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	1.233.010	Receitas Correntes	60.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	1.233.010	Total dos Fontes	60.000
<i>Imobilizado</i>	1.233.010	Variação do Disponível	1.340.426
Despesas Correntes	167.416		
Despesas com Dirigentes	57.508		
Despesas com Conselhos e Comitês	20.704		
Serviços de Terceiros	78.904		
Tributos	7.460		
Outras Despesas Correntes	2.840		
Total dos Usos	1.400.426	Total Líquido das Fontes	1.400.426

32379 - GERADORA EÓLICA VENTOS DE SANTA ROSA S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	1.047.052	Receitas Correntes	91.300
Investimentos Imobilizado e Intangível	1.047.052	Total dos Fontes	91.300
<i>Imobilizado</i>	1.047.052	Variação Patrimonial	-1.360
Despesas Correntes	166.056	Variação do Disponível	1.123.168
Despesas com Dirigentes	56.508		
Despesas com Conselhos e Comitês	20.344		
Serviços de Terceiros	78.904		
Tributos	7.460		
Outras Despesas Correntes	2.840		
Total dos Usos	1.213.108	Total Líquido das Fontes	1.213.108

32380 - GERADORA EÓLICA VENTOS DE UIRAPURU S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	1.388.430	Receitas Correntes	70.600
Investimentos Imobilizado e Intangível	1.388.430	Total dos Fontes	70.600
<i>Imobilizado</i>	1.388.430	Variação Patrimonial	17.280
Despesas Correntes	184.696	Variação do Disponível	1.485.246
Despesas com Dirigentes	56.508		
Despesas com Conselhos e Comitês	38.984		
Serviços de Terceiros	78.904		
Tributos	7.460		
Outras Despesas Correntes	2.840		
Total dos Usos	1.573.126	Total Líquido das Fontes	1.573.126

32381 - GERADORA EÓLICA ARARA AZUL S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	72.900	Receitas Correntes	25.800
Investimentos Imobilizado e Intangível	72.900	Total dos Fontes	25.800
<i>Imobilizado</i>	72.900	Variação do Disponível	180.906
Despesas Correntes	133.806		
Despesas com Dirigentes	57.508		
Despesas com Conselhos e Comitês	20.704		
Serviços de Terceiros	45.294		
Tributos	7.460		
Outras Despesas Correntes	2.840		
Total dos Usos	206.706	Total Líquido das Fontes	206.706

32382 - GERADORA EÓLICA BENTEVI S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	26.040	Receitas Correntes	21.300
Investimentos Imobilizado e Intangível	26.040	Total dos Fontes	21.300
<i>Imobilizado</i>	26.040	Variação do Disponível	172.156
Despesas Correntes	167.416		
Despesas com Dirigentes	57.508		
Despesas com Conselhos e Comitês	20.704		
Serviços de Terceiros	78.904		
Tributos	7.460		
Outras Despesas Correntes	2.840		
Total dos Usos	193.456	Total Líquido das Fontes	193.456

32383 - GERADORA EÓLICA OURO VERDE I S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	62.100	Receitas Correntes	25.100
Investimentos Imobilizado e Intangível	62.100	Total dos Fontes	25.100
<i>Imobilizado</i>	62.100	Variação do Disponível	176.502
Despesas Correntes	139.502		
Despesas com Dirigentes	57.508		
Despesas com Conselhos e Comitês	20.704		
Serviços de Terceiros	50.990		
Tributos	7.460		
Outras Despesas Correntes	2.840		
Total dos Usos	201.602	Total Líquido das Fontes	201.602

32384 - GERADORA EÓLICA OURO VERDE II S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	52.770	Receitas Correntes	22.800
Investimentos Imobilizado e Intangível	52.770	Total dos Fontes	22.800
<i>Imobilizado</i>	52.770	Variação do Disponível	197.386
Despesas Correntes	167.416		
Despesas com Dirigentes	57.508		
Despesas com Conselhos e Comitês	20.704		
Serviços de Terceiros	78.904		
Tributos	7.460		
Outras Despesas Correntes	2.840		
Total dos Usos	220.186	Total Líquido das Fontes	220.186

32385 - GERADORA EÓLICA OURO VERDE III S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	70.300	Receitas Correntes	25.100
Investimentos Imobilizado e Intangível	70.300	Total dos Fontes	25.100
<i>Imobilizado</i>	70.300	Variação do Disponível	212.616
Despesas Correntes	167.416		
Despesas com Dirigentes	57.508		
Despesas com Conselhos e Comitês	20.704		
Serviços de Terceiros	78.904		
Tributos	7.460		
Outras Despesas Correntes	2.840		
Total dos Usos	237.716	Total Líquido das Fontes	237.716

32386 - ENERGIA DOS VENTOS V S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	13.012.317	Receitas de Capital	28.922.733
Investimentos Imobilizado e Intangível	13.012.317	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	6.200.000
<i>Imobilizado</i>	<i>13.012.317</i>	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	<i>6.200.000</i>
Despesas Correntes	13.689.751	Obtenção de Operações de Crédito	22.722.733
Despesas de Pessoal	456.740	<i>No País</i>	<i>22.722.733</i>
Despesas com Dirigentes	48.329	Receitas Correntes	12.033.611
Despesas com Conselhos e Comitês	17.399	Total dos Fontes	40.956.344
Materiais e Produtos	3.630.232	Variação do Disponível	-14.254.276
Serviços de Terceiros	3.056.589		
Tributos	542.784		
Despesas Financeiras	5.620.158		
Outras Despesas Correntes	317.520		
Total dos Usos	26.702.068	Total Líquido das Fontes	26.702.068

32387 - ENERGIA DOS VENTOS VI S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	18.589.024	Receitas de Capital	36.968.201
Investimentos Imobilizado e Intangível	18.589.024	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	6.200.000
<i>Imobilizado</i>	<i>18.589.024</i>	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	<i>6.200.000</i>
Despesas Correntes	19.010.556	Obtenção de Operações de Crédito	30.768.201
Despesas de Pessoal	597.520	<i>No País</i>	<i>30.768.201</i>
Despesas com Dirigentes	48.329	Receitas Correntes	17.048.633
Despesas com Conselhos e Comitês	17.399	Total dos Fontes	54.016.834
Materiais e Produtos	5.150.916	Variação do Disponível	-16.417.254
Serviços de Terceiros	4.099.549		
Tributos	739.402		
Despesas Financeiras	8.033.681		
Outras Despesas Correntes	323.760		
Total dos Usos	37.599.580	Total Líquido das Fontes	37.599.580

32388 - ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	16.730.121	Receitas de Capital	38.200.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	16.730.121	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	6.200.000
<i>Imobilizado</i>	<i>16.730.121</i>	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	<i>6.200.000</i>
Despesas Correntes	18.457.647	Obtenção de Operações de Crédito	32.000.000
Despesas de Pessoal	708.170	<i>No País</i>	<i>32.000.000</i>
Despesas com Dirigentes	48.329	Receitas Correntes	17.855.113
Despesas com Conselhos e Comitês	17.399	Total dos Fontes	56.055.113
Materiais e Produtos	5.247.794	Variação do Disponível	-20.867.345
Serviços de Terceiros	4.058.963		
Tributos	769.328		
Despesas Financeiras	7.226.894		
Outras Despesas Correntes	380.770		
Total dos Usos	35.187.768	Total Líquido das Fontes	35.187.768

32389 - ENERGIA DOS VENTOS VIII S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	13.012.317	Receitas de Capital	24.210.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	13.012.317	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	6.200.000
<i>Imobilizado</i>	<i>13.012.317</i>	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	<i>6.200.000</i>
Despesas Correntes	13.442.460	Obtenção de Operações de Crédito	18.010.000
Despesas com Dirigentes	48.329	<i>No País</i>	<i>18.010.000</i>
Despesas com Conselhos e Comitês	17.399	Receitas Correntes	12.569.061
Materiais e Produtos	3.743.440	Total dos Fontes	36.779.061
Serviços de Terceiros	3.092.859	Variação do Disponível	-10.324.284
Tributos	559.655		
Despesas Financeiras	5.620.158		
Outras Despesas Correntes	360.620		
Total dos Usos	26.454.777	Total Líquido das Fontes	26.454.777

32390 - ENERGIA DOS VENTOS IX S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	14.871.219	Receitas de Capital	24.200.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	14.871.219	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	6.200.000
<i>Imobilizado</i>	<i>14.871.219</i>	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	<i>6.200.000</i>
Despesas Correntes	16.308.414	Obtenção de Operações de Crédito	18.000.000
Despesas de Pessoal	564.500	<i>No País</i>	<i>18.000.000</i>
Despesas com Dirigentes	48.329	Receitas Correntes	13.254.826
Despesas com Conselhos e Comitês	17.399	Total dos Fontes	37.454.826
Materiais e Produtos	4.023.918	Variação Patrimonial	1
Serviços de Terceiros	4.559.318	Variação do Disponível	-6.275.194
Tributos	589.786		
Despesas Financeiras	6.187.644		
Outras Despesas Correntes	317.520		
Total dos Usos	31.179.633	Total Líquido das Fontes	31.179.633

32391 - FRONTEIRA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	9.733.708	Receitas de Capital	15.000.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	3.965.742	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	15.000.000
<i>Imobilizado</i>	<i>3.965.742</i>	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	<i>15.000.000</i>
Outras Despesas de Capital	5.767.966	Receitas Correntes	24.305.373
Despesas Correntes	9.858.384	Total dos Fontes	39.305.373
Despesas com Dirigentes	694.368	Variação Patrimonial	6.888.747
Despesas com Conselhos e Comitês	270.533	Variação do Disponível	-26.602.028
Materiais e Produtos	249.600		
Serviços de Terceiros	3.010.731		
Tributos	5.380.713		
Outras Despesas Correntes	252.439		
Total dos Usos	19.592.092	Total Líquido das Fontes	19.592.092

32392 - EÓLICA HERMENEGILDO I S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	11.660.940	Receitas de Capital	21.668.000
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	10.361.928	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	20.000.000
<i>No País</i>	10.361.928	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	20.000.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	1.299.012	Obtenção de Operações de Crédito	1.668.000
<i>Imobilizado</i>	1.299.012	<i>No País</i>	1.668.000
Despesas Correntes	44.102.195	Receitas Correntes	48.592.701
Despesas com Dirigentes	1.158.825	Total dos Fontes	70.260.701
Despesas com Conselhos e Comitês	325.919	Varição Patrimonial	-23.276.601
Materiais e Produtos	7.927.877	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-12.713
Serviços de Terceiros	11.172.299	Varição do Disponível	8.791.748
Tributos	5.484.363		
Despesas Financeiras	17.065.646		
Outras Despesas Correntes	967.266		
Total dos Usos	55.763.135	Total Líquido das Fontes	55.763.135

32393 - EÓLICA HERMENEGILDO II S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	11.663.244	Receitas de Capital	10.000.000
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	10.364.232	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	10.000.000
<i>No País</i>	10.364.232	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	10.000.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	1.299.012	Receitas Correntes	52.149.237
<i>Imobilizado</i>	1.299.012	Total dos Fontes	62.149.237
Despesas Correntes	41.828.761	Varição Patrimonial	-16.002.715
Materiais e Produtos	10.540.776	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	122.715
Serviços de Terceiros	8.232.299	Varição do Disponível	7.222.768
Tributos	5.777.996		
Despesas Financeiras	16.340.961		
Outras Despesas Correntes	936.729		
Total dos Usos	53.492.005	Total Líquido das Fontes	53.492.005

32394 - EÓLICA HERMENEGILDO III S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	9.926.036	Receitas de Capital	15.000.000
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	8.829.996	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	15.000.000
<i>No País</i>	8.829.996	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	15.000.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	1.096.040	Receitas Correntes	43.407.952
<i>Imobilizado</i>	1.096.040	Total dos Fontes	58.407.952
Despesas Correntes	35.532.450	Varição Patrimonial	-19.985.481
Materiais e Produtos	8.141.765	Varição do Disponível	7.036.015
Serviços de Terceiros	7.129.013		
Tributos	4.843.254		
Despesas Financeiras	14.606.058		
Outras Despesas Correntes	812.360		
Total dos Usos	45.458.486	Total Líquido das Fontes	45.458.486

32395 - EÓLICA CHUÍ IX S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	3.390.700	Receitas de Capital	5.000.000
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	2.984.760	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	5.000.000
<i>No País</i>	2.984.760	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	5.000.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	405.940	Receitas Correntes	15.035.621
<i>Imobilizado</i>	405.940	Total dos Fontes	20.035.621
Despesas Correntes	12.657.221	Variação Patrimonial	-7.788.013
Materiais e Produtos	2.649.183	Variação do Disponível	3.800.313
Serviços de Terceiros	2.905.743		
Tributos	1.698.163		
Despesas Financeiras	5.109.961		
Outras Despesas Correntes	294.171		
Total dos Usos	16.047.921	Total Líquido das Fontes	16.047.921

32399 - ITAGUAÇU DA BAHIA ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	100.000	Receitas de Capital	4.733.800
Investimentos Imobilizado e Intangível	100.000	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	4.733.800
<i>Imobilizado</i>	100.000	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	4.733.800
Despesas Correntes	4.734.120	Receitas Correntes	24.200
Despesas de Pessoal	2.664.090	Total dos Fontes	4.758.000
Despesas com Conselhos e Comitês	360.800	Variação do Disponível	76.120
Materiais e Produtos	44.460		
Serviços de Terceiros	658.240		
Tributos	81.300		
Outras Despesas Correntes	925.230		
Total dos Usos	4.834.120	Total Líquido das Fontes	4.834.120

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2020

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES
LDO, Art 10º, inciso VI

36000 M. DA SAÚDE**36215 - EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRÁS****R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	191.591.302	Receitas Correntes	891.544.922
Investimentos Imobilizado e Intangível	191.591.302	Total dos Fontes	891.544.922
<i>Imobilizado</i>	190.594.202	Variação Patrimonial	-83.011.505
<i>Intangível</i>	997.100	Variação do Disponível	250.149.658
Despesas Correntes	867.091.773		
Despesas de Pessoal	48.879.071		
Despesas com Dirigentes	2.020.407		
Despesas com Conselhos e Comitês	682.446		
Materiais e Produtos	599.179.776		
Serviços de Terceiros	107.953.505		
Tributos	43.059.427		
Despesas Financeiras	15.289.660		
Outras Despesas Correntes	50.027.481		
Total dos Usos	1.058.683.075	Total Líquido das Fontes	1.058.683.075

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2020

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES
LDO, Art 10º, inciso VI

39000 M. DA INFRAESTRUTURA**39210 - COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC****R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	13.601.013	Receitas de Capital	50.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	13.601.013	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	50.000
<i>Imobilizado</i>	<i>10.701.013</i>	<i>Aportes do Tesouro Nacional</i>	<i>50.000</i>
<i>Intangível</i>	<i>2.900.000</i>	Receitas Correntes	68.526.000
Despesas Correntes	60.318.149	Total dos Fontes	68.626.000
Despesas de Pessoal	24.397.396	Variação Patrimonial	10.535.169
Despesas com Dirigentes	1.846.046	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	500.000
Despesas com Conselhos e Comitês	429.907	Variação do Disponível	-5.692.007
Materiais e Produtos	272.000		
Serviços de Terceiros	13.876.000		
Tributos	14.636.800		
Despesas Financeiras	500.000		
Outras Despesas Correntes	4.360.000		
Total dos Usos	73.919.162	Total Líquido das Fontes	73.919.162

39211 - COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	11.506.386	Receitas de Capital	433.190
Investimentos Imobilizado e Intangível	11.140.000	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	433.190
<i>Imobilizado</i>	<i>10.540.000</i>	<i>Aportes do Tesouro Nacional</i>	<i>433.190</i>
<i>Intangível</i>	<i>600.000</i>	Receitas Correntes	155.316.339
Outras Despesas de Capital	366.386	Total dos Fontes	155.749.529
Despesas Correntes	143.468.215	Variação Patrimonial	-5.597.738
Despesas de Pessoal	74.768.866	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-125.000
Despesas com Dirigentes	2.576.464	Variação do Disponível	4.947.810
Despesas com Conselhos e Comitês	296.980		
Materiais e Produtos	542.645		
Serviços de Terceiros	36.582.261		
Tributos	19.853.589		
Outras Despesas Correntes	8.847.410		
Total dos Usos	154.974.601	Total Líquido das Fontes	154.974.601

39212 - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	24.356.018	Receitas de Capital	50.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	24.356.018	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	50.000
<i>Imobilizado</i>	<i>23.656.018</i>	<i>Aportes do Tesouro Nacional</i>	<i>50.000</i>
<i>Intangível</i>	<i>700.000</i>	Receitas Correntes	167.233.929
Despesas Correntes	138.327.113	Total dos Fontes	167.333.929
Despesas de Pessoal	60.367.178	Variação Patrimonial	17.781.383
Despesas com Dirigentes	1.513.720	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	7.181.186
Despesas com Conselhos e Comitês	244.119	Variação do Disponível	-29.563.367
Materiais e Produtos	1.500.000		
Serviços de Terceiros	39.780.510		
Tributos	22.524.960		
Despesas Financeiras	1.804.922		
Outras Despesas Correntes	10.591.704		
Total dos Usos	162.683.131	Total Líquido das Fontes	162.683.131

39213 - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	277.719.070	Receitas de Capital	5.835.309
Investimentos Imobilizado e Intangível	277.719.070	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	5.835.309
<i>Imobilizado</i>	<i>277.719.070</i>	<i>Aportes do Tesouro Nacional</i>	<i>5.835.309</i>
Despesas Correntes	1.051.344.432	Receitas Correntes	1.078.335.257
Despesas de Pessoal	401.757.398	Total dos Fontes	1.084.170.566
Despesas com Dirigentes	3.133.338	Variação Patrimonial	-106.081.877
Despesas com Conselhos e Comitês	557.606	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	54.188.347
Materiais e Produtos	2.436.000	Variação do Disponível	296.786.466
Serviços de Terceiros	392.577.989		
Tributos	143.080.936		
Despesas Financeiras	60.698.517		
Outras Despesas Correntes	47.102.648		
Total dos Usos	1.329.063.502	Total Líquido das Fontes	1.329.063.502

39214 - COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas Correntes	8.314.985	Variação Patrimonial	5.009.827
Despesas de Pessoal	3.292.857	Variação do Disponível	3.305.158
Despesas com Dirigentes	736.849		
Despesas com Conselhos e Comitês	135.985		
Materiais e Produtos	86.815		
Serviços de Terceiros	1.258.456		
Tributos	51.830		
Despesas Financeiras	680.100		
Outras Despesas Correntes	2.072.093		
Total dos Usos	8.314.985	Total Líquido das Fontes	8.314.985

39215 - COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	80.102.034	Receitas de Capital	50.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	80.102.034	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	50.000
<i>Imobilizado</i>	<i>80.102.034</i>	<i>Aportes do Tesouro Nacional</i>	<i>50.000</i>
Despesas Correntes	187.398.514	Receitas Correntes	259.127.136
Despesas de Pessoal	121.869.416	Total dos Fontes	259.227.136
Despesas com Dirigentes	1.069.924	Varição Patrimonial	89.513.692
Despesas com Conselhos e Comitês	427.329	Varição do Disponível	-81.190.280
Materiais e Produtos	1.773.882		
Serviços de Terceiros	22.092.482		
Tributos	27.806.452		
Outras Despesas Correntes	12.359.029		
Total dos Usos	267.500.548	Total Líquido das Fontes	267.500.548

39216 - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	70.249.892	Receitas de Capital	41.799.177
Investimentos Imobilizado e Intangível	70.249.892	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	2.543.393
<i>Imobilizado</i>	<i>70.249.892</i>	<i>Aportes do Tesouro Nacional</i>	<i>2.543.393</i>
Despesas Correntes	522.311.439	Outras Receitas De Capital	39.255.784
Despesas de Pessoal	366.843.047	Receitas Correntes	551.087.860
Despesas com Dirigentes	3.132.564	Total dos Fontes	592.887.037
Despesas com Conselhos e Comitês	863.494	Varição Patrimonial	14.584.906
Materiais e Produtos	1.072.748	Varição do Disponível	-14.910.612
Serviços de Terceiros	31.526.692		
Tributos	66.870.900		
Outras Despesas Correntes	52.001.994		
Total dos Usos	592.561.331	Total Líquido das Fontes	592.561.331

39217 - COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	1.399.349	Receitas de Capital	100.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	1.399.349	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	100.000
<i>Imobilizado</i>	<i>1.392.900</i>	<i>Aportes do Tesouro Nacional</i>	<i>100.000</i>
<i>Intangível</i>	<i>6.449</i>	Receitas Correntes	87.703.577
Despesas Correntes	86.645.013	Total dos Fontes	87.803.577
Despesas de Pessoal	50.242.309	Varição Patrimonial	-2.203.608
Despesas com Dirigentes	1.537.709	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-56.993
Despesas com Conselhos e Comitês	555.622	Varição do Disponível	2.501.386
Materiais e Produtos	5.447.490		
Serviços de Terceiros	8.665.975		
Tributos	12.207.539		
Outras Despesas Correntes	7.988.369		
Total dos Usos	88.044.362	Total Líquido das Fontes	88.044.362

39256 - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	202.629.424	Receitas de Capital	38.884.648
Investimentos Imobilizado e Intangível	192.318.307	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	38.884.648
<i>Imobilizado</i>	<i>192.318.307</i>	<i>Aportes do Tesouro Nacional</i>	<i>38.884.648</i>
Inversões Financeiras	10.311.117	Receitas Correntes	2.779.565.187
Despesas Correntes	2.509.457.264	Total dos Fontes	2.818.449.835
Despesas de Pessoal	1.459.915.153	Variação Patrimonial	-360.751.431
Despesas com Dirigentes	4.605.631	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	13.333.418
Despesas com Conselhos e Comitês	872.569	Variação do Disponível	241.054.866
Materiais e Produtos	40.820.085		
Serviços de Terceiros	598.899.246		
Tributos	129.415.695		
Despesas Financeiras	58.351.000		
Outras Despesas Correntes	216.577.885		
Total dos Usos	2.712.086.688	Total Líquido das Fontes	2.712.086.688

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2020

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES
LDO, Art 10º, inciso VI

52000 M. DA DEFESA**52231 - EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON****R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	1.429.940.925	Receitas de Capital	1.500.000.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	1.401.340.925	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	1.500.000.000
<i>Imobilizado</i>	<i>1.401.340.925</i>	<i>Aportes do Tesouro Nacional</i>	<i>1.500.000.000</i>
Outras Despesas de Capital	28.600.000	Receitas Correntes	155.953.762
Despesas Correntes	158.091.786	Total dos Fontes	1.655.953.762
Despesas de Pessoal	81.063.480	Variação Patrimonial	716.666.701
Despesas com Dirigentes	868.815	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	159.920.000
Despesas com Conselhos e Comitês	414.247	Variação do Disponível	-944.507.752
Materiais e Produtos	15.198.062		
Serviços de Terceiros	24.860.935		
Tributos	23.404.944		
Outras Despesas Correntes	12.281.303		
Total dos Usos	1.588.032.711	Total Líquido das Fontes	1.588.032.711

Empresas do Setor Financeiro

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2020

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES
LDO, Art 10º, inciso VI

24000 M.CIÊNCIATEC.INOV.COMUNICAÇÕES

24202 - FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	3.499.576.378	Receitas de Capital	4.668.674.182
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	294.640.038	Obtenção de Operações de Crédito	642.559.220
<i>No País</i>	294.640.038	<i>No Exterior</i>	642.559.220
Concessão de Operações de Crédito	2.500.000.000	Amortização Princ. Op. Créd. Concedidas	2.420.410.854
Investimentos Imobilizado e Intangível	47.614.534	Recursos de Fundos	1.602.704.108
<i>Imobilizado</i>	34.864.534	Participação nos Resultados	3.000.000
<i>Intangível</i>	12.750.000	Receitas Correntes	1.729.680.979
Inversões Financeiras	183.000.000	Total dos Fontes	6.398.355.161
Outras Despesas de Capital	474.321.806	Variação Patrimonial	-175.258.352
Despesas Correntes	1.594.047.130	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	29.478.867
Despesas de Pessoal	345.969.519	Variação do Disponível	-1.158.952.168
Despesas com Dirigentes	6.837.991		
Despesas com Conselhos e Comitês	825.132		
Materiais e Produtos	1.321.868		
Serviços de Terceiros	98.504.241		
Tributos	185.598.972		
Despesas Financeiras	875.161.721		
Outras Despesas Correntes	79.827.686		
Total dos Usos	5.093.623.508	Total Líquido das Fontes	5.093.623.508

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2020

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES
LDO, Art 10º, inciso VI

25000 M. DA ECONOMIA**25202 BANCO DA AMAZÔNIA S.A.****R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	4.987.092.538	Receitas de Capital	4.288.878.350
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	249.268.298	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	274.727.836
<i>No País</i>	126.012.487	<i>Outros Recursos para Aumento do PL</i>	274.727.836
<i>No Exterior</i>	123.255.811	Alienação de Valores e Bens	396.854.153
Concessão de Operações de Crédito	3.519.539.767	Obtenção de Operações de Crédito	379.315.398
Concessão de Operações de Outros Créditos	104.647.828	<i>No País</i>	252.000.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	119.493.198	<i>No Exterior</i>	127.315.398
<i>Imobilizado</i>	46.886.492	Amortização Princ. Op. Créd. Concedidas	704.941
<i>Intangível</i>	72.606.706	Emissão de Outros Instr. de Captação	41.321.623
Outras Despesas de Capital	994.143.447	Recursos do Tesouro Nacional	10.500.000
Despesas Correntes	2.389.138.400	Recursos de Fundos	2.029.427.008
Despesas de Pessoal	640.702.569	Recursos Provenientes de Depósitos	310.755.000
Despesas com Dirigentes	4.579.590	Outras Receitas De Capital	845.272.391
Despesas com Conselhos e Comitês	1.523.985	Receitas Correntes	3.298.499.933
Materiais e Produtos	951.335	Total dos Fontes	7.587.378.283
Serviços de Terceiros	92.335.236	Variação Patrimonial	-206.753.429
Tributos	402.995.780	Variação do Disponível	-4.393.916
Despesas Financeiras	879.853.652		
Outras Despesas Correntes	366.196.253		
Total dos Usos	7.376.230.938	Total Líquido das Fontes	7.376.230.938

25210 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	21.104.129.100	Receitas de Capital	10.881.299.900
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	141.402.300	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	544.100
<i>No País</i>	91.683.800	Obtenção de Operações de Crédito	75.000.000
<i>No Exterior</i>	49.718.500	<i>No País</i>	75.000.000
Concessão de Operações de Crédito	11.508.083.900	Obtenção de Operações de Outros Créditos	32.845.900
Concessão de Operações de Outros Créditos	378.302.400	Amortização Princ. Op. Créd. Concedidas	8.928.800
Investimentos Imobilizado e Intangível	112.316.400	Emissão de Outros Instr. de Captação	136.412.700
<i>Imobilizado</i>	112.316.400	Aplicações Financeiras	416.624.000
Outras Despesas de Capital	8.964.024.100	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	159.151.100
Despesas Correntes	8.430.856.800	Recursos de Fundos	8.394.514.100
Despesas de Pessoal	2.020.413.300	Recursos Provenientes de Depósitos	1.287.968.100
Despesas com Dirigentes	8.462.200	Outras Receitas De Capital	369.311.100
Despesas com Conselhos e Comitês	3.406.200	Receitas Correntes	11.636.171.800
Materiais e Produtos	14.713.000	Total dos Fontes	22.517.471.700
Serviços de Terceiros	1.252.962.200	Variação Patrimonial	11.774.234.033
Tributos	535.978.800	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-4.761.907.452
Despesas Financeiras	3.796.829.700	Variação do Disponível	5.187.619
Outras Despesas Correntes	798.091.400		
Total dos Usos	29.534.985.900	Total Líquido das Fontes	29.534.985.900

25220 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	73.333.277.980	Receitas de Capital	42.049.577.997
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	251.457.201	Emissão de Outros Instr. de Captação	9.758.000.000
<i>No País</i>	208.457.201	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	10.861.975.517
<i>No Exterior</i>	43.000.000	Recursos de Fundos	2.307.442.772
Concessão de Operações de Crédito	38.297.376.383	Recursos Provenientes de Depósitos	500.000.000
Investimentos Imobilizado e Intangível	2.417.547.724	Rendas de Participações	2.188.667.985
<i>Imobilizado</i>	2.374.476.724	Outras Receitas De Capital	16.433.491.723
<i>Intangível</i>	43.071.000	Receitas Correntes	158.076.110.187
Outras Despesas de Capital	32.366.896.672	Total dos Fontes	200.125.688.184
Despesas Correntes	118.715.373.344	Variação Patrimonial	-16.446.424.891
Despesas de Pessoal	23.209.332.128	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	8.450.323.832
Despesas com Dirigentes	42.546.134	Variação do Disponível	-80.935.801
Despesas com Conselhos e Comitês	5.604.347		
Materiais e Produtos	141.934.676		
Serviços de Terceiros	5.524.908.719		
Tributos	8.598.069.744		
Despesas Financeiras	58.673.068.974		
Outras Despesas Correntes	22.519.908.622		
Total dos Usos	192.048.651.324	Total Líquido das Fontes	192.048.651.324

25234 BANCO DO BRASIL S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	556.247.634.508	Receitas de Capital	558.982.121.578
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	19.299.406.483	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	9.602.471.711
<i>No Exterior</i>	19.299.406.483	<i>Outros Recursos para Aumento do PL</i>	9.602.471.711
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	16.484.330.401	Alienação de Valores e Bens	7.798.908.210
Concessão de Operações de Crédito	37.367.547.949	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	89.221.484
Concessão de Operações de Outros Créditos	22.793.458.931	Obtenção de Operações de Crédito	19.837.624.887
Investimentos Imobilizado e Intangível	2.981.386.577	<i>No Exterior</i>	19.837.624.887
<i>Imobilizado</i>	2.759.038.754	Obtenção de Operações de Outros Créditos	17.652.800.901
<i>Intangível</i>	222.347.823	Amortização Princ. Op. Créd. Concedidas	10.376.919.814
Inversões Financeiras	8.672.085.449	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	13.123.289.956
Outras Despesas de Capital	448.649.418.718	Emissão de Outros Instr. de Captação	153.502.607.209
Despesas Correntes	145.804.210.316	Resgate de Outros Instr. de Captação	7.699.382.249
Despesas de Pessoal	21.300.964.733	Subvenções em Op. Crédito - Principal	3.900.589.432
Despesas com Dirigentes	54.604.938	Aplicações Financeiras	3.848.420.988
Despesas com Conselhos e Comitês	6.673.961	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	143.809.775.244
Materiais e Produtos	99.778.446	Recursos do Tesouro Nacional	52.961.049
Serviços de Terceiros	3.358.061.433	Recursos de Fundos	17.852.595.625
Tributos	14.481.908.215	Recursos Provenientes de Depósitos	41.324.540.319
Despesas Financeiras	80.682.202.805	Rendas de Participações	10.619.359.880
Outras Despesas Correntes	25.820.015.785	Participação nos Resultados	10.688.405.178
		Outras Receitas De Capital	87.202.247.442
		Receitas Correntes	181.980.432.207
		Total dos Fontes	740.962.553.785
		Varição Patrimonial	-22.656.221.113
		Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	1
		Varição do Disponível	-16.254.487.849
Total dos Usos	702.051.844.824	Total Líquido das Fontes	702.051.844.824

25235 BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A. - BB INVESTIMENTOS**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	3.545.498.777	Receitas de Capital	3.812.908.128
Concessão de Operações de Outros Créditos	501.630.219	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	69.297.243
Inversões Financeiras	276.112.980	<i>Outros Recursos para Aumento do PL</i>	69.297.243
Outras Despesas de Capital	2.767.755.578	Alienação de Valores e Bens	90.879.024
Despesas Correntes	692.521.105	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	458.501.281
Despesas de Pessoal	62.246.947	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	484.205.652
Despesas com Conselhos e Comitês	192.644	Recursos Provenientes de Depósitos	873.730.171
Materiais e Produtos	155	Rendas de Participações	266.889.342
Serviços de Terceiros	813.210	Participação nos Resultados	156.057.579
Tributos	289.394.644	Outras Receitas De Capital	1.413.347.836
Despesas Financeiras	227.594.459	Receitas Correntes	1.025.078.204
Outras Despesas Correntes	112.279.046	Total dos Fontes	4.837.986.332
		Varição Patrimonial	-598.950.722
		Varição do Disponível	-1.015.728
Total dos Usos	4.238.019.882	Total Líquido das Fontes	4.238.019.882

25236 BB GESTÃO DE RECURSOS - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - BB DTVM R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	9.456.351.374	Receitas de Capital	9.456.351.373
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	3.001.029.598	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	219.714
Concessão de Operações de Outros Créditos	206.661.684	<i>Outros Recursos para Aumento do PL</i>	219.714
Inversões Financeiras	13.139.932	Obtenção de Operações de Outros Créditos	4.678.580.208
Outras Despesas de Capital	6.235.520.160	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	173.825.459
Despesas Correntes	1.375.949.118	Aplicações Financeiras	3.355.494.395
Despesas de Pessoal	101.822.128	Recursos Provenientes de Depósitos	1.878.736
Despesas com Dirigentes	5.942.944	Outras Receitas De Capital	1.246.352.861
Despesas com Conselhos e Comitês	968.000	Receitas Correntes	2.875.451.083
Materiais e Produtos	186.456	Total dos Fontes	12.331.802.456
Serviços de Terceiros	35.653.943	Variação Patrimonial	-1.465.643.121
Tributos	1.181.178.322	Variação do Disponível	-33.858.843
Outras Despesas Correntes	50.197.325		
Total dos Usos	10.832.300.492	Total Líquido das Fontes	10.832.300.492

25238 BB-LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL - BB LAM R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	1.358.848.121	Receitas de Capital	1.358.885.910
Concessão de Operações de Crédito	29.885.305	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	129.315.241
Concessão de Operações de Outros Créditos	37.808.327	<i>Outros Recursos para Aumento do PL</i>	129.315.241
Outras Despesas de Capital	1.291.154.489	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	37.545
Despesas Correntes	524.175.707	Amortização Princ. Op. Créd. Concedidas	29.929.409
Despesas de Pessoal	3.279.673	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	59.444.763
Despesas com Conselhos e Comitês	192.545	Emissão de Outros Instr. de Captação	134.487.480
Serviços de Terceiros	3.757	Aplicações Financeiras	144.145
Tributos	148.736.297	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	722.768.373
Despesas Financeiras	362.955.793	Recursos de Fundos	7.567
Outras Despesas Correntes	9.007.642	Outras Receitas De Capital	282.751.387
		Receitas Correntes	693.353.374
		Total dos Fontes	2.052.239.284
		Variação Patrimonial	-169.215.213
		Variação do Disponível	-243
Total dos Usos	1.883.023.828	Total Líquido das Fontes	1.883.023.828

25247 BB CAYMAN ISLANDS HOLDING**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	291.843.267	Receitas de Capital	273.149.091
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	22.154.158	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	77.764.233
Concessão de Operações de Outros Créditos	2.233.578	<i>Outros Recursos para Aumento do PL</i>	77.764.233
Outras Despesas de Capital	267.455.531	Alienação de Valores e Bens	49.323.440
Despesas Correntes	17.404.130	Obtenção de Operações de Outros Créditos	23.073.425
Despesas de Pessoal	629.195	Resgate de Outros Instr. de Captação	57.468.805
Serviços de Terceiros	505.703	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	11.733
Tributos	466.608	Rendas de Participações	65.507.455
Despesas Financeiras	15.701.301	Receitas Correntes	47.486.250
Outras Despesas Correntes	101.323	Total dos Fontes	320.635.341
		Variação Patrimonial	-11.435.337
		Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	1
		Variação do Disponível	47.392
Total dos Usos	309.247.397	Total Líquido das Fontes	309.247.397

25272 BESC DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - BESCVAL**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	960.225	Receitas de Capital	960.160
Outras Despesas de Capital	960.225	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	883.816
Despesas Correntes	788.227	Outras Receitas De Capital	76.344
Despesas de Pessoal	263.684	Receitas Correntes	388.038
Despesas com Conselhos e Comitês	192.122	Total dos Fontes	1.348.198
Serviços de Terceiros	64.329	Variação Patrimonial	400.188
Tributos	19.524	Variação do Disponível	66
Outras Despesas Correntes	248.568		
Total dos Usos	1.748.452	Total Líquido das Fontes	1.748.452

25280 BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. - BB CONSÓRCIOS**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	2.820.770.750	Receitas de Capital	2.122.051.219
Outras Despesas de Capital	2.820.770.750	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	21.891.676
Despesas Correntes	785.512.058	<i>Outros Recursos para Aumento do PL</i>	21.891.676
Despesas de Pessoal	21.882.488	Resgate Princ. de Aplicações Financeiras	635.679.565
Despesas com Dirigentes	3.267.846	Outras Receitas De Capital	1.464.479.978
Despesas com Conselhos e Comitês	597.255	Receitas Correntes	1.483.325.736
Materiais e Produtos	23.287	Total dos Fontes	3.605.376.955
Serviços de Terceiros	176.168.469	Variação Patrimonial	904.361
Tributos	550.652.908	Variação do Disponível	1.492
Outras Despesas Correntes	32.919.805		
Total dos Usos	3.606.282.808	Total Líquido das Fontes	3.606.282.808

25285 CAIXA PARTICIPAÇÕES S.A. - CAIXAPAR**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	169.205.220	Receitas de Capital	245.924.248
Outras Despesas de Capital	169.205.220	Rendas de Participações	229.757.472
Despesas Correntes	95.865.530	Participação nos Resultados	16.166.776
Despesas de Pessoal	19.165.491	Receitas Correntes	27.925.000
Despesas com Dirigentes	5.441.633	Total dos Fontes	273.849.248
Materiais e Produtos	321.144	Variação Patrimonial	-102.968.244
Serviços de Terceiros	8.116.522	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-456.000
Tributos	55.513.300	Variação do Disponível	94.645.746
Outras Despesas Correntes	7.307.440		
Total dos Usos	265.070.750	Total Líquido das Fontes	265.070.750

25292 CAIXA SEGURIDADE E PARTICIPAÇÕES S.A.**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	448.179.394	Receitas de Capital	1.281.581.562
Outras Despesas de Capital	448.179.394	Rendas de Participações	967.720.753
Despesas Correntes	475.641.265	Participação nos Resultados	313.860.809
Despesas de Pessoal	43.530.141	Receitas Correntes	897.682.334
Despesas com Dirigentes	6.134.751	Total dos Fontes	2.179.263.896
Despesas com Conselhos e Comitês	1.379.261	Variação Patrimonial	-1.131.725.970
Serviços de Terceiros	25.349.824	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	15.000
Tributos	379.120.191	Variação do Disponível	-123.732.267
Despesas Financeiras	9.727.179		
Outras Despesas Correntes	10.399.918		
Total dos Usos	923.820.659	Total Líquido das Fontes	923.820.659

25295 CAIXA LOTERIAS S.A**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas Correntes	855.601.690	Receitas de Capital	232.960.000
Despesas de Pessoal	135.458.236	Aumento do Patrimônio Líquido - PL	232.960.000
Despesas com Dirigentes	4.932.425	<i>Outros Recursos para Aumento do PL</i>	232.960.000
Materiais e Produtos	90.086.484	Receitas Correntes	1.504.690.609
Serviços de Terceiros	85.431.858	Total dos Fontes	1.737.650.609
Tributos	517.364.260	Variação Patrimonial	-224.656.165
Outras Despesas Correntes	22.328.427	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-2.165
		Variação do Disponível	-657.390.589
Total dos Usos	855.601.690	Total Líquido das Fontes	855.601.690

25918 BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	177.415.710.005	Receitas de Capital	237.465.211.418
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	2.449.037.958	Alienação de Valores e Bens	90.483.522.544
<i>No Exterior</i>	<i>2.449.037.958</i>	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	23.940.086
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	28.100.000	Obtenção de Operações de Crédito	7.878.140.000
Concessão de Operações de Crédito	52.172.752.276	<i>No Exterior</i>	<i>7.878.140.000</i>
Investimentos Imobilizado e Intangível	45.777.808	Amortização Princ. Op. Créd. Concedidas	89.890.767.864
<i>Imobilizado</i>	<i>45.777.808</i>	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	1.776.088.393
Outras Despesas de Capital	122.720.041.963	Emissão de Outros Instr. de Captação	6.010.000.000
Despesas Correntes	55.625.589.124	Resgate de Outros Instr. de Captação	1.473.178.854
Despesas de Pessoal	1.217.170.696	Recursos de Fundos	25.103.459.549
Despesas com Dirigentes	18.576.472	Rendas de Participações	10.634.737.450
Despesas com Conselhos e Comitês	3.590.752	Participação nos Resultados	4.191.376.678
Materiais e Produtos	520.875	Receitas Correntes	57.292.682.971
Serviços de Terceiros	312.353.109	Total dos Fontes	294.757.894.389
Tributos	1.997.925.439	Variação Patrimonial	-42.866.397.825
Despesas Financeiras	51.616.107.938	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	1.255.920.946
Outras Despesas Correntes	459.343.843	Variação do Disponível	-20.106.118.381
Total dos Usos	233.041.299.129	Total Líquido das Fontes	233.041.299.129

25919 BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	9.404.611.879	Receitas de Capital	21.068.616.064
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	5.764.267	Alienação de Valores e Bens	7.846.379.313
Outras Despesas de Capital	9.398.847.612	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	4.439.212.508
Despesas Correntes	7.426.857.266	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	255.911.896
Despesas de Pessoal	485.420.375	Resgate de Outros Instr. de Captação	4.815.740.073
Despesas com Conselhos e Comitês	1.288.102	Rendas de Participações	3.311.372.274
Materiais e Produtos	206.554	Participação nos Resultados	400.000.000
Serviços de Terceiros	78.654.132	Receitas Correntes	5.161.992.381
Tributos	2.329.508.513	Total dos Fontes	26.230.608.445
Despesas Financeiras	4.391.292.211	Variação Patrimonial	-10.170.323.218
Outras Despesas Correntes	140.487.379	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	771.183.918
Total dos Usos	16.831.469.145	Total Líquido das Fontes	16.831.469.145

25921 AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME**R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	40.825.470.181	Receitas de Capital	34.641.112.811
Amortização Princ. Op. Créd. Obtidas	18.549.353.516	Alienação de Valores e Bens	122.678.209
<i>No País</i>	18.549.353.516	Obtenção de Operações de Crédito	5.000.000.000
Amortização Princ. Op. Outr. Créd.	2.034.318	<i>No País</i>	5.000.000.000
Concessão de Operações de Crédito	21.532.243.411	Amortização Princ. Op. Créd. Concedidas	27.814.606.515
Outras Despesas de Capital	741.838.936	Amortização Princ. Op. Outr. Créd. Conc.	1.703.828.087
Despesas Correntes	6.329.324.029	Receitas Correntes	9.823.931.954
Despesas de Pessoal	399.798.782	Total dos Fontes	44.465.044.765
Despesas com Conselhos e Comitês	1.171.002	Variação Patrimonial	6.050.605.625
Materiais e Produtos	170.631	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-3.360.856.180
Serviços de Terceiros	54.769.807		
Tributos	1.179.073.959		
Despesas Financeiras	4.597.756.666		
Outras Despesas Correntes	96.583.182		
Total dos Usos	47.154.794.210	Total Líquido das Fontes	47.154.794.210



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

